

Série 2ª LIVROS DIDÁTICOS Vol. 32
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

PEDRO CALMON

PEQUENA HISTÓRIA
DA
CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA

para a
ESCOLA PRIMÁRIA

—
QUARTA EDIÇÃO



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

LIVROS DIDÁTICOS

(Manuais, livros de texto e livros-fontes)

2.^a SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

Sob a direção de Fernando de Azevedo

VOLUMES PUBLICADOS:

GRAMÁTICAS E ESTUDOS DE PORTUGUÊS:

EDUARDO CARLOS PEREIRA

- 4 — Gramática Expositiva - Curso Elementar - 81.^a edição 5\$000
5 — Gramática Expositiva - Curso Superior - 49.^a edição 8\$000
6 — Gramática Histórica - 10.^a edição 12\$000

OTONIEL MOTA:

- 3 — Lições de Português - 8.^a ed. 9\$000
14 — Seleta Moderna - 6.^a edição 7\$000
20 — Chave da Língua - 5.^a edição 3\$500
46 — O Meu Idioma - 7.^a edição 10\$000

A. SAMPAIO DÓRIA:

- 9 — Como se Aprende a Língua - Curso Elementar - 3.^a edição 6\$000
10 — Como se Aprende a Língua - Curso Geral - 8.^a edição 10\$000

TALES DE ANDRADE:

- 7 — Lér Brincando - 36.^a edição 3\$000

PAULO DE FREITAS:

- 51 — O Nosso Idioma - Antologia e gramática aplicada - Morfologia - 7.^a ed. 8\$000
57 — O Nosso Idioma - Curso Elementar - 6.^a edição 5\$000
83 — O Nosso Idioma - 3.^a parte - Sintaxe das categorias gramaticais - 2.^a ed. 9\$000
73 — O Nosso Idioma - Sintaxe Geral - 3.^a edição 8\$000

MÁRIO PEREIRA DE SOUZA LIMA:

- 70 — Gramática da Língua Portuguesa 12\$000
85 — Elementos de Gramática 6\$000

ARTUR DE ALMEIDA TORRES:

- 59 — Compêndio de Língua Portuguesa - para 5.^a série ginásial, - 2.^a edição 10\$000
75 — Compêndio de Língua Portuguesa - para 4.^a série ginásial 8\$000
84 — Compêndio de Língua Portuguesa - para 3.^a série ginásial 7\$000

ANTENOR NASCENTES:

- 78 — O Idioma Nacional - 2.^a ed. 10\$000

JULIO NOGUEIRA:

- 82 — Programa de Português - para 1.^a 2.^a série ginásial 10\$000

SOUSA DA SILVEIRA

- 91 — Programa de Português para 3.^a série ginásial 0\$000
92 — Compêndio de Língua Portuguesa - para 2.^a série ginásial 0\$000
87 — Trechos Seletos - 4.^a edição ampliada 12\$000

RAUL GOMEZ:

- 93 — Prática de Redação - Curso elementar 6\$000

FRANCÊS:

MARIA JUNQUEIRA SCHMIDT

- 25 — Mon Petit Univers - (Como se aprende francês) - 2.^a edição 7\$000
34 — Heures Joyeuses - Livro de introdução 8\$000
76 — La France - 3.^eme année de français 12\$000

L. JAQUIER e M. MUNZINGER:

- 90 — Français - Premier Année 0\$000

INGLÊS

J. L. CAMPOS JR.:

- 19 — Como se Aprende Inglês - (How to Learn English) - 4.^a edição 10\$000
33 — Dicionário de Verbos Ingleses - 2.^a edição 8\$000
79 — Springtime - (School memories) - An English Reading Book for Boys and Girls. - Illustrated 7\$000
89 — Seleta Inglesa de Autores Modernos - Present-day English 0\$000

NUNO SMITH DE VASCONCELOS:

- 30 — English Anthology with Biographical Sketches - 6.^a edição 10\$000
43 — English Simplified Grammar - 2nd grade - 2.^a edição 4\$000
44 — English Secondary Grammar - 3rd grade - 3.^a edição 6\$000
50 — English Intuitive method - 2nd grade - 4.^a edição 6\$000
64 — English Advanced Grammar - 4th grade and Preparatory course - 2.^a edição 9\$000

(continua)

67 — English Intuitive Method - 3rd grade - 2.ª ed. 8\$000
NUNO SMITH DE VASCONCELOS e LUIZ CAMILO DE OLIVEIRA NETO :

65 — English Reader for Brazilians - Science Reader 13\$000

ISABEL JUNQUEIRA SCHMIDT

45 — My Little World - Vitalized method. 9\$000

KARL WEISSMANN :

62 — Our English Teacher - 30 Lições de inglês - 2.ª edição 13\$000

LATIM:

CORNELII NEPOTIS :

24 — Vitae Excellentium Imperatorum - Tradução e notas de Antônio Picarolo 8\$000

VILHENA MORAIS e ORLANDO FONSECA :

54 — Língua Latina - 2.ª edição 10\$000
58 — Língua Latina - Trechos Escolhidos - 2.ª edição 6\$000

MATEMÁTICA

JACOMO STÁVALE :

12 — Primeiro Ano de Matemática - 13.ª edição 10\$000
19 — Segundo Ano de Matemática - 9.ª edição 10\$000
21 — Terceiro Ano de Matemática - 6.ª edição 12\$000
35 — Quarto Ano de Matemática - 5.ª edição 10\$000
69 — Quinto Ano de Matemática - 3.ª edição 12\$000

DESENHO :

F. NEREO SAMPAIO :

2 — O Desenho ao Alcance de Todo 2.ª edição 10\$000

EDGAR SUSSEKIND DE MENDONÇA :

47 — Curso de Desenho - para 1.ª, 2.ª e 3.ª séries ginásial 10\$000

GEOMETRIA :

HIPÉRIDES ZANELLO :

39 — Elementos de Geometria e desenho Linear - Curso Primário - 3.ª ed. 4\$500

GEOGRAFIA :

AROLDO DE AZEVEDO :

26 — Geografia Humana - para os cursos prejudiciais 10\$000
32 — Geografia - para a 4.ª série ginásial - 6.ª edição 10\$000

48 — Geografia - para a 2.ª série ginásial - 6.ª edição 10\$000
49 — Geografia - para a 3.ª série ginásial - 6.ª edição 10\$000
66 — Geografia - para a 1.ª série ginásial - 3.ª edição 8\$000
68 — Geografia - para a 5.ª série ginásial - Contendo leituras geográficas - 5.ª edição 12\$000

RENATO JARDIM :

27 — Geografia Ginásial - para a 1.ª série 7\$000
53 — Geografia Ginásial - para a 2.ª série 8\$000

C. DELGADO DE CARVALHO :

40 — Geografia Humana - Política e Econômica - 3.ª edição 10\$000

HISTÓRIA :

ERASTO DE TOLEDO :

31 — História da Civilização - para 4.º ano ginásial 10\$000
32 — História da Civilização - para 5.º ano ginásial - 2.ª edição 8\$000
55 — História da Civilização - Idade Média - para 3.ª série 8\$000

PEDRO CALMON :

37 — História da Civilização Brasileira - para Escola Primária - 2.ª ed. 5\$000

CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS :

FRANCISCO VENANCIO FILHO e EDGAR SUSSEKIND DE MENDONÇA :

1 — Ciências Físicas e Naturais - Introdução geral as ciências experimentais - 1.º Tomo - 4.ª edição 8\$000
16 — Ciências Físicas e Naturais - 2.º Tomo - 3.ª edição 10\$000

HIPÉRIDES ZANELLO :

41 — Ciências Físicas e Naturais - para 2.ª série ginásial - 2.ª edição 10\$000
61 — Ciências Físicas e Naturais - para 1.ª série ginásial - 3.ª edição 8\$000
71 — Ciências Físicas e Naturais - Curso primário - 4.ª edição 6\$000

HISTÓRIA NATURAL :

C. DE MELO LETTÃO :

15 — Curso Elementar de História Natural - Vol. I - 2.ª edição 10\$000
22 — Curso Elementar de História Natural - Vol. II 12\$000
36 — Curso Elementar de História Natural - Vol. III 14\$000
42 — Curso Elementar de História Natural - Vol. IV - Biologia 14\$000

CARLOS COSTA:

72 — História Natural - para a 3. ^a série ginásial - 2. ^a edição.	8\$000
77 — História Natural - para a 4. ^a série ginásial.	13\$000
81 — História Natural - para a 5. ^a série ginásial.	15\$000

A. ALMEIDA JUNIOR:

11 — Elementos de Anatomia e Fisiologia Humanas - para ginásios e escolas normais - 5. ^a edição.	12\$000
---	---------

FÍSICA:**OSCAR BERGSTROM LOURENÇO:**

23 — Física - para a 3. ^a série ginásial - 7. ^a edição.	7\$000
29 — Física - para a 4. ^a série ginásial - 6. ^a edição.	12\$000
56 — Física - para a 5. ^a série ginásial - 2. ^a edição.	15\$000

FRANCISCO VENANCIO FILHO:

28 — Física - para a 3. ^a série ginásial	7\$000
---	--------

QUÍMICA:**A. VALENTE DO COUTO:**

60 — Química - Teórica e Prática - 3. ^a 4. ^a e 5. ^a séries ginásial - 3. ^a edição. . .	20\$000
--	---------

GILDASIO AMADO:

63 — Química - para 3. ^a série gin. . .	8\$000
74 — Química - para 4. ^a série gin. . .	12\$000

OSCAR BERGSTROM LOURENÇO:

52 — Química - para 3. ^a série gin. . .	8\$000
--	--------

CARLOS COSTA e CARLOS PASQUALE:

80 — Química - para a 3. ^a série gin. . .	8\$000
--	--------

CARLOS COSTA:

88 — Química - para a 5. ^a série gin. . .	16\$000
--	---------

EDUCAÇÃO, PSICOLOGIA E LÓGICA**A. SAMPAIO DORIA:**

17 — Educação - 2. ^a edição.	12\$000
8 — Psicologia - 6. ^a edição.	00\$000

L. LIARD:

18 — Lógica - Tradução de Godofredo Rangel - 3. ^a edição.	9\$000
--	--------

Edições da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL

RUA DOS GUSMÕES, 118, SÃO PAULO

PEQUENA HISTÓRIA
DA
CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA
PARA A ESCOLA PRIMÁRIA



DO MESMO AUTOR

LITERATURA HISTORICA

Pedra d'Armas, Contos — Monteiro Lobato & Cia., S. Paulo, 1923. — *O Tesouro de Belchior*, Novela, 1.º Premio da Academia Brasileira, Comp. Melhoramentos de S. Paulo. — *Anchieta, o Santo do Brasil*, Comp. Melhoramentos de S. Paulo. — *Malês, A Insurreição das Senzalas*, Novela, Pro Luce, Petropolis, 1933. — *O Rei Cavaleiro*, Vida de D. Pedro I — Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1933. — *Gomes Carneiro*, O General da Republica — Editora Guanabara, Rio, 1933. — *O Marquez de Abrantes*. Editora Guanabara, Rio, 1933. — *O Rei do Brasil*. Vida de D. João VI. — Editora José Olimpio. Rio, 1935. — *Vila e Amores de Castro Alves* — 2.ª edição, Editora "A Noite", Rio, 1937. — *O Rei Filosofo*, Vida de D. Pedro II — Comp. Editora Nacional, S. Paulo, 1938.

HISTORIA

Historia da Independencia do Brasil. — Imprensa Nacional, 1927. — *Historia da Bahia*, 2.ª edição. — Comp. Melhoramentos de S. Paulo. — *A Conquista* Historia das Bandeiras Bahianas. Esgotada. — Imprensa Nacional, 1929. — *O Crime de Antônio Vieira* — Companhia Melhoramentos de S. Paulo. — *Historia da Civilização Brasileira* — Companhia Editora Nacional, 1937. 3.ª edição. — *Vieira*. — *Por Brasil e Portugal*. — Comp. Editora Nacional, S. Paulo 1937. — *Historia Social do Brasil* — em 2 Vols. — Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1937. — *Pequena Historia da Civilização Brasileira*, para a escola primaria.

DIREITO

Direito de Propriedade. A' margens dos problemas — Imprensa Nacional, 1926. — *A Reforma Constitucional da Bahia* — Imprensa Oficial, Bahia, 1928. — *A Federação e o Brasil* — Freitas Bastos, Rio, 1933. — *A Intervenção Federal*, Freitas Bastos, Rio, 1936. — *Curso de Direito Constitucional Brasileira*, Rio, 1937. — *Curso de Direito Publico*, Rio, 1938.

Exemplar

Nº 5090 *

32.584

Série 2.^a

LIVROS DIDÁTICOS
BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

-Vol. 32

PEDRO CALMON

★

PEQUENA HISTÓRIA
DA
CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA

PARA A ESCOLA PRIMARIA

★

4.^a EDIÇÃO

BIBLIOTECA NACIONAL
DE MAESTROS



COMPANHIA EDITORA NACIONAL

S. PAULO - RIO DE JANEIRO - RECIFE - PORTO-ALEGRE

1939

132X193

Índice

Carta aos professores	13
I — <i>O tempo das especiarias</i>	15
Como foi descoberto o Brasil	17
O pau-brasil.	21
II — <i>Os habitantes da terra.</i>	23
União de portugueses e índios	25
A adaptação dos primeiros colonos	27
Os mantimentos indígenas	27
Os “mamalucos”, donos do país	29
III — <i>A conquista pelo açúcar</i>	33
O braço escravo	35
A intervenção dos jesuítas	35
A escravidão negra	37
Diferenças entre a costa e o sertão	39
Barreiras geográficas.	39
Rios de penetração	43
Os caminhos do gado	45
Como surgiu o sertanejo. As comunicações	47
IV — <i>O bandeirante</i>	49
As grandes jornadas	49
A procura de ouro	51
As minas gerais	53
Grande riqueza	56
V — <i>Sempre para o oeste</i>	57
Os gados do sul	57
Os gauchos.	58
Crescimento espontâneo da colônia	59

VI — <i>A cidade e a vila</i>	61
A casa do colono	63
A instrução dos jesuitas	67
VII — <i>A administração colonial; capitánias</i>	71
S. Vicente e Pernambuco	72
A fundação da Baía. Governo geral	73
A organização do trabalho	75
Camaras e capitães-móres	76
A energia de Mem de Sá	77
A fundação do Rio de Janeiro	79
A defesa do litoral	79
A fronteira amazonica	80
VIII — <i>A cobiça estrangeira; holandeses</i>	81
Perda e recuperação da Baía	83
Conquista de Pernambuco	84
A reacção nativista: afirmação brasileira	84
Ultimos ataques	86
A fronteira do sul	86
Mudança da capital	88
IX — <i>Efeitos da paz</i>	91
Prosperidade subsequente	91
As classes	93
Revoltas nativistas	95
Influencias estrangeiras	96
Reacções da metropole	96
X — <i>Transmigração da familia real</i>	99
Abertura dos portos.	100
Governo de D. João VI	101
Vesperas da Independencia	102
XI — <i>A guerra da Independencia</i>	107
Criação do Imperio	109
XII — <i>O primeiro Reinado.</i>	111
Como caiu D. Pedro I	114

XIII — <i>A regencia</i>	115
Desordens e revoltas	116
XIV — <i>A economia brasileira no Imperio</i>	119
Fazendas de café.	119
A vida rural.	123
Os transportes	124
Os melhoramentos materiais.	125
Ciencias, letras e artes	127
XV — <i>A organização imperial</i>	131
D. Pedro II	132
Dificuldades internacionais	132
O Brasil e os seus vizinhos	135
A abolição da escravatura	135
Novas riquezas	138
Evolução democratica	141
A Republica	142
XVI — <i>Historia contemporanea</i>	145
A consolidação.	145
O progresso	149
<i>Cronologia indispensavel.</i>	155

Carta aos Professores

ESTE pequeno compendio importou numa inovação. Pela primeira vez se entregou aos colégios um livrinho de "Historia da Civilização Brasileira", ajustado ao Programa de Ciências Sociais do Departamento de Educação do Distrito Federal e ás modernas idéias acerca do ensino popular da matéria. Preconizamos uma completa alteração de metodos. O favor com que foi acolhida a edição inicial e a nova estampa que se dá ao epitome indicam o interesse despertado pela iniciativa, de transformarmos a história do Brasil num assunto vivo, humano, compreensivel, livrando-o da monotonía descritiva, da insipidez cronologica que tanto outrora o impopularizavam nas classes infantís.

E' considerar que a escola primaria deve ministrar uma instrução útil e inolvidavel. A maioria dos que a frequentam não volve, em cursos superiores, ao exame das mesmas disciplinas allí estudadas. Por outro lado, não vincularemos realmente ao amor do Brasil as gerações que surgem, se continuarmos a apresentar-lhes uma falsa ou pálida imagem do país, do seu passado, de sua evolução, do seu "processo" histórico, sem procurar extrair do conhecimento dele as verdadeiras inspirações de patriotismo e dignidade civica, que se aprendem na contemplação dos fatos e dos homens dos tempos idos.

Que nos importam datas e nomes, se são os acontecimentos sociais apenas os que se repetem, fazendo da historia

a “mestra da vida”, a experiencia dos povos, a sabedoria das épocas?

Deixamos aqui de lado nomes e datas. Tratamos de figurar o desenvolvimento da nação no seu trabalho, no seu espirito, na sua independencia. Por isso não dizemos “historia do Brasil”, senão “historia da civilização” brasileira.

Oxalá o mesmo proposito anime aos professores em todas as escolas da Patria, e possa este esforço — de tornar mais amado, porque melhor entendido, o passado nacional — formar para o serviço dela a mocidade lúcida e forte que a fará maior.

O presente volume é uma síntese, em traços largos, de das as escolas da Patria, e possa este esforço — de tornar mais amado, porque melhor entendido, o passado nacional — formar para o serviço dela a mocidade lúcida e forte que a fará maior.

P. C.

Rio de Janeiro, Março de 1936.

O tempo das especiarias

A Idade Media termina em 1492, quando Cristóvão Colombo descobriu a América.

Até essa data, a história da civilização tivera por cenário a Europa, a Ásia e a África. A' medida que as épocas se sucedem, a área geografica da ação humana se estende. Os povos, aumentando e fortalecendo-se, ganham espaço, promovem o comercio externo, trocam as suas influencias. Porém, até então, tinham ignorado a existencia, para lá do oceano Atlantico, entre a Europa e o oriente, de um continente tão grande, rico e habitavel como a América. Descoberta esta, a história da civilização recomeça no *novo mundo*: mais feliz, mais vasta.

Portugal iniciara a navegação dos grandes mares. Era um pequeno reino pobre e condenado a viver apertado entre a Espanha, sua poderosa vizinha, e o oceano. Não podendo dilatar-se so-



Vasco da Gama.

bre a fronteira da Espanha, naturalmente procurou tirar do oceano todas as vantagens que êle oferecia. Tivera a intuição das viagens descobridoras o infante D. Henrique, filho do rei D. João I. Dedicara-se aos estudos náuticos, á armação de navios e á exploração de países novos. Mandara os seus pilotos a conhecerem a costa africana até o golfo de Guiné, e o Atlantico até o arquipelago dos Açores. Fizera plantar cana de açúcar na ilha da Madeira. Ambicionava incorporar á coroa portuguesa as terras que "deviam" existir mais para o ocidente: seriam as terras americanas. Entretanto, a gloria do descobrimento da America foi de Colombo, que obtivera dos reis de Espanha tres pequenos navios, com os quais, depois de tres meses de navegação sempre em linha reta, chegara ás Antilhas. A Europa soube, com imensa surpresa, desse acontecimento. O rei de Portugal, D. João II, encarregou a Vasco da Gama da tentativa de alcançar a India contornando a Africa, em continuação das viagens portugesas: e em 1498 Vasco da Gama, dobrando o cabo da Boa Esperança, atingiu portos indianos. Voltou com um rico carregamento das especiarias orientais. A impressão causada na Europa não foi menor do que a da expedição de Cristovão Colombo.

As especiarias, isto é, o cravo, a canela, a noz moscada, e outros raros produtos asiaticos, custavam na Europa preços fabulosos, em virtude das dificeis comunicações com a India, através do Egipto, da Arabia e da Persia. Pertencera á republica de Veneza o monopolio daquele comercio. Achado o caminho maritimo da India, o monopolio passava de Veneza

para Portugal, e o mar Mediterraneo perdia de importancia para o Atlantico, que conduzia, igualmente, á America e á Asia. O espanto produzido pela novidade impressionou os homens de negocio de toda a Europa. Lisboa tornou-se um grande centro de comercio. O rei português ganhou dinheiro para armar esquadras, para enviar ás poten-



Pedro Alvares Cabral.

sias estrangeiras brilhantes embaixadas, para dominar com os seus navios os oceanos. Sucedera a D. João II o rei D. Manoel. Mandou este, para celebrar tratados de comercio com os principes indianos, a um capitão-mór da Armada, que era também um guerreiro, Pedro Alvares Cabral.

Como foi descoberto o Brasil

Saindo do porto de Lisboa no começo de 1500, a armada de Cabral não seguiu o roteiro de Vasco da Gama, ao longo da Africa. Afastou-se muito das calmarias do golfo de Guiné: mas tanto se distanciou que, a 21 de Abril, alguns indicios de terra ao ocidente a advertiram de que estava proxima uma costa desconhecida. No dia seguinte, 22 de Abril, avistou-se um monte, que logo foi chamado de Monte



O piloto Vesputio.

Pascoal, e julgou Pedro Alvares Cabral ter chegado a alguma ilha, que denominou de *Vera Cruz*.

Um dos capitães das caravelas reconheceu a costa, e descobriu uma boa abrigada — o “Porto Seguro”. Desembarcaram aí os portugueses e ouviram Missa sobre um banco de areia. Mais tarde, a 1 de Maio, o capelão da frota, frei Henrique de Coimbra, rezou a Missa em terra firme. Nessa ocasião

Cabral fez levantar uma cruz de madeira com o escudo de Portugal, tomando posse do país para o seu rei; e no dia 2 prosseguiu viagem para a Índia. O fim da sua missão era a Índia. Para lá dirigia a sua forte esquadra, que transportava também numerosos negociantes, que iam comprar *especiarias* nos portos da Ásia. Mas aquela suposta ilha (Brasil) interessara vivamente ao almirante. O escrivão da frota, Pero Vaz de Caminha, redigira uma carta para o rei, narrando as peripecias do descobrimento, e um navio fôra destacado, para comunicar-lhe a boa nova.



A taba tupi. (Gravura do livro de Hans Staden).

Habitava a “Vera Cruz” uma exquisita gente indigena, de lingua diferente de todas as linguas conhecidas, que se apresentava nua e ingenua aos marinheiros, admirada deles, das caravelas, das suas armas e das suas roupas. Tudo parecera novo e estranho a Cabral: a terra de formosas arvores, cuja verdura tropical encantava os olhos; o ar suave e agradável; a mansidão dos indigenas curiosos e ariscos.

Não percebeu que isto era a America. Nem podia imaginar que acabava de dar a Portugal a sua colonia mais valiosa: o Brasil.

Portugal não podia distrair a sua atividade comercial, toda presa á India. Os bons lucros, as *especiarias*, a fortuna facil, a gloria militar, vinham da Asia. Cerca de 80 mil portugueses foram comerciar, combater, enriquecer ou morrer na Asia. O



Morte de prisioneiro numa taba tupi. (Gravura do livro de Hans Staden).

Brasil era uma parte de America sem riquezas acumuladas, sem *especiarias*, sem metais.

O pau-“Brasil”

O pau-“brasil” foi o que houve aqui de mais proveitoso para os portuguezes. E para franceses, ingleses e espanhois.

O pau, que deu o nome á terra, — Brasil —, tambem era conhecido na Europa, procedente da Asia, e servia para tingir de vermelho os tecidos. Chamara-se durante toda a Idade Média, “verzi-no” ou “bresil”, e algumas vezes “brasil”. Como todos os produtos orientais, custava muito caro na Europa, onde o seu consumo crescia com o progresso da Sociedade. Nascia nesta costa da America: era o “ibirapitanga” dos selvagens. Tinha a cor de brasa. Começou a ser explorado pelos tripulantes de varias expedições clandestinas que vieram no rumo de Cabral. Os toros de pau-brasil, vendidos em Portugal, na França, na Inglaterra, pagavam regiamente as despesas daquelas viagens. Multiplicaram-se, pois, as expedições. Disputaram tal commercio portuguezes e franceses. E aliaram-se ás tribus indigenas — que se hostilizavam entre si, como os seus amigos brancos. Os franceses, pelos indios chamados de “mairs”, distinguiam-se pela barba loira; e os portuguezes, chamados “perós”, distinguiam-se pela barba preta. Os franceses tiveram a arte de intrigar os seus aliados indigenas contra os concorrentes, que, por seu lado, faziam aos intrusos uma guerra mortal. Os melhores auxiliares dos “mairs” foram os poti-

guaras, os caetés e os tamoios. E dos “perós”, os tupinambás e os goianazes. Trocavam os índios o pau-brasil pelos pequenos presentes que os estrangeiros lhes traziam; e estes, para consolidarem a amizade, adotavam temporariamente os costumes da terra.

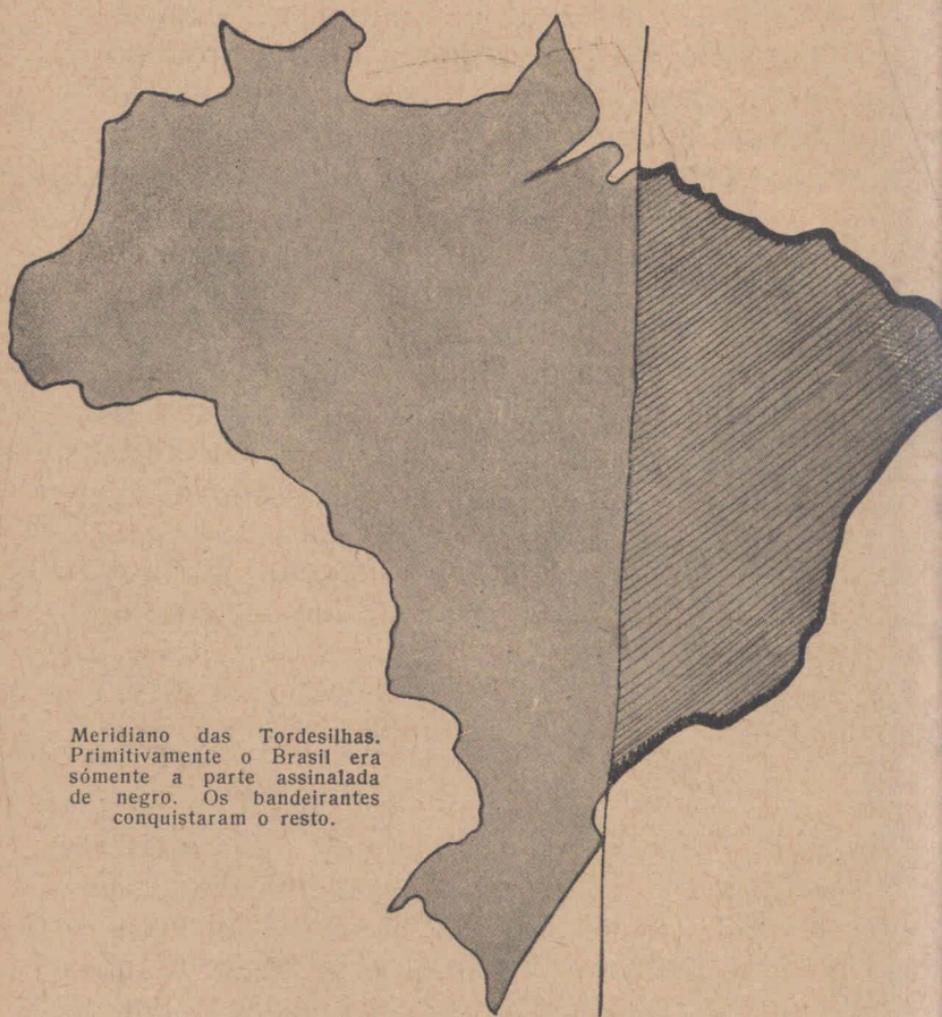
Desse episódio inicial da nossa história — a luta livre pela madeira de tinturaria — resultou a primeira lição que o europeu teve, nestes climas, da experiência e da vida “brasileira”.



Aldeias indígenas. Uma povoação de colonos fortificada. Cenas de guerra em 1550. (Gravura do livro de Hans Staden).

Os habitantes da Terra

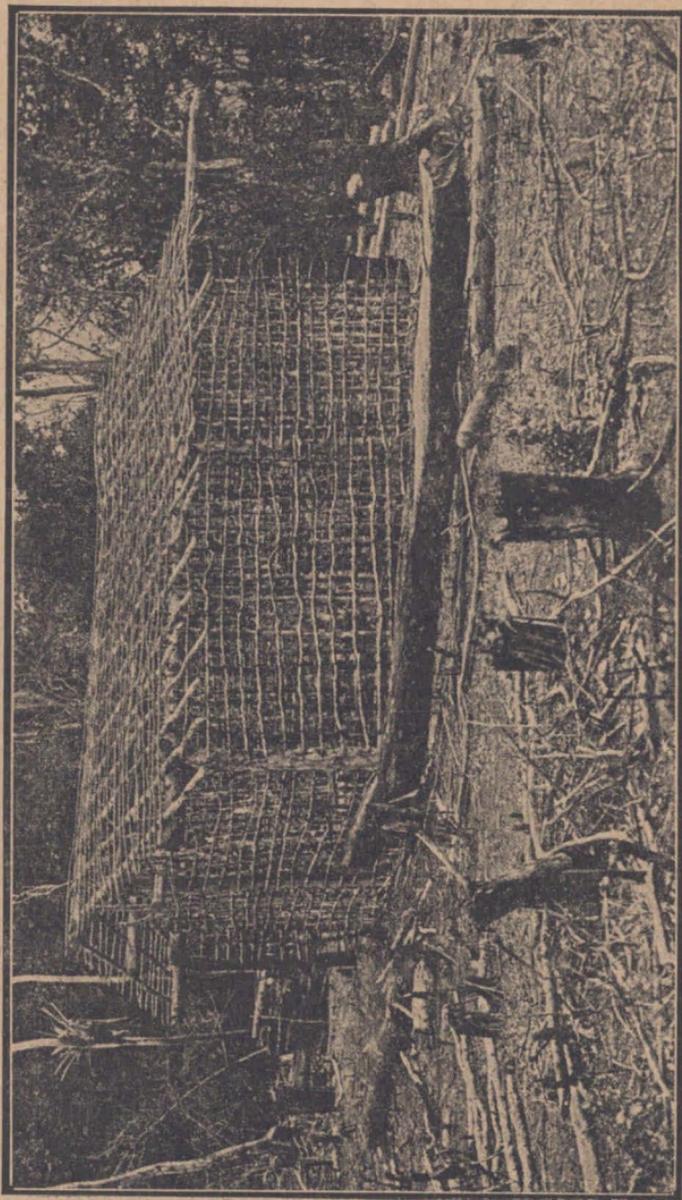
OS índios do Brasil (chamavam-se *índios* porque os primeiros navegantes julgaram ter chegado à *Índia*, não a um continente novo) dividiam-se em *tupis*, que falavam uma língua comum, e em *tapuias*, os de “línguas travadas”, inimigos daqueles. Anos antes do descobrimento do Brasil os tupis tinham desalojado da costa os tapuias, forçando-os a viver no interior do país. Os tupis eram mais civilizados e inteligentes do que os outros. Estes, entretanto, mais ferozes e guerreiros. Enquanto os tupis faziam as suas roças de milho e mandioca, construíam as suas “tabas” (ou grandes casas que abrigavam até trinta famílias), deitavam-se em redes de fio de algodão — os tapuias não possuíam cabana nem rede, alimentavam-se da caça e da pesca, andavam pelos matos em bandos errantes, como animais bravos, e usavam armas mais terríveis. Os portugueses aliaram-se facilmente aos tupis; mas sempre foram adversários dos tapuias. Por isso a entrada dos colonos nos sertões tantos sacrificios lhes custou: além das dificuldades geográficas, havia o tapuia, indomável, que assaltava os “sertanistas”.



Meridiano das Tordesilhas.
Primitivamente o Brasil era
sómente a parte assinalada
de negro. Os bandeirantes
conquistaram o resto.

União de portugueses e indios

Os tupis aceitaram inicialmente, com uma grande brandura, a amizade dos europeus. Uniram-se por laços de sangue. Alguns marinheiros portugueses se casaram com filhas de “morubixabas” (ou chefes) indigenas. E com esse casamento, ensinaram os caboclos a respeitar e admirar os homens brancos. Foi o caso do “Caramurú” na Baía, semelhante ao de João Ramalho em Piratininga. Diogo Alvares (o Caramurú), naufrago de uma caravela que negociava em pau-brasil, isso pelo ano de 1509, salvava-se na barra da Baía, e ganhara o amor de uma indiazinha tupinambá, a filha do “morubixaba” Taparicã. A rapariga tomou-o sob a sua proteção. Diz-se que Diogo Alvares também trouxera uma espingarda e, matando com um tiro um passaro, assustara de tal forma os selvagens, que jamais tinham visto arma de fogo, que logo o consideraram uma criatura sobrenatural. Casando-se com a principal mulher da tribo que dominava a região, onde depois foi fundada a cidade da Baía, Diogo Alvares (chamado pelos indios de “Caramurú”, que é um peixe que se esconde nas dobras dos rochedos) fez batizar a mulher com o nome de Catarina Paraguassú e passou a governar os tupinambás. Adotou-lhes os costumes. Imitou a sua maneira de plantar os alimentos, de tecer o algodão, de construir a casa, de ir á guerra com as tribus inimigas. E quando outros portugueses vieram estabelecer-se no Brasil, copiaram costumes e artes dos indigenas — tal como fizera o “Caramurú”.



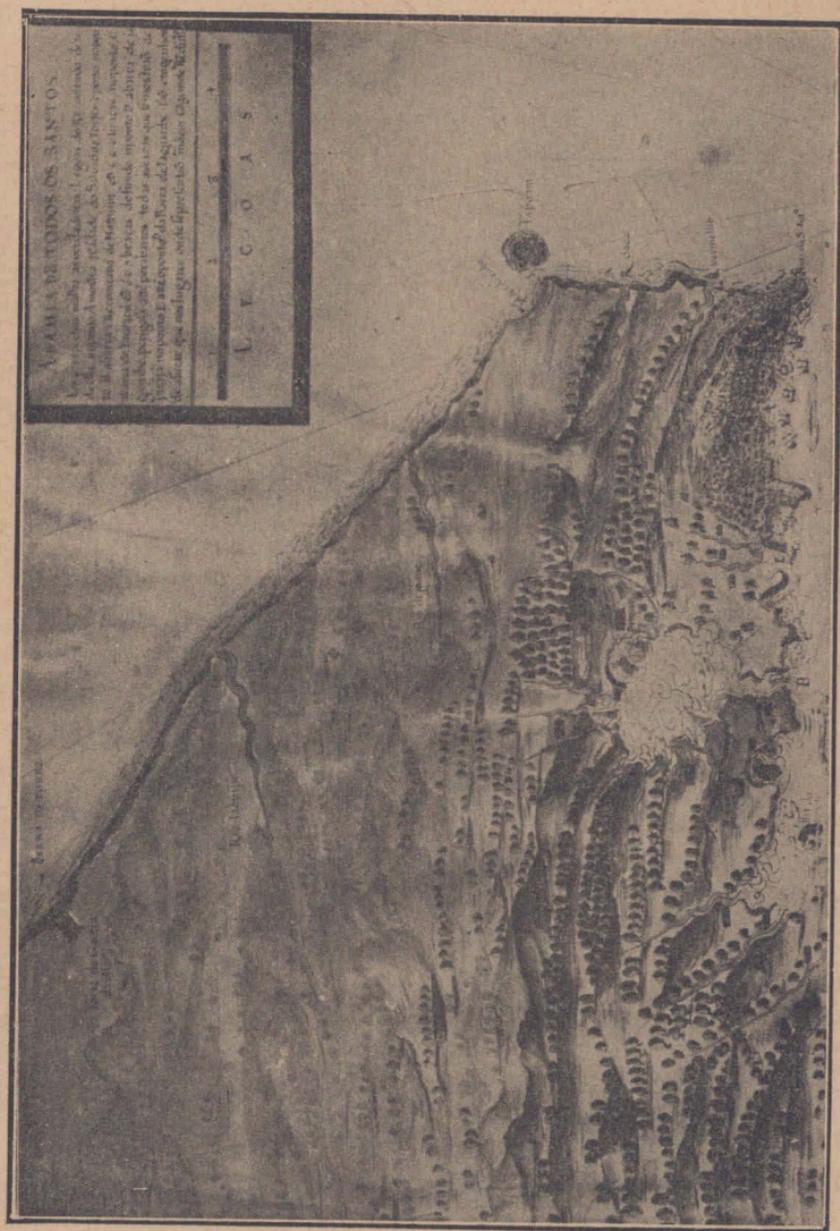
A casa sertaneja. Primeira fase da construção. Tipo de cabana indígena, que não se modificou no correr de tempo. Comum a todo o Brasil.

A adaptação dos primeiros colonos

Realmente, os primeiros colonos eram marinheiros, que extraíam pau-brasil e logo voltavam a Portugal, ou degregados, condenados por justiça a viver na America. Ambos chegavam sem recursos, sem alimentos de conserva, sem meios de resistencia ás novas condições de vida: e para obterem provisões, vestiram-se, adaptaram-se, tomaram dos indios todos os seus habitos.

Os mantimentos indigenas

O principal alimento dos tupis era a farinha. Plantavam a raiz da mandioca em roças que todo ano mudavam de lugar, pois só as cultivavam em "capoeiras" (ou roçados) conquistadas á floresta. Fabricavam, triturando a raiz, a farinha, com que faziam os seus beijús frescos — pão dos caboclos — ou a "farinha de guerra", assim chamada por ser muito seca e propria para o sustento nas longas jornadas. O milho, a batata e as frutas silvestres — a mais apreciada das quais era o cajú, que dava tambem a bebida fermentada, o "cauim" — constituíam a variedade da cozinha indigena, abundante tambem das peças de caça e dos peixes, habilmente pescados pelas tribus ribeirinhas. Não guardavam as provisões por muito aempo. Não tinham propriedade particular. As tribus viviam em comunidade, divididas pelas "tabas", onde juntos dormiam e comiam os indios. Havia nas "ocaras" (ou casas



Mapa do norte da Baía, manuscrito, 1602, vendo-se a Torre de Garcia d'Avila e a localização dos engenhos de açúcar. (Do "Livro que dá razão do Estado do Brasil", existente no Instituto Histórico).

indigenas, cujo teto era de palmas e as paredes de galhos entrançados) um “jirau” (especie de prateleira suspensa) onde reuniam as carnes moqueadas (defumadas ou secas ao sol) e a sua “farinha de guerra”. Mas não armazenavam viveres, como costumam fazer os habitantes das terras de estações rigorosas, que devem prever o inverno, e por isso poupam as colheitas. O clima tornara-os imprevidentes e desprendidos; tambem não lhes exigia roupas, que abrigassem do frio. Combatiam os calores tropicais banhando-se nos rios, como excelentes nadadores que eram. Tomavam varios banhos ao dia; e eram porisso muito asseados. Os seus enfeites limitavam-se ás penas, com que ornavam a cabeça, algumas vezes a cintura, os punhos e os tornozelos. Pintavam o corpo de tintas extraidas de certas plantas, afim de se defenderem dos insetos ou parasitas, ou parecerem mais temiveis aos inimigos. De resto, os indios se preparavam desde a infancia para a luta; enquanto as suas mulheres tinham os encargos da pequena industria caseira, da agricultura e dos serviços que não reclamavam a coragem e a força do homem.

Os “mamalucos”, donos do país

Os portugueses deram-se bem com os costumes tupis. E porque não trouxessem mulheres brancas, ligaram-se ás indigenas, e se “indianizaram” quasi completamente. Filhos dessa união, de brancos e selvagens, foram os “mamalucos”.



Anchieta — o jesuita fundador de S. Paulo.
(Gravura allegorica, do tempo).

Os portugueses eram os estrangeiros, ainda irresolutos em face da estranha natureza do Brasil, não ousando distanciar-se do litoral e das tribus tupis suas aliadas: porém, os “mamalucos” eram verdadeiros brasileiros. Criados pela mãe cabocla, esta lhes fez conhecer a alma das populações indígenas. O tupi foi a lingua que aprenderam no berço. Mas do pai europeu herdaram o espirito aventureiro, a superioridade das raças civilizadas. Naturalmente os “mamalucos” seriam os descobridores dos sertões. Nasciam caboclos. Iguais aos indios. Educados como êles, nos trabalhos do mato, enfrentando as feras, combatendo de arco e flecha,



A fabricação de açúcar. Estampa holandesa. (Engenho de Pernambuco de 1640).

conhecendo os segredos da floresta como os primitivos donos do país.

Os europeus não ousavam ainda penetrar no interior do Brasil. Foram os “mamalucos” os primeiros “bandeirantes” (que assim se chamaram, devido á bandeira que conduziam, á frente do grupo). Porque êles construíram as suas casas, cultivaram as roças, fizeram uma sociedade muito semelhante ás dos índios, de modo que pouco se distinguíam destes, e os atraíam como parentes. Depois os escravizaram e foram vende-los aos agricultores do litoral. A’ medida que as povoações da costa prosperaram, aumentou a necessidade de trabalhadores: e os colonos, que eram poucos, precisaram de índios, cada vez mais escassos nas proximidades. Os “mamalucos” tornaram-se assim grandes caçadores de selvagens, que vendiam por bom preço. E procurando esses caboclos, que prendiam na luta, ou enganavam com falsas palavras, iam revelando, abrindo e povoando o território central do Brasil.

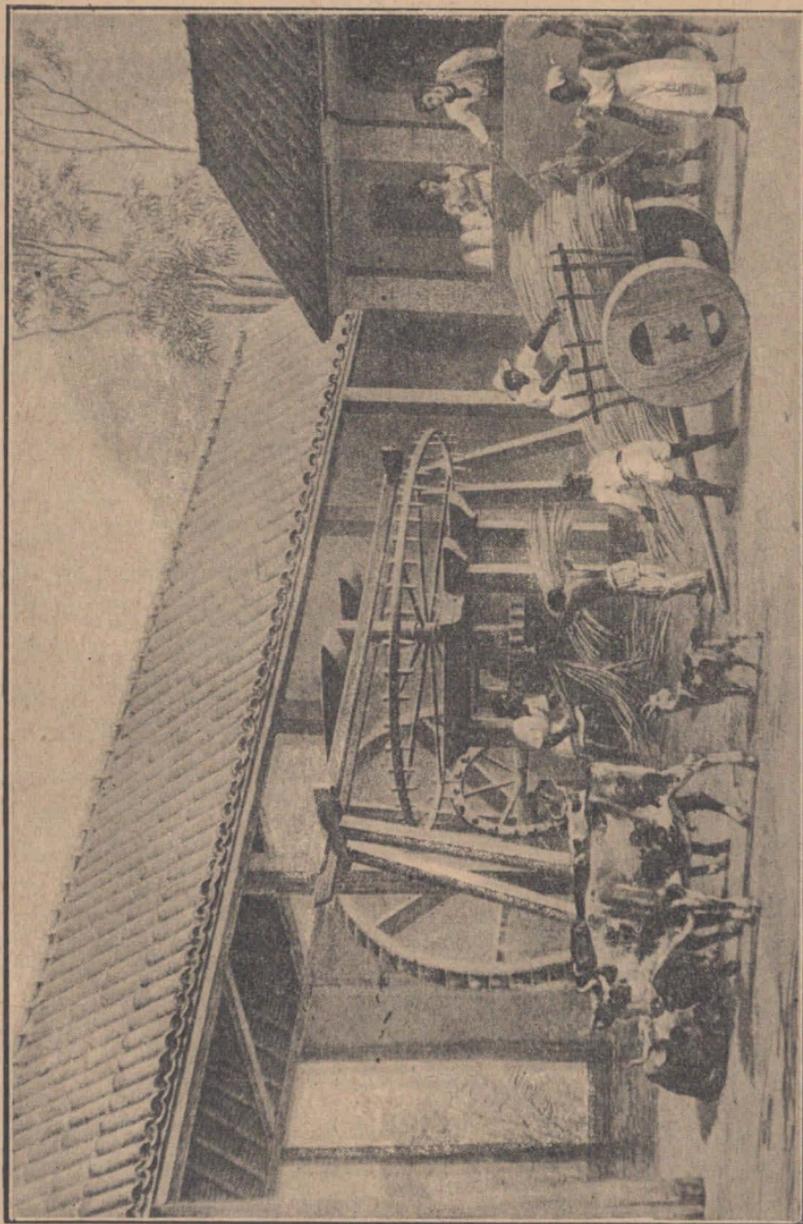
III

A conquista pelo açúcar

HOUVE uma circunstancia que modificou de repente a história do Brasil. Foi a fundação dos engenhos de açúcar em S. Vicente, em Pernambuco e na Baía. O país não possuía grandes culturas que interessassem ao estrangeiro. Também não tinha metais, nem ouro, nem prata, que em tamanha quantidade existiam em outros lugares da America. Porém o governo português entendeu de criar na costa do Brasil importantes propriedades agricolas, semelhantes ás da ilha da Madeira, afim de promover o fabrico do açúcar em larga escala. A cana de açúcar deu otimamente onde foi plantada. Homens ricos de Lisboa, principalmente de origem judaica, emprestaram dinheiro aos colonos para construir engenhos de moer a cana e fabricar o açúcar. Este produto alcançou na Europa preços tão altos que, em breve, os proprietarios dos engenhos estavam ricos, o commercio florescia, e o Brasil passava a render para Portugal mais que o Oriente.

Todos os homens de boa situação que emigraram para o Brasil estabeleceram engenhos.

Vendendo com muito lucro o seu açúcar, compraram belas coisas da Europa, com que tornaram confortavel e ostentosa a sua vida. Os engenhos cresceram e transformaram-se em pequenas vilas:



Engenho de açúcar. A moagem. (Do livro de Rugendas).

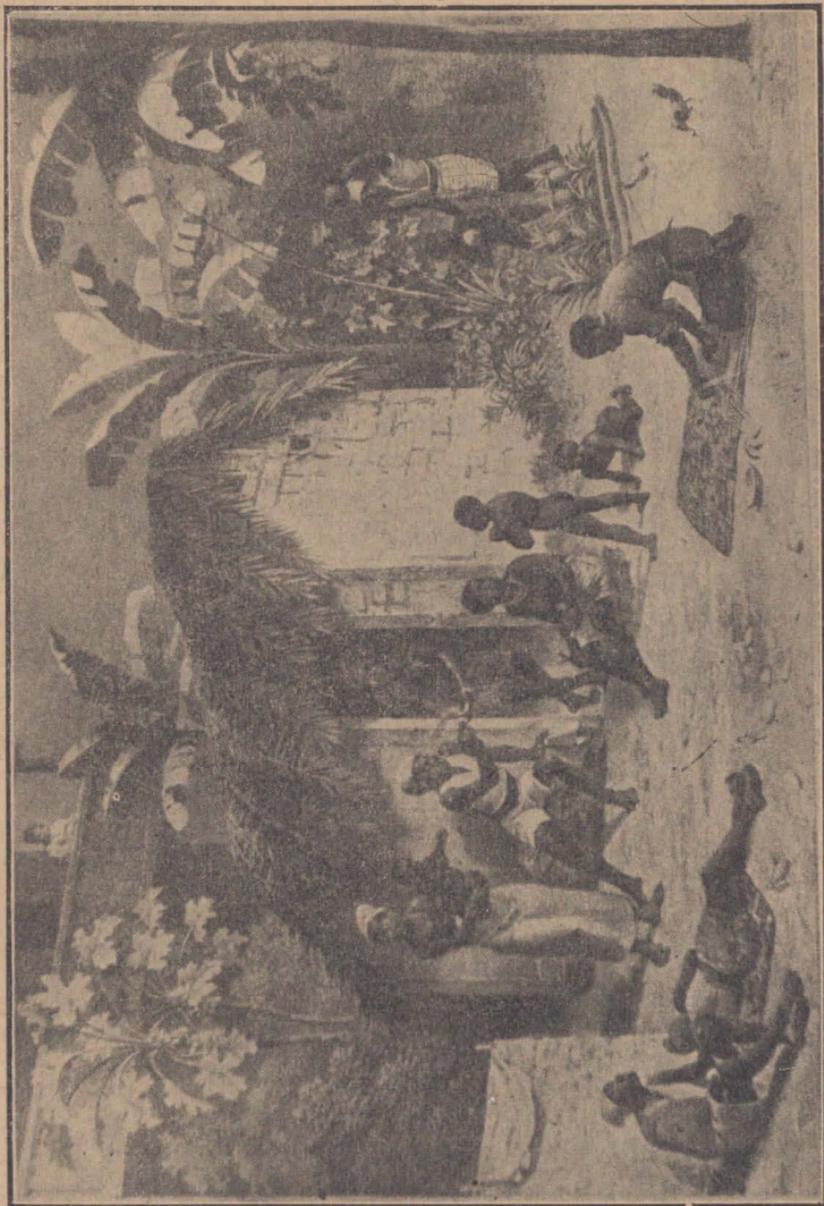
alguns foram superiores ás vilas de verdade. A casa do dono do engenho mudou-se na “casa grande”, especie de palácio campestre, ao pé da qual ficou a capela, onde o capelão do engenho ensinava a doutrina cristã. As senzalas”, (ou casas coletivas dos negros escravos), estendiam-se dos lados, e junto ao rio a fabrica aproveitava a força da água, pois a moenda girava com a roda que recebia o jorro da “levada”. Os trabalhadores deviam ser escravos: indios ou negros africanos.

O braço escravo

Os “mamalucos” forneceram aos engenhos os indios de que careciam. Mas tiveram de suspender esse fornecimento, tanto por se distanciarem, cada vez mais, as tribus indigenas, que fugiam dos brancos, como pela intervenção dos jesuitas, defensores intransigentes dos indios.

A intervenção dos jesuitas

Os jesuitas vieram com o primeiro governador geral, Tomé de Souza, em 1549. Pertenciam a uma ordem religiosa recentemente fundada, que pretendia catequizar os indios e abrir collegios nas colonias para os filhos dos europeus, ajudando as nações cristãs na conquista das novas terras. Sendo a primeira ordem religiosa que veio para o Brasil, tiveram aqui imenso prestigio. Foram os professores da mocidade



Cabana de escravos. Zona da mata. (Gravura de Rugendas).

durante duzentos anos. E professores exclusivos. Aprenderam logo a lingua tupi e reuniram em aldeias os indios que puderam salvar da perseguição portugueza. Obtiveram do rei de Portugal o reconhecimento da liberdade dos seus indios, que só poderiam ser escravizados em consequencia de uma guerra justa. E nunca permitiram sem muitos protestos que os colonos desrespeitassem os direitos daquela pobre gente.

A escravidão negra

Nesse tempo, sendo cada vez mais vantajosa a industria do açucar, os marinheiros portuguezes iniciaram o trafico de escravos africanos para os engenhos. Os negros eram melhores colonos do que os indios: mais resistentes, mais pacientes, mais ativos, não fugiam facilmente, nem tinha quem os protegesse na terra. O clima brasileiro parecia-se com o da costa d'Africa. A lavoura da cana é rude, e o serviço do engenho exigia cerca de 60 escravos. Todos os proprietarios acharam que valia mais ter africanos, que custavam muito dinheiro, do que indios, mais baratos, porém incapazes para aqueles trabalhos. Desde então, a importação de negros foi consideravel, e a navegação para a Africa frequente, avaliando-se em 6 milhões o numero de escravos vindo para o Brasil nos tres seculos do trafico, 1550-1850. Dos tres elementos formadores do nosso povo, branco indio e negro, este foi o mais numeroso no periodo colonial.



O missionario ensina aos indigenas. (Gravura allegorica do tempo).

Diferenças entre a costa e o sertão

A industria do açúcar e a população negra que se formou no litoral, em torno dos engenhos, deram ao Brasil da *costa* uma feição diversa do *sertão*, onde não houve agricultura prospêra nem a escravidão dos pretos.

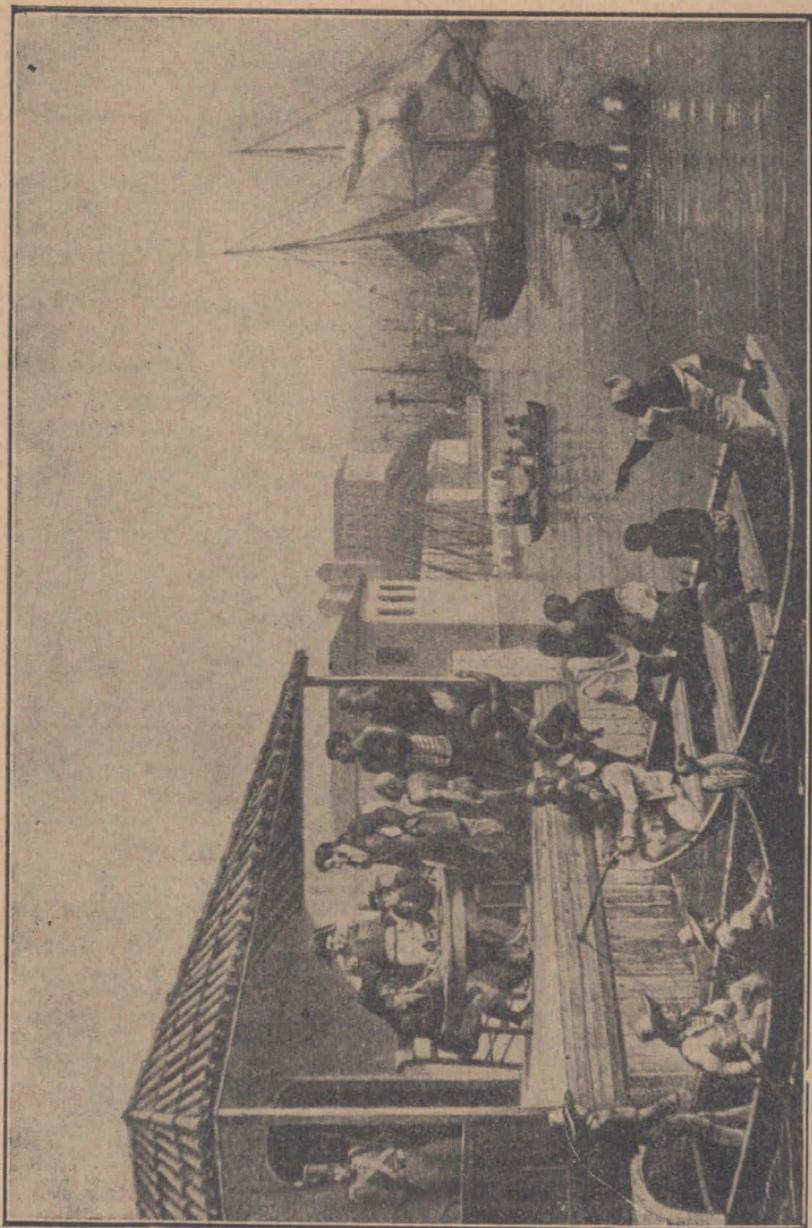
Barreiras geograficas

No sertão preponderam os “mamalucos”, separados dos homens do litoral pela *serra do Mar*. Esse acidente geografico divide em dois o nosso país: da banda de cá, rente ao mar, estão os lavradores; da banda de lá, no altiplano, os pastores e os “bandeirantes”.

A serra do Mar, perto da costa, como um vasto muro que, entre o Rio Grande do Sul e Pernambuco, torna difficil a penetração do Brasil, marcou dois rumos divergentes ao povoamento.

Os habitantes da costa, mais civilizados devido ao seu commercio com a Europa, presos á terra pelas suas culturas, não precisaram conhecer os sertões. Criaram as vilas e cidades do litoral.

Os “mamalucos”, sem povoações grandes, convidados a entrar pelo país em consequencia dos campos gerais do planalto e dos rios que o cortam, por outro lado habituados com os indios a caminhar centenas de leguas a pé, ou navegar nas suas canoas por todas as correntes navegaveis — mais depressa



A chegada dos escravos africanos ao porto do Rio de Janeiro. As autoridades inspecionam os negros.
(Do livro de Debret).

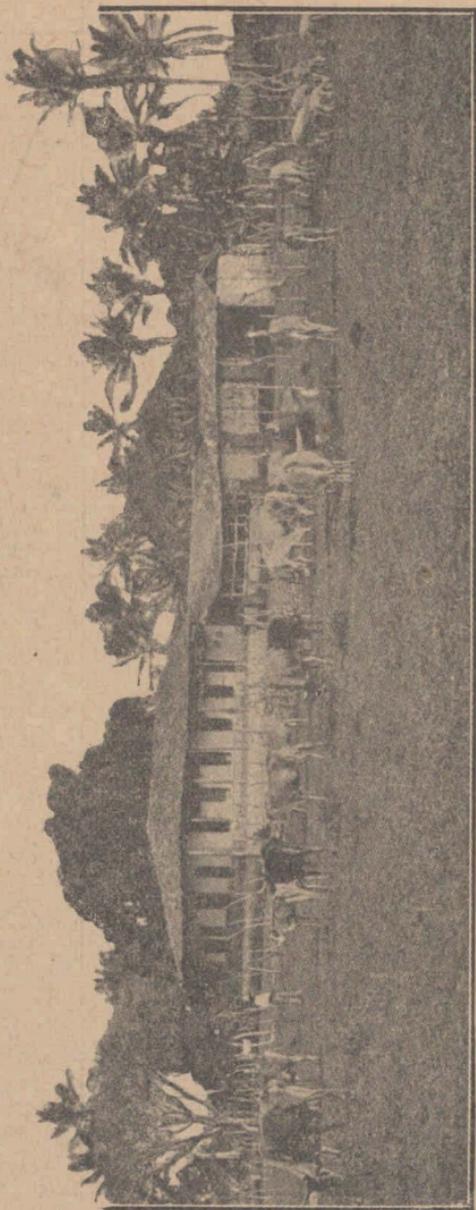
se fizeram pastores e caçadores de caboclos (bandeirantes).

Enquanto o homem da costa marchava acompanhando as praias, o homem do interior viajava seguindo os cursos fluviais: em pouco tempo tinha percorrido a maior parte do Brasil.

A serra do Mar afastou de tal sorte os dois ramos da sociedade colonial, que se desenvolveram sem entendimentos nem aproximações. Porisso ficaram tão diferentes.



O jagunço. Sertanejo da zona pastoril. Princípio do século XIX. (Quadro de E. Magalhães).



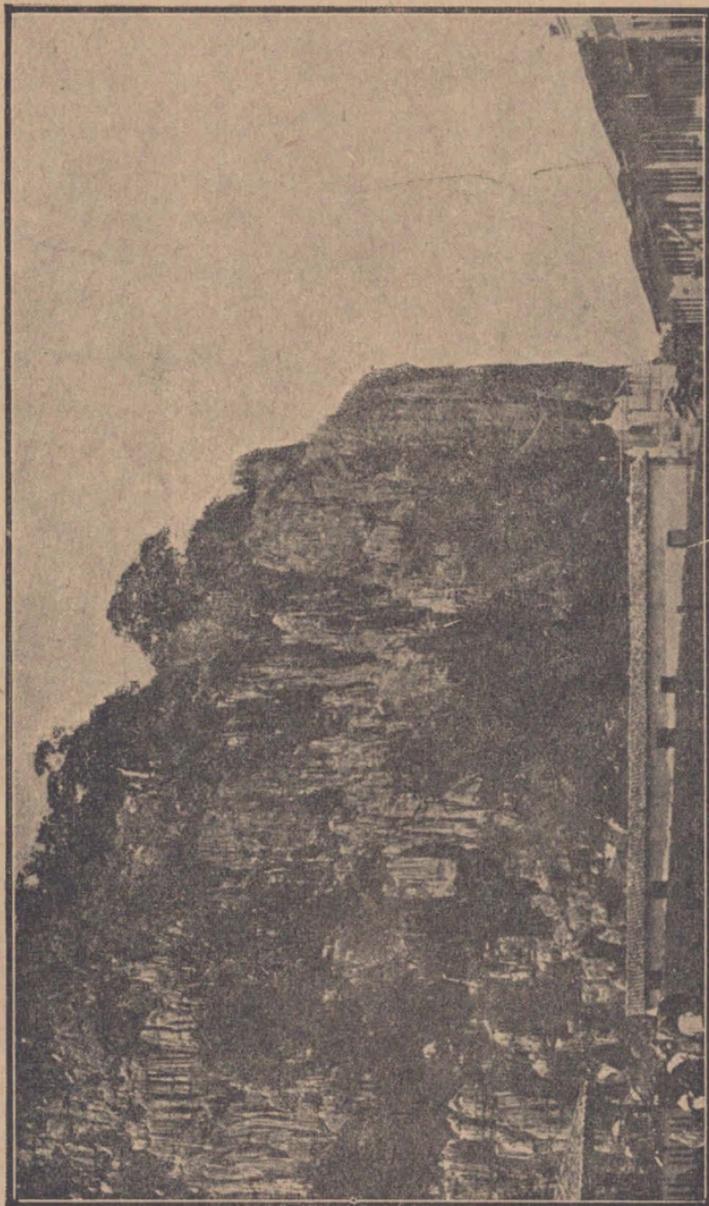
A casa da fazenda. Tipo de construção das regiões pastoris.
(Nordeste do Brasil).

Rios de penetração

Foi providencial o rio de S. Francisco, porque, no norte, corrigiu aquela separação. Corre esse rio das montanhas centrais para as chapadas do nordeste e, formando uma curva, de oeste para leste, vem desaguar no oceano. E' navegavel na sua maior extensão. Se as águas se dirigem do interior para o mar, os ventos têm rumo oposto, de modo que a navegação a vela se faz contra a corrente. Passada a cachoeira de Paulo Afonso, que divide a navegação do S. Francisco em duas partes, (a da foz e a sertaneja), o rio conduz ao centro do Brasil. Se no sul a serra do Mar traz o sertão para junto da costa, no norte o rio de S. Francisco levou a costa (isto é, a civilização do litoral) para o alto sertão. O povoamento no nordeste seguiu o curso desse grande rio. Apenas o interesse que teve o povoamento no nordeste não seria o mesmo do sul.



O indio militarizado pelos missionarios. Tipo sertanejo do Ceará e Maranhão. 1770. (De um codice inedito, do Museu Histórico Nacional).



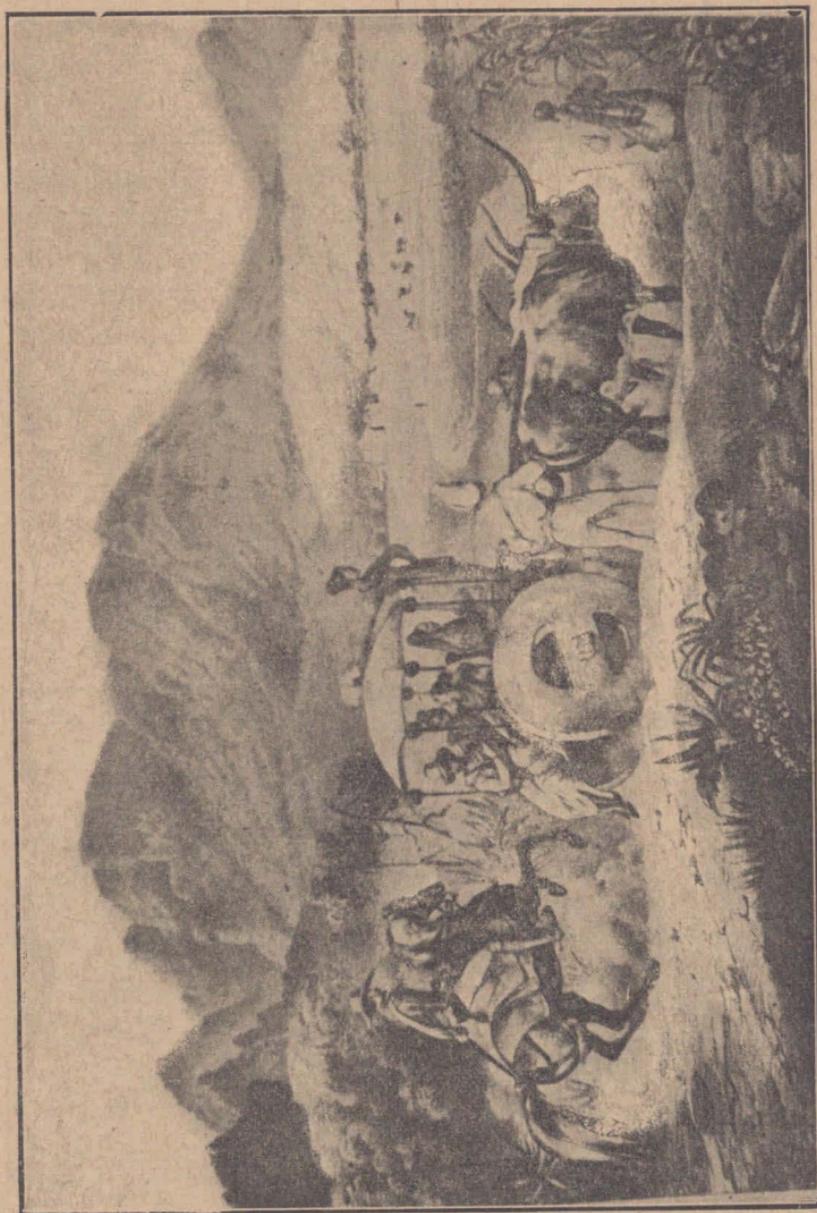
Capela de Bom Jesus da Lapa, no rio de S. Francisco. Devoção dos "Emboabas", que da Baía se dirigiam para as Minas. (1700).

Os caminhos do gado

A partir de 1550 vieram para a colonia muitos navios carregados de bois e vacas das ilhas de Cabo Verde. O gado prosperou imensamente nos campos existentes ao norte da Baía. Com o aumento das lavouras em volta da cidade, o gado foi conduzido para mais além. Em 1590 Cristovão de Barros, filho do provedor Antonio Cardoso de Barros, que fôra assassinado, pelos indios caetés, juntamente com o primeiro bispo, D. Pero Fernandes Sardinha e cem portugueses naufragos — entrou pelas terras de Sergipe chefiando um pequeno exercito de colonos e exterminou os ferozes caboclos. Os filhos de Duarte Coelho, capitão de Pernambuco, já haviam expulsado os indios de toda a região entre Olinda e o rio de São Francisco. Assim as comunicações terrestres entre a Baía e Pernambuco estavam asseguradas: e os rebanhos bovinos foram tangidos para o vale do São Francisco. Não havia melhores sitios para a criação de gado, que aí se



O vaqueiro, com a roupa de couro, e o cavalo protegido pelo peitoral também de couro.



O transporte habitual no centro do Brasil, no tempo de D. João VI. O carro de bois
(Do livro de Rugendas).

multiplicou espantosamente, em vastas fazendas administradas por “mamalucos”, e tomava progressivamente conta do país, porque os rebanhos procuram instintivamente as boas pastagens, os lugares umidos. Trinta anos depois, o gado do vale do S. Francisco era tão numeroso que dele se abasteciam as povoações da costa, para sua alimentação, para o trabalho dos engenhos e para a exportação dos couros.

Como surgiu o “sertanejo”. As comunicações

Com a criação pastoril, também se formou um tipo de colono, próprio do nordeste: o *vaqueiro*, ou sertanejo. Parece-se com o *bandeirante* paulista, pela sua raça “mamaluca” e pelos seus costumes indigenas. Porém não “desce” indios nem procura minas: contenta-se em viver das suas fazendas de gado. Dessas fazendas saiam todos os anos as boiadas, conduzidas ás feiras da costa pelos boiadeiros. Foram estes os primeiros agentes de comunicação entre os habitantes isolados no sertão e as cidades do litoral. Os boiadeiros traziam os rebanhos e, de volta, levavam as mercadorias indispensaveis á vida nas fazendas: azeite de iluminação (azeite de baleia), armas, peças de roupa, ferragens, instrumentos agricolas. No seculo seguinte o tropeiro realizou a mesma tarefa, de intermediario entre o sertão e a costa. O tropeiro era o guia da “tropa” de burros que transportava os produtos do sertão e,

de regresso, as utilidades importadas. Porém não se limitou a guiar os animais de carga: foi o mensageiro, o correio, o negociante ambulante (ou "mascate"), espalhando, ao longo dos seus caminhos, as idéias e as novidades adquiridas nas cidades. As "tropas de burros ligaram o planalto de S. Paulo ao porto de Santos. As "boiadas" ligaram o rio de S. Francisco á Baía. Já era o homem vencendo as dificuldades da natureza e ampliando o seu dominio. Mas os accidentes geograficos davam á formação do Brasil direções que o homem não pôde evitar: porque o povoamento continuava a estender-se ao comprido da costa, abaixo da serra do Mar, e pelo planalto de S. Paulo, na linha dos vales do Tietê e do Paraíba; ou pelo nordeste, acompanhando o S. Francisco, de modo que as regiões entre os rios e as montanhas do centro não atraíam ninguém.

Foi necessaria a descoberta do ouro para que o povoamento entrasse pelas serranias das Minas Gerais e não se detivesse mais diante de nenhuma barreira natural.

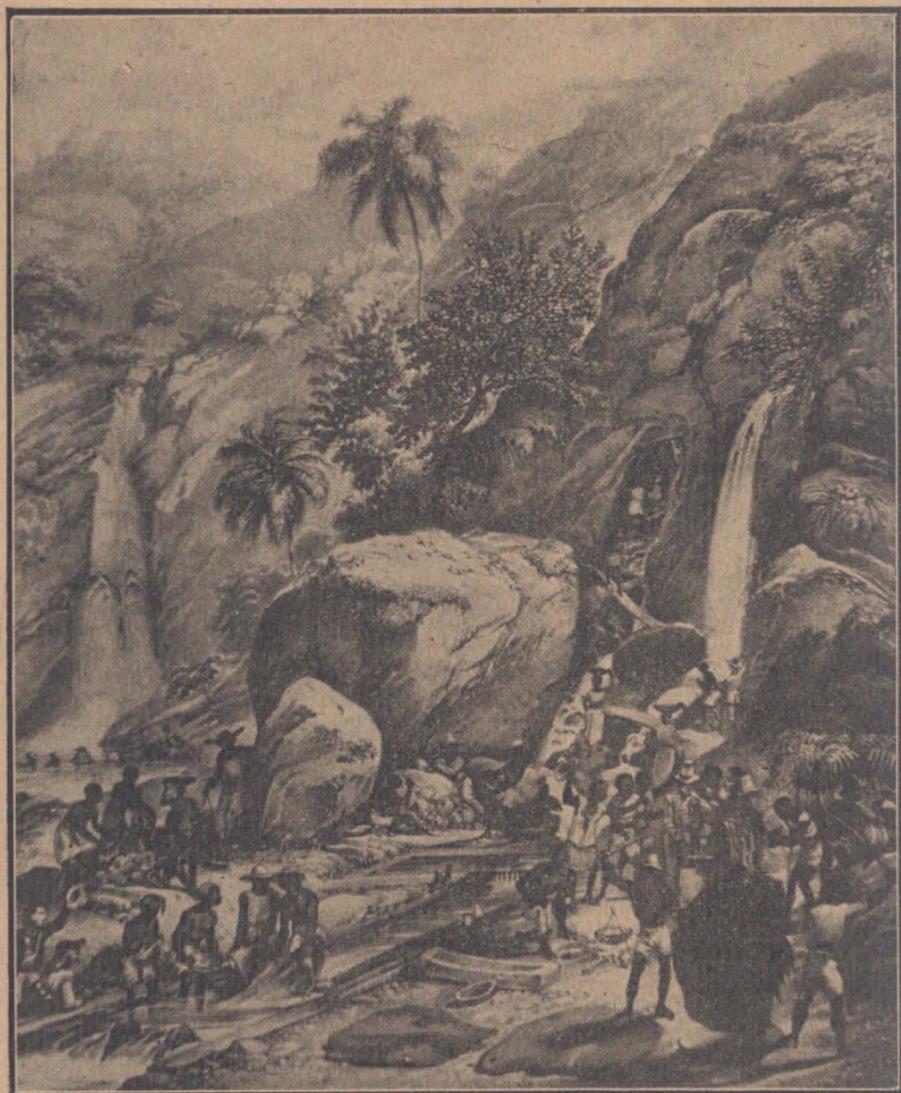
IV

O bandeirante

O “mamaluco” de S. Paulo foi um grande “descedor” de indios. Mas sempre procurou minas de ouro e prata. Depois, achando os caminhos, através dos campos e dos rios, para as “missões jesuíticas”, organizou expedições que as devastaram.

As grandes jornadas

As “missões” eram aldeias de indios guaranis que os jesuitas espanhóis tinham fundado, a partir de 1609, desde o Paranapanema (limite atual de S. Paulo e do Paraná) até o rio Uruguai. Nessas aldeias (também chamadas “reduções”), alguns missionários ensinavam aos indios as artes da agricultura, a religião, as primeiras letras, e construíram belas igrejas, colegios, verdadeiras cidades de cabanas, onde os guaranis viviam obedientes à rigorosa disciplina dos seus mestres. Os padres não só ensinavam aos indios, como faziam render o seu trabalho, criando e incentivando as culturas, e exportando enormes quantidades de produtos tropicais. E com essa prosperidade comercial tornaram esplendidos os seus templos e deram às “missões” uma fama de terras encantadas de riqueza e abundância. Os pau-



O trabalho nas minas de ouro. Minas Gerais. (Gravura do tempo.
Do livro de Rugendas).

listas trataram de ataca-las, descendo os rios Tietê e Paraná em canoas, como faziam os indios, ou caminhando através dos campos gerais, até os pampas argentinos. Em 1627 um bandeirante, Antonio Raposo Tavares, com um exercito de tupis e paulistas, assaltou e incendiou as "missões" do Guairá. Os jesuitas debalde militarizaram os seus "catecumenos". Os paulistas expulsaram-n'os do Paranapanema, e foram inquieta-los mesmo ás margens do rio Uruguai. Assim alargaram as fronteiras do Brasil; e adquiriram um renome de guerreiros, que espantou o mundo. De fato, os principais moradores de S. Paulo viviam de suas excursões ao sertão: por vezes as vilas de S. Paulo se esvaziaram, ficando em casa apenas os velhos, as crianças e as mulheres. Os homens validos iam perseguir tribus indigenas, pilhar as aldeias dos jesuitas, procurar as minas, que foram o grande sonho dos "sertanistas" desde a chegada de Martim Afonso de Souza, em 1532.

A' procura do ouro

Havia ouro no Brasil — isto se sabia. Braz Cubas, companheiro de Martim Afonso e fundador da vila de Santos, tinha descoberto as minas de Jaraguá. O governador geral D. Francisco de Souza passara-se depois a S. Paulo, em 1602, para promover a exploração de minas, com pessoas praticas de mineração. Achara-se algum ouro: tanto que naquele ano se estabeleceu em S. Paulo uma casa de fundição, para beneficiar o metal encontrado. Em

1649 o paulista Gabriel de Lara subira de Paranaquá para os campos de Curitiba, e achara ouro. Tudo isso, porém, em pequena quantidade, que não modificou os destinos da colonia. Até 1694. Foi nesse ano que dois paulistas encontraram nas montanhas junto ao rio das Velhas ricas minas de ouro.

As montanhas, territorio hoje do Estado de Minas, tinham sido visitadas vinte anos antes pelo paulista Fernão Dias Pais Leme, que procurava esmeraldas. A lenda das esmeraldas vinha do seculo passado. Dizia-se que um sertanista, entrando pelo rio de S. Mateus, encontrara um monte verde, de esmeraldas, talvez nas nascentes do rio Doce. Fernão Dias não trouxe essas pedras preciosas. Porém chegara ao rio das Velhas, na altura de Sabará, e foi aí que seu genro, Manuel Borba Gato, descobriu outras minas valiosissimas.

Esse Borba Gato vivera fugido nas matas durante doze anos, por ser acusado da morte do inspetor das minas, D. Rodrigo Castelo Branco, enviado ao Brasil pelo rei. Foi absolvido, com a condição de dar conhecimento ás autoridade das suas descobertas: assim nasceu o arraial de Sabará, primitivamente Roça Grande, o mais antigo das Minas Gerais. O nome de *Minas Gerais* indica o deslumbramento dos paulistas, que em todas as serras da região acharam jazidas de ouro. O nome de "Roça Grande" revela um uso bandeirante tomado aos indios, que era o de plantar as roças de mantimentos em varios pontos da jornada, para se abastecerem.



Garimpeiros faiscando diamantes. Tipo de trabalho colonial. O trabalhador também se veste da mesma maneira. (Chapada Diamantina. Baía).

Daí as suas viagens demoradas; mas as faziam com segurança, e as explorações não continuavam senão depois da colheita, quando a “bandeira” seguia, para plantar a “roça” noutra região favoravel.

As minas gerais

O clamor causado pela descoberta das “minas gerais” não se limitou ao Brasil. Em Portugal a impressão foi profunda. Milhares de imigrantes lançaram-se para o Brasil. Das povoações da costa, milhares de colonos subiram o rio de S. Francisco, para atingirem as minas. Os paulistas, despeitados com essa inesperada concorrência, chamaram aos intrusos de “emboabas” (ou aves calçadas, porque calçavam botas; enquanto os paulistas andavam

descalços). Todos os homens de guerra de S. Paulo se atiraram ás minas: e resistiram á invasão. Para isso amendrontavam os forasteiros, faziam-n'os voltar, e os repeliam pela força. Mas os forasteiros se uniram e — porque era necessario o trabalho de escravos negros — levaram da costa numerosos africanos armados. Unidos, repeliram os paulistas, aumentaram a produção de ouro e desenvolveram os



Oficial de milicias do norte do Brasil. 1770. (De um codice inedito, do Museu Histórico Nacional).

arraiais. Vieram os governadores, que transformaram em *vilas* aqueles *arraiais*. O rei de Portugal, porém, perdeu a maior porção dos seus direitos sobre o ouro das Minas. Os mineiros exportavam-no secretamente; os contrabandistas vendiam-no ás escondidas; e as autoridades não tinham meios de evitar o grande prejuizo da fazenda real. A esta cabiam os “Quintos”, ou 20% do produto. Então o rei mandou instalar casas de fundição. Nessas oficinas o ouro tinha de ser fundido, separando-se no ato a parte do rei, e restituindo-se aos particulares o resto. Com isto não podiam mais ocultar o fruto do seu trabalho, nem remete-lo para fora da capitania. Trataram, pois, de opôr-se á execução da lei

que estabelecia as casas de fundição. E conseguiriam o seu intento, não fôra a grande energia e a astúcia do governador conde de Assumar.

O conde fizera vir de Portugal um regimento de dragões para a policia das Minas Gerais. Esse regimento de cavalaria prestou-lhe os maiores serviços, pois impediu todas as tentativas revolucionarias, tanto de paulistas como de "emboabas" a partir de 1719. Em 1720 os moradores de Vila Rica revoltaram-se contra as ordens do governo e durante varios dias desceram dos morros, mascarados e armados, para inquietarem a povoação. Chegaram a dirigir-se em bandos ameaçadores para o Ribeirão do Carmo (Mariana) onde se achava Assumar. Por boas palavras o governador os aquietou, prometendo atendel-os; e quando se viu bastante forte mandou destruir todo o arraial de Pascoal da Silva (hoje chamado, por isso, Morro da Queimada), prender os principais culpados e supliciar na praça publica o agitador Felipe dos Santos. Depois de tão violento castigo a calma reinou na capitania, os direitos do rei



Tambor de milícia colonial.
Tipo africano. 1770. (De um
codice inédito, do Museu
Histórico Nacional).

cresceram, o povoamento aumentou num grande progresso, e foi muito prospera até o fim do seculo, quando se esgotaram as minas de ouro.

Grande riqueza

Em 1729 foram encontrados diamantes na região do Tijuco, logo demarcada como Distrito Diamantino, e sujeita a ordens severissimas, que impediram o contrabando das pedras. Diamantes e ouro deram ao rei de Portugal imensos rendimentos. Calculam-se em cinco milhões de contos de réis, em moeda atual. Graças a tais recursos a côrte de Lisboa — no reinado de D. João V — foi nesse tempo uma das mais brilhantes da Europa, gastando em monumentos, em presentes ao papa, em festas soberbas e na construção de palacios e conventos, os lucros do Brasil.

Sempre para o oeste

OS paulistas, que não puderam ficar nas Minas Gerais, repelidos pelos “emboabas”, dirigiram-se sempre para o oeste, e descobriram outras, importantes minas de ouro em Cuiabá. Desciam o Tietê, o Paraná, subiam o rio Paraguai, espalhavam-se por todos os sertões do sul e do centro do Brasil. Quando as minas de Mato Grosso deixaram de interessar aos paulistas, já tinham conhecido os melhores campos meridionais, excelentes para a criação dos gados. Passada a mania do ouro, fizeram-se pastores.

Os gados do Sul

O planalto era de fácil conquista até as serras de Santa Catarina. Os campos gerais aí se interrompiam, para recomeçarem mais ao sul, nos prados do Rio Grande. Uma vez construida a estrada comunicando o Rio Grande a Santa Catarina, os rebanhos, abundantes nos pampas argentinos, iriam a S. Paulo, através dos campos de Curitiba. Nos pampas, desde o meado do século XVI, numerosos rebanhos de cavalos e bois multiplicavam-se em liberdade, abandonados pelos primeiros colonos espanhois que tinham sido expulsos pelos indigenas. Es-

tavam á mercê dos aventureiros que ousassem procura-los no deserto. A povoação mais meridional do Brasil foi Laguna. Porém Portugal se considerava com direito á margem superior do Rio da Prata, onde os espanhois ainda não se tinham estabelecido: e em 1679 uma expedição fôra fundar, quasi defronte de Buenos Aires, a "Colonia do Sacramento". As autoridades de Buenos Aires juntaram um exercito, puseram em cerco e forçaram á rendição a colonia, que assim se malogrou. Então os habitantes da Laguna tentaram povoar a região intermediaria, entre Santa Catarina e o rio Uruguai — territorio atual do Rio Grande do Sul (nome que tirou do canal que comunica a Lagôa dos Patos com o oceano).

Os gauchos

Os lagunenses eram gente de S. Paulo. Atravessaram aquele canal e instalaram fazendas, ou "estancias", nas cercanias. Fizeram-se gauchos, ou vaqueiros que iam arrebanhar os gados selvagens nos campos espanhois e os traziam para os seus povoados. Em 1729 foi aberta a estrada que ligou o Rio Grande ao Paraná: e por esse caminho os gados subiram para os campos de Curitiba, podendo chegar a S. Paulo e ás Minas Gerais por baixo preço. Muitos paulistas se deixaram ficar com fazendas ao longo da nova estrada, desde Sorocaba até o Rio Grande. Em 1737, o governo portuguez, com o intuito de colonizar efetivamente a região da fronteira, mandou cem casais de açorianos para o Rio

Grande. Fixaram-se no Porto de Casais (hoje Porto Alegre). Espalharam-se pelo continente. Transformaram-se tambem em gauchos. Povoaram gradualmente a vasta zona entre a colonia do Sacramento (por tres vezes fundada e destruida) e a serra catarinense. E de tal forma que, quarenta anos depois, os espanhois já não podiam investir o Rio Grande, defendido pelos moradores com as suas cavalarias valentes — espontaneos e admiraveis soldados. O gaucho assim appareceu e não perderia mais as caracteristicas sociais da sua formação, sobre a fronteira brasileira.

Crescimento espontaneo da colonia

Gados ao norte e gados ao sul — a criação interessou a todas as nossas populações sertanejas. Em consequencia da mobilidade dos rebanhos o nordeste ficara descoberto e habitado. Tambem devido á mobilidade dos rebanhos os campos riograndenses foram logo dominados pelos gauchos. As minas de ouro tinham levado a colonização ás montanhas centrais e, depois, através dos rios Tietê-Paraná-Paraguai, a Mato Grosso. Mas a agricultura desenvolvera com uma perfeição maior as povoações do litoral. Portanto o Brasil cresceu em todos os sentidos: tornando-se um grande produtor de açucar, algodão e fumos, na costa; e no interior, um país mineiro e pastoril, que não precisava dos auxilios da Europa para viver.

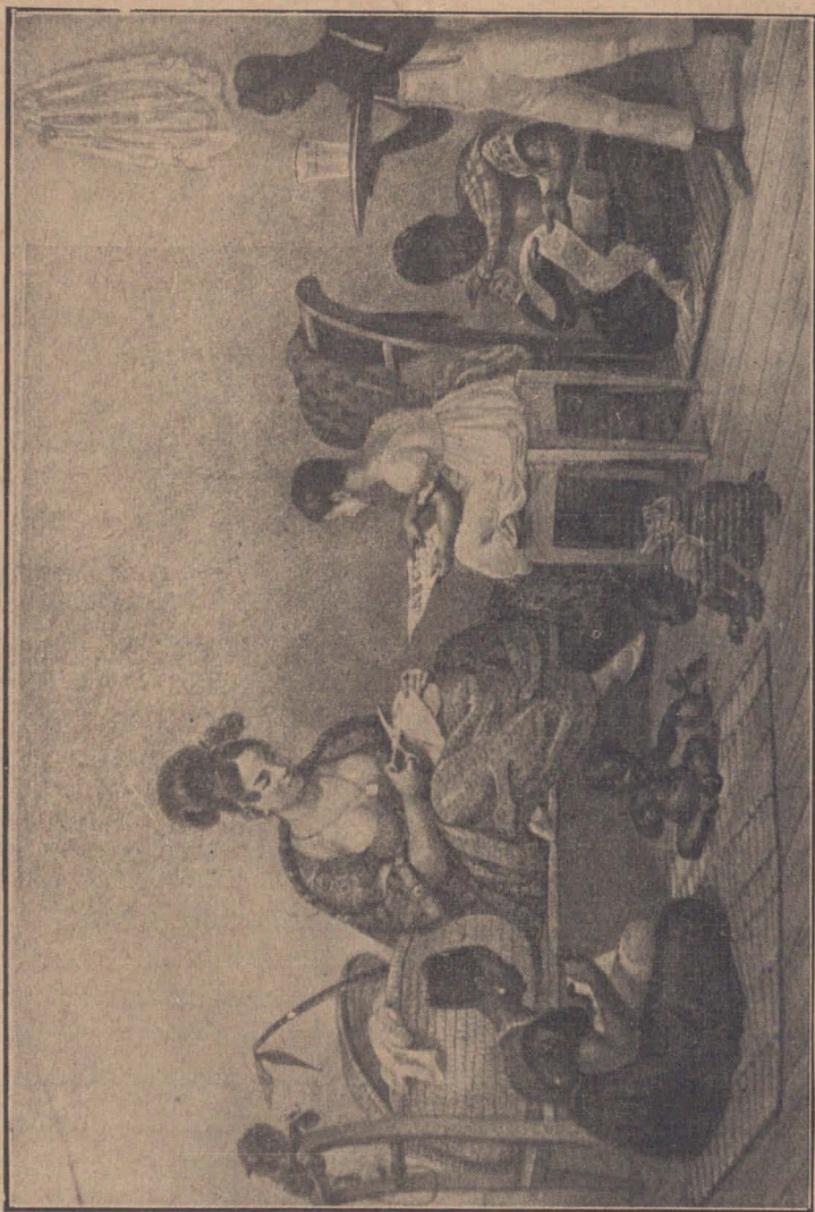
A cidade e a vila

AS diferenças de vida, entre a cidade do litoral e as vilas do sertão, foram muito grandes.

A cidade copiou os costumes e teve as comodidades conhecidas na Europa. Mas as vilas sertanejas aproveitaram tanto a experiencia dos povos indigenas como as influencias da civilização, que a elas chegavam retardadas e indecisas. O que mais concorreu para dar á existencia no Brasil um aspecto inconfundivel, foi a escravidão. Escravidão de negros, na costa, e de indios, no interior. A escravidão dividiu a colonia em classes: a dos homens livres, e a dos escravos. Formou tambem uma população mestiça — de *mamalucos* e *mulatos*. Tornou a parte não-escrava da sociedade mais indolente e improduttiva, pois todos os trabalhos rudes, e as proprias artes manuais, competiam aos cativos. Enquanto estes trabalhavam, os senhores descansavam. Mas, graças ao escravo, floresceram as lavouras e os portugueses, embora tão poucos, conseguiram viver admiravelmente no meio tropical.

Geralmente, porém, os colonos foram pobres.

Só conheceram algum luxo na região agricola do açúcar (Pernambuco e Baía) e nos centros de mineração (Minas Gerais).



Interior de casa carioca, no tempo de D. João VI. A senhora e os seus servos. (Do livro de Debret).

A casa do colono

As suas casas, do interior do Brasil, ou imitavam as do índios, feitas de varas trançadas de barro batido, ou, se eram de pedra e cal, não tinham nenhuma beleza. A habitação campestre possuía sempre a “varanda”, onde se reunia a família. Nas vilas, fechavam as janelas as “rotulas”, ou grades de madeira, do gosto oriental. Porque a mulher não devia ser vista por estranhos e era, quanto possível, ocultada: as casas pareciam, nas vilas, pequenos conventos. Assim, eram quasi desmobiadas, consistindo os objetos de uso em redes, mesas e ban-



A casa brasileira de 1810. Costumes cariocas. (Do livro de Chamberlain).



A família brasileira de 1820. Aspecto de uma visita de cerimônias. (Do Livro de Debret).

cos, esteiras, arcas (ou baús) e o trem de cozinha. A mulher não aparecia ás visitas, devido aos antigos habitos de recolhimento e modestia dos portugueses, nisto continuadores dos arabes. Portanto não havia festas domesticas, nem costumes de elegancia ou vida social. As festas eram religiosas: quando as familias comemoravam os seus santos. É o lugar em que se realizavam eram as igrejas. Daí serem as igrejas os monumentos de arte mais valiosos da colonia, onde a inspiração dos artistas brasileiros deixou os seus melhores trabalhos. Em celebrar os seus santos gastavam os colonos a maior porção das economias; e costumavam ainda fazer as ordens religiosas ou os templos seus herdeiros, de modo que o clero teve sempre importantes recursos para as construções e o esplendor do culto.

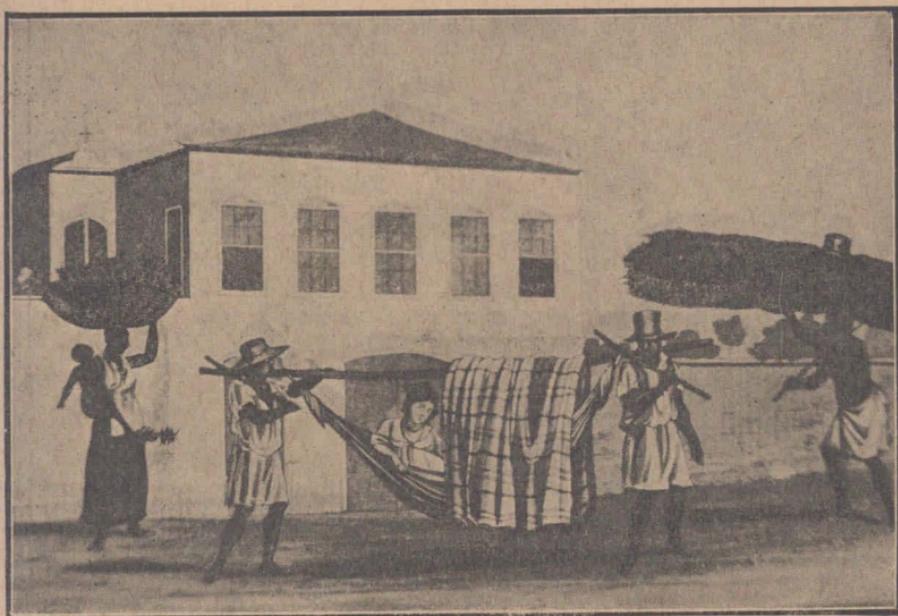
Concorria para o isolamento das familias, nas povoações, a falta de iluminação noturna, pois as casas eram alumizadas com lanternas de azeite de peixe ou apenas com as labaredas do fogão. De maneira que os colonos se deitavam ao anoitecer, para despertar de madrugada. Vestiam-se tambem com grande simplicidade. Sómente no litoral, onde os lucros do açúcar foram abundantes, ou nas minas, toda gente usou os mais caros tecidos, sedas e veludos, que vinham de Portugal. De ordinario trajavam roupas de algodão que as mulheres teciam em casa, coloridas com tintas vegetais indigenas, e aproveitavam quanto podiam o couro, para os sapatos, os cintos, as perneiras, os peitorais, os chapéus. O clima benigno permitia pouco vestuario: e o re-
traiamento exagerado da mulher tornara desnecessa-



A sége e a cadeirinha. Aspectos de rua carioca em 1810.
(Do livro de Chamberlain).

rio o luxo. As vestimentas aparatosas reservavam-se para as festas de igreja e duravam longos períodos, passando de avós a netos. Nas povoações centrais, (e nas fazendas) os colonos faziam por não comprar aos negociantes, que iam da costa, senão as coisas mais indispensáveis: como o azeite da iluminação, o sal, as armas e instrumentos agrícolas, a pólvora. A indústria caseira fornecia o resto.

As fazendas foram também pequenas oficinas e escolas onde os filhos dos colonos aprenderam a resolver os múltiplos problemas da existência independente.



Meios de transporte do Rio de Janeiro, em 1810. A “serpentina”, ou rede, que precedeu à cadeirinha no trafego urbano. (Do livro de Chamberlain).

A instrução dos jesuitas

Não havia propriamente instrução popular. Os professores da mocidade eram apenas os jesuitas. Tinham os seus collegios nas principais regiões do Brasil e também numerosas aldeias e fazendas. Ensinavam primeiras letras e catecismo aos meninos, e aos rapazes que podiam cursar aulas superiores — gramatica latina, artes (rudimentos de ciencias) e teologia (doutrina da religião). Igualmente os educavam quanto ás maneiras, aos trabalhos usuais e á conduta que deviam ter em sociedade. Porém as aulas dos jesuitas não bastavam para as necessida-



A casa colonial com a sua rotula. Tipos populares do Rio de Janeiro.
(Do livro de Chamberlain).

des de uma população espalhada, nem as crianças pobres podiam afastar-se dos pais para receber a instrução dos collegios das vilas. Sómente nos engenhos, os padres capelães educavam os filhos do proprietario e alguns meninos brancos das cercanias. Os professores particulares, em pequeno numero, estabelecidos em algumas vilas, não conseguiram fundar escolas importantes. No Brasil colonial não possuímos academias de ensino superior nem outros liceus de ensino secundario além dos collegios dos jesuitas (que equivaliam aos ginasios de hoje, porque preparavam os alunos nas *humanidades*). A Universidade ficava em Portugal: Coim-

bra ou Evora. Os rapazes que podiam estudar, iam ao reino bacharelar-se, e voltavam muito enobrecidos com o diploma, pois o numero deles era diminuto, no meio das populações ignorantes. Os intelectuais eram sempre os religiosos, e exclusivamente nos conventos as letras e ciencias se cultivavam.



Marquês de Pombal.

A obra educativa dos jesuitas foi importantissima, porque não se contentaram em abrir collegios nas vilas. Penetraram em todos os rumos o país, doutrinando os indios e os filhos dos portuguezes. E tanto lhes ensinaram linguagem e cantos, como as artes manuais e os trabalhos do campo. O mestre jesuita pode ser representado pelo padre José de Anchieta, que saia pelos matos, de pés nus e apoiado a um bordão, para converter os selvagens; ou então, no collegio de S. Paulo, lecionava aos jovens indigenas e aos pequeninos colonos os rudimentos da lingua portuguesa, as cantigas de louvor a Deus (cantos orfeonicos daquele tempo), as virtudes cristãs e a maneira de fabricar alparcatas, de tratar os enfermos, de cultivar as roças e de cuidar do gado.

Isto até 1759. Os jesuitas, pelo poder que tiveram, em consequencia da sua obra missionaria na

America, tornaram-se suspeitos ao governo real. O ministro do rei D. José I, o marquês de Pombal, decidiu expulsá-los, pretextando a resistencia das "missões" espanholas ao tratado de limites de 1750 (Tratado de Madrid). Todos os jesuitas do Brasil foram embarcados presos para Portugal e as suas propriedades vendidas em leilão. Em 1773 o papa extinguiu a Companhia de Jesus (restabelecida em 1814).

A administração colonial: capitanias

O governo de Portugal não pôde colonizar o Brasil por meio de estabelecimentos oficiais. O Oriente prendia a atenção do rei e do commercio portuguez e não havia dinheiro para empregar num país selvagem como era ainda o nosso. Porém os corsarios estrangeiros continuavam a negociar com os indios e a tentar apossar-se das costas abundantes de pau-brasil. Foi para evitar que realizassem esse intento que D. João III (sucessor de D. Manuel) enviou uma expedição para policiar o litoral, sob a chefia de Martim Afonso de Souza — em 1530 — e logo em seguida dividiu a colonia em capitanias hereditarias. Assim chamou os trechos do país, de cincoenta ou cem leguas da costa, que deu a capitães ou donatarios, fidalgos de sua côrte, que ficavam com a obrigação de vir coloniza-los á propria custa. Tais capitanias eram como os antigos “feudos”, ou terras de propriedade dos “senhores feudais”, que as possuíam como soberanos, dispondo da vida e morte dos moradores, e dependentes do rei apenas em relação a certos auxilios e tributos que deviam prestar. Cada donatario se responsabilizava pela sua capitania; viria fundar uma feitoria, nucleo de futura capital; criaria engenhos de

açúcar e fazendas pastoris; manteria a religião e a ordem, em combinação com os padres e os magistrados que fossem do reino; e tinham de defender-se dos estrangeiros. D. João III dividiu o Brasil em doze capitanias e as deu a homens ricos, experimentados nas navegações e guerras da Asia. Martim Afonso de Souza ficou com a de S. Vicente, nome da feitoria que estabelecera em 1532.

S. Vicente e Pernambuco

Foram as capitanias de S. Vicente e Pernambuco as que prosperaram. O donatario de Pernambuco, Duarte Coelho, inteligente e habil, fundou a vila de Olinda, e engenhos de açúcar que logo se tornaram riquissimos. Repeliu os indios, ou com eles celebrou pazes, e estendeu o seu dominio. Os filhos de Duarte Coelho, conquistando todo o litoral de Pernambuco, aumentaram a area da colonização. Numerosos engenhos espalharam-se pelas varzeas ao redor de Recife e ao longo da costa, até as Alagoas e até a Paraiba (conquistada em 1585). Os engenhos deram rendimentos tão consideraveis que os colonos se transformaram em grandes senhores, vivendo com fartura e riqueza. Chegou á Europa a fama desse esplendor; e uma das consequencias disto foi a invasão holandesa, como adiante diremos.

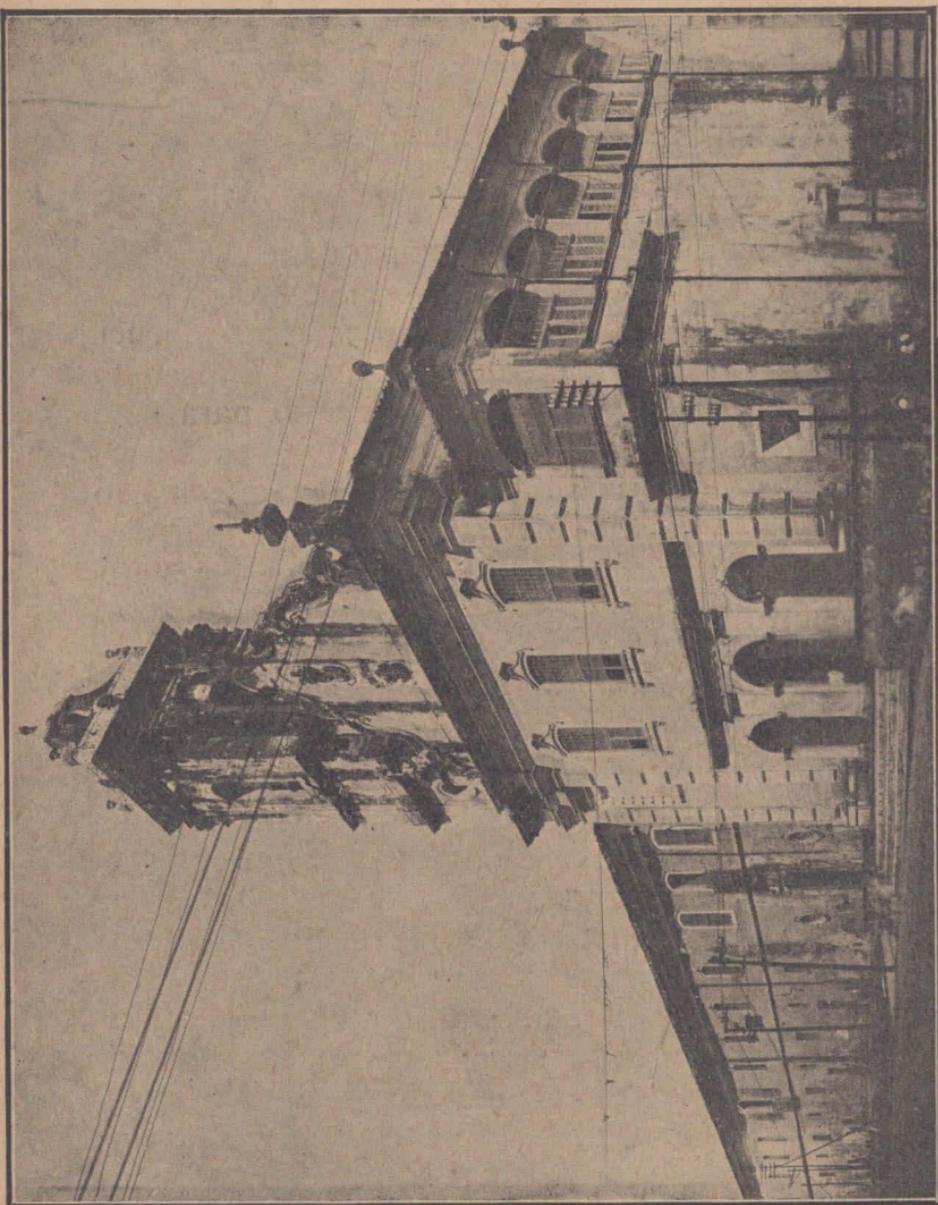
Em S. Vicente, Martim Afonso aliou-se a um negociante holandês, de nome Jorge Schetz, e os seus engenhos floresceram a ponto de terem os descendentes daquele holandês importante fortuna e o titulo de duques.

Mas as outras capitánias arruinaram os seus capitães — que não conseguiram vencer os indigenas e conservar os engenhos e plantações. O donatario da Baía (capitania entre as de Pernambuco e Ilhéos), Francisco Pereira Coutinho, foi morto pelos indios tupinambás. Nessa situação, o governo português achou melhor comprar, aos herdeiros de Pereira Coutinho, a capitania e aí instalar a capital da colonia do Brasil, com um governador, representante do rei, que a defendesse e policiasse.

A fundação da Baía — Governo Geral

A criação desse governo geral — em 1549 — foi de excelentes efeitos. Porque o Brasil ganhava uma administração e um centro donde partiriam os socorros e as ordens para as demais capitánias. D. João III nomeou governador a Tomé de Souza, que era um inteligente guerreiro, e mandou fundar em Vila Velha (povoação deixada por Francisco Pereira Coutinho, junto das casas do *Caramurú*) uma cidade, que se chamaria do Salvador.

Tomé de Souza trouxe numa expedição 600 degredados e 400 homens de armas, para povoarem a nova cidade, e seis jesuitas, dirigidos pelo padre Manuel da Nobrega, para ensinarem aos colonos a religião. Mas não quis fazer a cidade em Vila Velha: edificou-a no alto da montanha que domina a grande *baía* de Todos os Santos (e de Baía seria chamada), de modo que os moradores facilmente se defendessem de ataques, tanto do mar como de terra.



Convento do Carmo, Baía. Foi quartel-general das forças que puseram cerco à cidade em 1625. Construção remodelada no século XVIII.

A organização do trabalho

Consistiu a cidade num muro de taipa (ou barro) que a cercava inteiramente, e de algumas casas de adobe, para morada do governador (palacio), a alfandega (armazens), a municipalidade (paços da Camara), o culto (igreja de Nossa Senhora da Ajuda, etc.), para o Colegio dos jesuitas, e a residencia dos colonos. Mas o rei determinara que os habitantes recebessem auxilios em dinheiro para comprarem os alimentos enquanto as suas roças não rendessem, e autorizara Tomé de Souza a conceder "sesmarias" (grandes extensões de terra), para que as trabalhassem. Fizera ir das ilhas do Cabo Verde muitas vacas, e bois, para formarem os rebanhos de que careciam; e ordenara que se cultivasse a cana de açúcar como se praticava na ilha da Madeira, em S. Vicente e em Pernambuco. Como os colonos não tivessem recursos para montar os seus engenhos, que custavam muito caro, o governador construiu engenhos reais, que moiam as canas dos particulares, em troca da metade do produto. Assim qualquer lavrador com alguns escravos, indios ou negros, plantava o seu canavial e no periodo da moagem levava a cana aos engenhos reais, recebendo metade do açúcar fabricado. O açúcar continuava a ser vendido na Europa por altos preços. Em tres ou quatro anos os pobres lavradores de canas já podiam, com os lucros obtidos, levantar engenho proprio. E applicaram as sobras do rendimento em escravos africanos. Compraram os negros de que

necessitavam. Cada engenho teve, no minimo, sessenta escravos.

O governo portuguez dava grande liberdade aos colonos. O governador geral limitava-se a tratar dos assuntos militares, e distribuia justiça quando se queixaram os moradores. Foi uma especie de pai vigilante. O juiz, que julgava os criminosos, era o ouvidor. O funcionario, que recolhia os impostos para o rei, era o provedor da fazenda. Os jesuitas encarregaram-se do ensino religioso. O clero passou a ser dirigido pelo bispo da Baía, nomeado em 1551.



Soldado das companhias de ordenanças. Norte do Brasil. 1770. (De um codice inedito, do Museu Histórico Nacional).

Camaras e capitães-móres

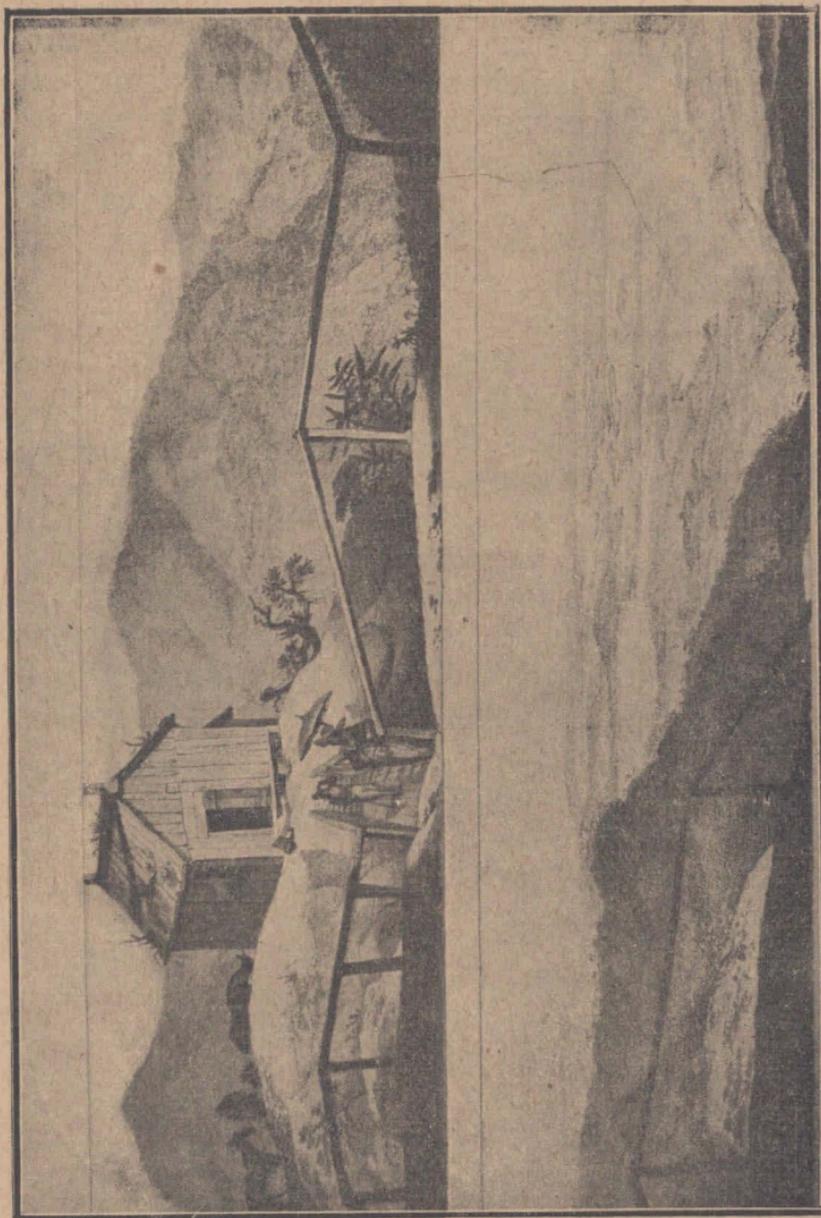
O governo das vilas e cidades era exercido pelas Camaras, eleitas pelas pessoas de qualidade. Representavam o povo. E tão bem o representaram, que os governadores, e o proprio rei, preferiam ouvir as Camaras antes de decretar qualquer medida que interessasse aos colonos. Cuidavam das obras publicas, caminhos, pontes, abastecimento de agua, policia urbana, hygiene. Renovavam-se anual-

mente, sendo considerado dos mais honrosos o titulo de *vereador* (membro da Camara). Algumas organizaram verdadeiros codigos de *posturas*, que davam a conhecer aos moradores do *município* as suas obrigações e regalias. Esses codigos foram as primeiras *leis* feitas no Brasil; e a instituição municipal a origem das nossas liberdades publicas, exatamente como sucedia em Portugal.

No interior, os capitães-móres governaram as freguezias, como chefes militares e civis, podendo convocar as *ordenanças* (moradores que se armavam para os serviços de guerra e policia). Verdadeiros senhores territoriais, os capitães-móres combatiam os indios, perseguiam os criminosos, atendiam as ordens do governo da capitania, auxiliavam a construção das igrejas, a fundação das povoações, empreendiam o descobrimento de minas, abriam as comunicações. Com eles se entendiam os governadores, como pessoas que respondiam pelas populações sertanejas. A organização da colonia fez-se assim, com as Camaras municipais nas cidades, e os capitães-móres no interior do país. Tornaram possivel o desenvolvimento das vilas e o povoamento dos campos.

A energia de Mem de Sá

Depois de Tomé de Souza, outro notavel governador foi Mem de Sá. A ele se deve a submissão dos indios das zonas circunvizinhas da Baía e a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro.



Vistas dos arredores do Rio de Janeiro, em 1820. (Do livro de Debret).

A fundação do Rio de Janeiro

Os franceses não perdiam a esperança de ficar com um pedaço do Brasil. Em 1555 o calvinista Nicoláo Villegaignon aportou ao Rio de Janeiro com uma expedição de franceses, também inimigos da religião católica, afim de aí estabelecer uma colônia. Villegaignon, apesar de contar com a aliança dos tamoios, índios que moravam nas margens da Guanabara, fez o seu acompanhamento na ilha que ainda lhe conserva o nome. É decerto ficariam aí, se o governador Mem de Sá, auxiliado pelos jesuitas, não fosse expulsa-los com uma guerra implacável. De Portugal veio uma frota, comandada pelo sobrinho do governador, Estacio de Sá. Mem de Sá levou muitos homens da Baía. Os jesuitas armaram numerosas canoas de índios de S. Vicente. Os franceses não puderam resistir ao ataque. Os tamoios foram nessa ocasião exterminados. Apesar da morte de Estacio de Sá, ferido por uma flecha envenenada, os vencedores fundaram logo uma cidade no morro do *Castelo*: essa foi a cidade do Rio de Janeiro (1567).

A defesa do litoral

Essas tentativas estrangeiras de conquista do Brasil obrigaram os governadores gerais a vigiar toda a costa e concorreram para que esta se fortificasse. Durante todo o período colonial, os portugueses construíram fortalezas nos lugares mais importantes, tanto do litoral como das fronteiras ter-

restres: rodearam o Brasil de redutos. A maior parte deles assinala os sitios de desembarque de inimigos e os combates que se travaram. Os portuguezes souberam livrar o Brasil da cobiça de outras nações. Os estrangeiros que mais tempo se mantiveram no Brasil, entre lutas prolongadas, foram os holandeses: mas tambem foram expulsos.

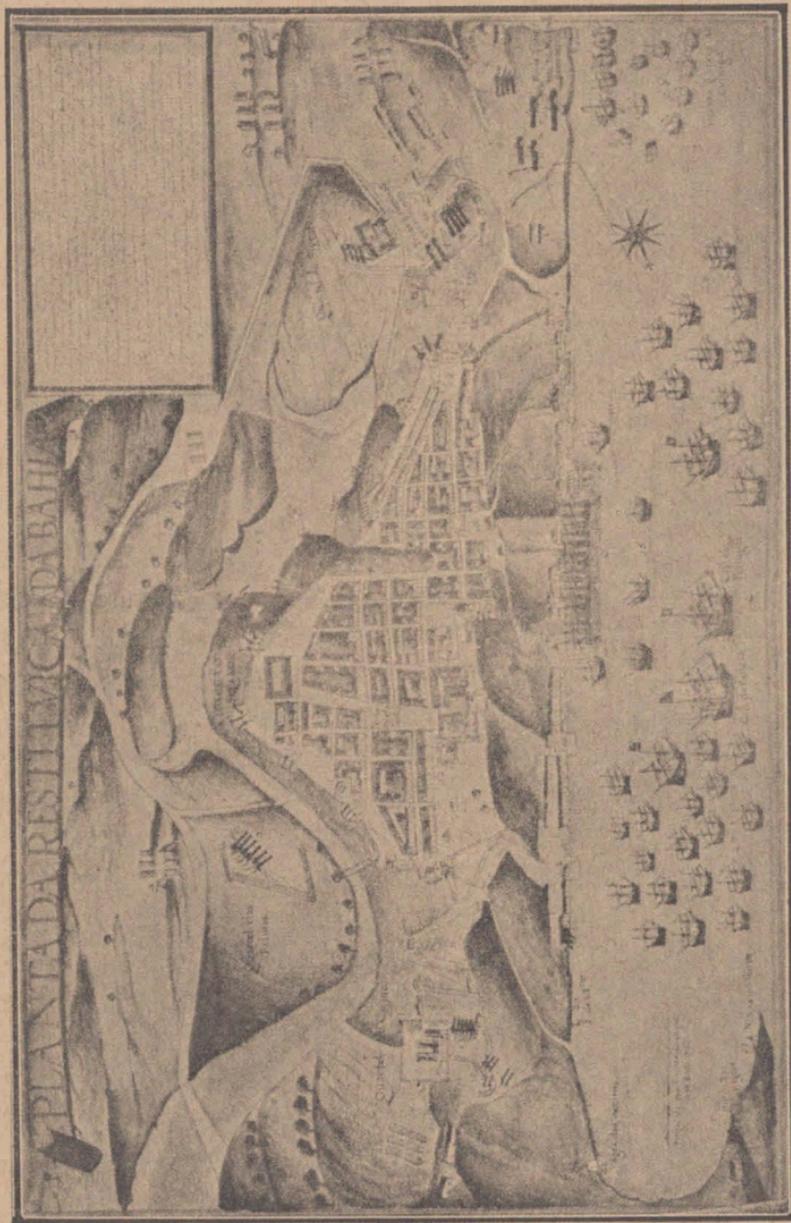
A fronteira amazonica

Voltaram os franceses a estabelecer-se na costa brasileira: desta vez — em 1611 — no Maranhão. Logo uma expedição saiu de Pernambuco e tendo marchado por terra até o sitio occupado, forçou-os á rendição. Os portuguezes ali fundaram S. Luiz do Maranhão, e avançaram para a foz do Amazonas, fundando a cidade de Belem do Pará (1616), necessaria para a conquista daquele grande rio. Os colonos repeliram varios ataques de ingleses e holandeses, entraram pelo rio Amazonas com o auxilio dos missionarios jesuitas que pacificaram as nações indigenas. Em 1637 alguns frades de Quito (no alto dos Andes, que eram dominios de Espanha) desceram o Amazonas, até o Pará. O capitão Pedro Teixeira, com uma frota de canoas portuguezas, retribuiu-lhes a visita, subindo o rio até as nascentes, e de regresso (1639) deixou marcada a fronteira do Brasil na confluencia do Rio Japurá, — exactamente onde ainda se conserva.

Portanto, estava o Brasil com os seus limites traçados ao norte. Cem anos depois, ao sul esses limites atingiriam o rio Uruguai e, ao oeste, o rio Guaporé.

A cobiça estrangeira: Holandeses

O neto de D. João III, o rei D. Sebastião, fôra á Africa lutar com os mouros (maometanos), e lá morreu. Sucedeu-lhe o velho tio cardeal D. Henrique, e pelo falecimento deste, o rei da Espanha Felipe II. Assim — em 1580 — Portugal foi unido á Espanha. Ora, a nação mais catolica da Europa era precisamente a Espanha, que se achava em luta com os paes protestantes. Felipe II tambem governava as Flandres (provincias holandesas), que se tinham revoltado contra os espanhois e os guerream de toda forma. O Brasil viu-se porisso á mercê dos inimigos de Espanha. Corsarios ingleses atacaram os nossos portos. Mas os holandeses tinham iniciado com vantagem as viagens transatlanticas e trataram de tomar as colonias portuguesas e espanholas do sul da Africa e da Asia. Não se lembraram do Brasil, porque os judeus de Holanda (em grande numero emigrados de Portugal devido ás perseguições sofridas) continuavam a negociar com a praça de Lisboa, e tambem com Pernambuco e Baía, em nome dos comerciantes portugueses. Navios holandeses, com bandeira portuguesa, levavam açucar do Brasil e traziam para cá as coisas euro-



A retomada da Baía pela esquadra luso-espanhola, 1625. Carta do tempo.

péias. Porém, em 1604, o rei de Espanha proibiu esse commercio em navios holandeses, e os judeus flamengos sofreram grandes prejuizos. Para reconquistar o commercio do Brasil imaginaram formar uma sociedade, com o nome de Companhia das Indias Ocidentais, para a qual concorressem com os seus capitais. Essa sociedade armaria esquadras, e estabeleceria no Brasil colonias, cujos rendimentos compensariam todas as despesas. A iniciativa foi de 1618. Pois em 1624 uma enorme armada organizada pela Companhia com a ajuda do governo holandês, saiu a apoderar-se da Baía.

Perda e recuperação da Baía

Chegou a expedição, e não encontrou grande resistencia. A população, tomada de surpresa, fugiu para os matos e o governador geral deixou-se prender em palacio. Durante um ano os holandeses foram donos da capital do Brasil.

Mas não puderam espalhar-se pelo interior. Pois os moradores da Baía, comandados pelo proprio bispo D. Marcos Teixeira, se armaram, e puseram cerco á cidade, usando de emboscadas para castigar os invasores. O rei de Espanha expediu em soccorro do Brasil uma poderosa esquadra, sob a chefia de D. Fradique de Toledo Osorio. O exercito que dela desembarcou, e os habitantes da terra, obrigaram os flamengos a renderem-se e voltar para a Holanda nos seus proprios navios.

Conquista de Pernambuco

Seis anos depois, a Companhia das Índias Ocidentais mandou uma frota ainda maior tomar Pernambuco. O capitão de Pernambuco, Matias de Albuquerque, não podendo resistir em Recife e Olinda, retirou-se para o arraial de Bom Jesus, impedindo que os holandeses entrassem pelo sertão; e nessa posição se manteve heroicamente por cinco anos. Sucessivos reforços navais e militares dos holandeses estenderam a conquista a Alagoas e a Paraíba, forçando Matias de Albuquerque a transportar as suas forças para o vale do S. Francisco. De posse da região produtora de açúcar, os ocupantes obtiveram enormes lucros, e de tal modo se animaram, certos de que tinham tomado para sempre Pernambuco, que veio a governá-los um príncipe, Maurício de Nassau. Era um homem arguto e bem intencionado, que cuidou de fazer o seu palácio na ilha de Antonio Vaz, em Recife, e dirigiu um ataque á Baía, em 1638. Esse assalto foi repellido graças á união de um exercito retirante de Pernambuco e dos baianos, que puderam assim bater os flamengos e salvar de segunda ocupação a capital da colônia.

A reação nativista: afirmação brasileira

Em 1640, entretanto, Portugal se separou de Espanha. O duque de Bragança, D. João IV, subiu ao trono, declarando guerra aos espanhóis. E co-

mo Holanda era inimiga de Espanha, não de Portugal, Nassau se entendeu com o governador da Baía, para que cessassem as lutas no Brasil. Realmente elas cessaram, até que — durante as treguas de nove anos que foram estipuladas — os holandeses tomaram de surpresa o Maranhão. Os habitantes do Maranhão revoltaram-se e os expulsaram. Em 1645 os de Pernambuco, chefiados por Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, o indio Felipe Camarão e o preto Henrique Dias, se insurgiram também. A “insurreição pernambucana” não obedecia a ordens de Portugal: foi inspiração dos proprios colonos, que revelaram a conciencia dos seus interesses e um grande amor á terra brasileira. Venceram em todos os combates os holandeses, enfraquecidos com o regresso do principe de Nassau, e o mau governo que lhe sucedera. Do resto do Brasil foram tropas de colonos ajudar aos de Pernambuco. Até que se organizou em Portugal uma Companhia de Comercio, e esta mandou uma armada que fechou o porto de Recife, forçando á rendição e ao embarque os holandeses (1654). Tinham dominado o norte do Brasil por vinte e quatro anos. Mas de guerra tão vasta ficou sobretudo um vestigio: o orgulho nativista (ou patriótico) das populações que os derrotaram.

Porque o Brasil, já então, estava formado.

Possuia uma riqueza agricola, que assim chamara a atenção do mundo. Tinha um povo, que sabia levantar-se em armas para repelir os invasores, não precisando mesmo dos auxilios da metro-

pole. Fôra percorrido em toda a extensão, do Maranhão ao S. Francisco, pelos lusos-brasileiros e holandeses.

Ultimos ataques

Os franceses, em 1710 e em 1711, ainda uma vez intentaram apoderar-se do Rio de Janeiro. Duclerc, com uma força de 650 homens, desembarcando em Guaratiba, marchou sobre a cidade: porém os moradores, principalmente os estudantes, de tal jeito lhe resistiram, que teve o chefe inimigo de recolher-se com seus soldados nos trapiches do porto, e capitulou com grandes perdas. No ano seguinte a essa vitoria dos habitantes do Rio, foi Duclerc misteriosamente assassinado. Atribuiu-se em França o crime ao proprio governo da Colonia, e o almirante Duguay-Trouin, famoso corsario, veio vingá-lo com uma armada poderosa. Assaltou o Rio de Janeiro com seus 17 navios, desembarcou, depois de terrivel bombardeio, forte exercito, 3.800 homens, e porque a população, espavorida, sem comandantes capazes, tivesse abandonado as suas casas, os jesuitas serviram de intermediarios afim de livrarem a cidade de total destruição. Duguay-Trouin obteve um enorme resgate, com o qual encheu os seus navios, e se retirou antes de chegarem, a combater-lo, 6 mil homens que o governador de S. Paulo e Minas reunira na região do ouro.

Depois da aventura de Duguay-Trouin nenhuma outra expedição de corsarios hostilizou o Brasil.

A fronteira do sul

O governo português entendia que o limite natural do Brasil ao sul tinha de ser o rio da Prata. Para firma-lo, mandou em 1679 ao governador do Rio de Janeiro D. Manuel Lobo fundar, defronte de Buenos Aires, na margem direita do Prata, a Colonia do Sacramento. Era tardia essa conquista, porque os espanhóis da outra margem dispunham de suficientes recursos para impedi-la. Realmente, em 1680 eles tomaram a colonia após sangrenta luta. Restituíram-na pelo tratado de 1681. Reedificada em 1683, teve de ser abandonada pelos portugueses em 1705. Obtiveram-na estes de novo pelo tratado de 1715 (depois da guerra entre os dois países em virtude da sucessão do trono de Espanha, pois Portugal tomara o partido contrario ao pretendente francês, o que lhe valeu os dois ataques ao Rio de Janeiro, por Duclerc e Duguay-Trouin). A Colonia do Sacramento foi mais uma vez sitiada pelos espanhóis, em 1735-37: mas então valorosamente defendida e socorrida pelos reforços do Rio de Janeiro, não pôde ser tomada. Por esse tempo considerou o rei de Portugal a necessidade de povoar o territorio entre Santa Catarina e o rio da Prata, afim de consolidar ali o seu dominio. Isso contribuiu para que, em 1750, se combinasse entre as duas côrtes a definitiva pacificação, cedendo Portugal a Colonia do Sacramento em troca das "Missões orientais do Uruguai", onde os jesuitas tinham fundado importantes estabelecimentos.

O tratado de Madrid (1750) foi obra do diplomata, natural de Santos, no Brasil, Alexandre de Gusmão. Fazia que os espanhóis reconhecessem como brasileiras todas as regiões descobertas ou povoadas pelos paulistas, apesar do meridiano de Tordesilhas, que ficava sem efeito, e prégava a necessidade de não se estenderem á America os conflitos da Europa. Graças a esse tratado a integridade territorial do Brasil estava constituída.

Mas as dificuldades determinadas pela demarcação dos limites continuaram a preocupar a administração colonial. Em seguida, em 1762, os espanhóis invadiram o Rio Grande do Sul. Constantes guerrilhas só terminaram em 1776, quando os portugueses reconquistaram o territorio da margem sul do Rio Grande. No ano seguinte, porém, forte expedição ocupava a ilha de Santa Catarina e a Colonia do Sacramento. O tratado de Santo Ildefonso, em 1777, conciliou tão velhos adversarios: os espanhóis ficaram para sempre com a Colonia do Sacramento, e os portugueses com a parte oriental do territorio do Rio Grande do Sul. Em 1801, finalmente, aproveitando-se da guerra sobrevinda entre ambas as metropoles, o governador do Rio Grande Veiga Cabral se apoderou das margens esquerda do Jaguarão e do Chuí, enquanto alguns sertanistas, com os voluntarios que reuniram, aumentavam a conquista portuguesa com as Missões da margem esquerda do rio Uruguai.

Assim ganhou o Brasil a sua fronteira do sul.

Mudança da capital

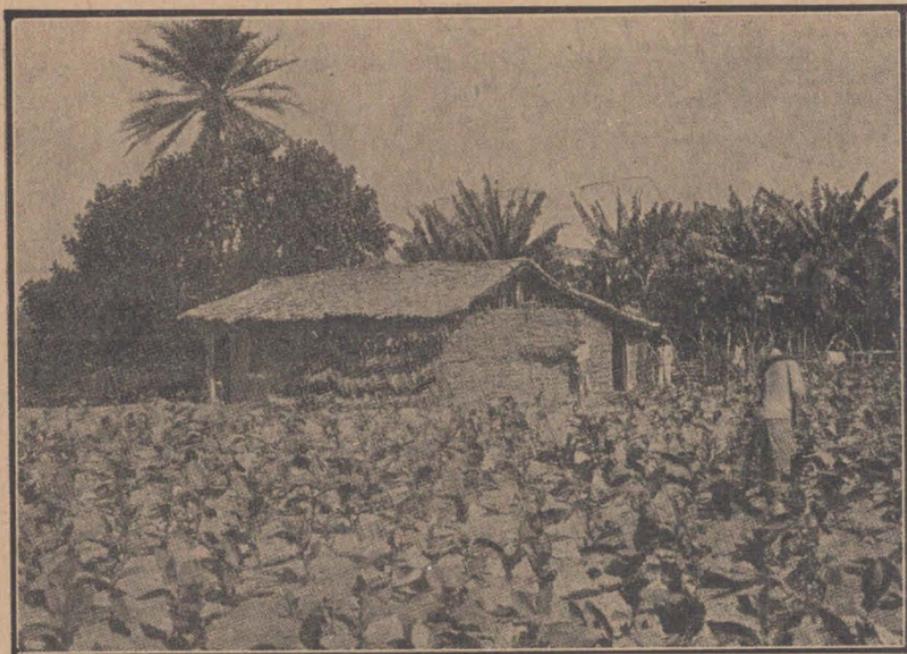
Em 1763 a capital do Brasil que era a Baía, foi mudada para o Rio de Janeiro. Ficava assim mais proxima das Minas Gerais e da fronteira do sul, facilitando o policiamento e a vigilancia necessarios. Essa transferencia da capital deslocou para o Rio o centro politico e administrativo e aumentou o interesse do governo portuguez para as regiões vizinhas. As guerras de fronteira e o comercio das capitancias de Minas e S. Paulo muito ganharam com isso. Preparavam-se a intensa colonização das terras abaixo de Laguna e a defesa, por esse lado, do Brasil.

Efeitos da paz

DEPOIS da expulsão dos holandeses teve o Brasil um largo periodo de prosperidade. Aumentou a consideração da côrte portugueza pela colonia. Já o marquês de Montalvão viera como vice-rei do Brasil (1640), porque, sendo Pernambuco governado por um principe, Nassau, não devia ter a Baía um simples governador-geral. Os governadores que sucederam a Montalvão desenvolveram a cidade, fizeram guerra aos indios bravios que impediam o povoamento dos sertões, abriram comunicações com o vale do S. Francisco.

Prosperidade subsequente

As terras proximas da Baía foram ocupadas pela agricultura do fumo, que logo tomou grande vulto, a ponto de ser a mais importante riqueza da colonia no fim do seculo XVII. Esse produto da Baía era muito apreciado na Europa, porém principalmente aproveitava ao commercio de escravos, pois valia na Africa como moeda, trocando os traficantes tres rolos de fumo por um negro. Graças á intensiva cultura de fumo a navegação para a Africa prosperou, de tal sorte que teve o rei de Portugal de proibir



A casa indigena aproveitada pelo colono: choupana do sertão da Baía, com a sua plantação de fumo, a lavoura popular do nordeste.

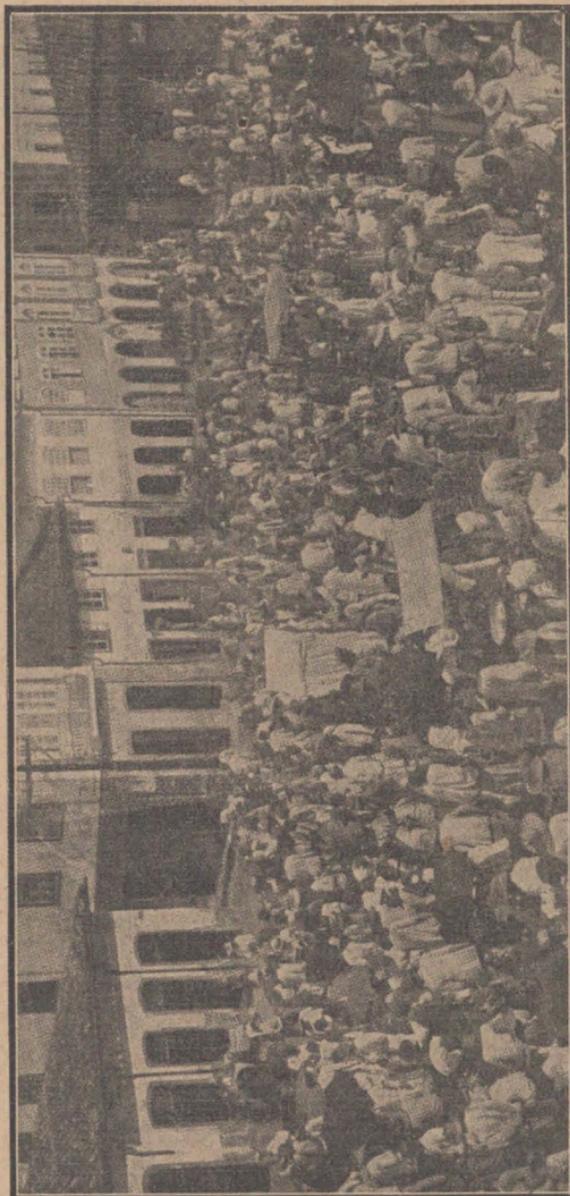
a construção de mais navios. Por esse tempo o trafico negreiro passara quasi todo para o Brasil, sendo poucas as embarcações portuguezas que o faziam. Explica-se isto pela facilidade com que eram aqui construidos os navios, que utilizavam as madeiras de lei abundantes e magnificas do nosso litoral, e podiam levar para a Africa os seus generos de consumo tão apreciados dos negros: a farinha de mandioca e o fumo.

Então, as cidades brasileiras da costa se civilizam, com os seus edificios vistosos, as grandes igrejas, os conventos de frades, depois os de freiras,

as fortalezas, os palacios. A Baía, Recife, o Rio de Janeiro e o Maranhão causam surpresa aos viajantes estrangeiros, com os seus templos formosos e a animação das suas ruas. Nos engenhos, o luxo lembra a vida européia, apesar da população escrava que contrasta com a escassez das familias brancas. As casas-grandes, onde moram os senhores de engenho, dos arredores de Recife e da Baía, são amplas residencias, superiores no seu conforto ás da cidade. O preço do açúcar caíra; não permitia mais os gastos loucos dos primeiros tempos. Porém a lei que dava ao filho mais velho a sucessão paterna, em prejuizo dos demais filhos, e a lei que não permitia a venda dos engenhos para pagamento de dividas, conservavam as propriedades em bom estado e não deixavam desanimar aqueles fidalgos. Aplicavam as economias em escravos. Não guardavam dinheiro; viviam sempre devendo aos fornecedores da cidade (comissarios); mas compravam quantos negros podiam. Eram estes a riqueza mais estimada.

As classes

As diferenças entre senhores de engenho e negociantes separavam as classes: os moradores rurais (agricultores), e os da cidade (mercadores). Consideram os primeiros como indigna da sua nobreza a profissão comercial; e os negociantes tratavam de enriquecer para se transformarem igualmente em agricultores. A unica região do Brasil onde os negociantes dominaram os agricultores foi a das



Feira em cidade de interior, principal motivo de reunião dos sertanejos (Cachoeira, Bahia).

Minas Gerais: porque os “emboabas”, que expulsaram os paulistas das minas, eram, indiferentemente, “mineiros” e “mercadores”. Nos outros lugares, os agricultores desdenharam dos comerciantes. Essa má vontade, azedada pela decadência dos engenhos, mudou-se com o tempo em separação, de brasileiros e portugueses. A razão é simples: os brasileiros foram geralmente lavradores e os portugueses negociantes. A incompatibilidade, de começo economica, transformou-se em patriotica: o “nativismo” (sentimento brasileiro, contrario a todos os estrangeiros) explodiu revolucionariamente.

Revoltas nativistas

Varias revoltas assinalam a evolução do nativismo. A “insurreição pernambucana” o afirmara. Os paulistas viviam com verdadeira independencia, desprezando as autoridades portuguesas: e em 1645 tinham expulsado os jesuitas que lhes proibiam a escravização dos indios. Em 1684, no Maranhão, o povo se revoltou contra uma Companhia privilegiada de Comercio que se instituiria em Portugal, para monopolizar a venda dos generos, e os irmãos Bequimão o chefiaram, depondo o governador e expulsando os jesuitas. O governador enviado para acalmar os revoltosos conseguiu pacificar a capitania, e Manuel Bequimão morreu no cadafalso. Nas Minas Gerais os motins populares contra os impostos foram rudemente punidos: porém deixaram no espirito mineiro recordações sempre acesas. Em

1710, os habitantes de Olinda (agricultores) e os de Recife (negociantes) entraram em luta, por não consentirem aqueles na diminuição territorial do município de Olinda, com a separação de Recife. Com a ajuda do governo português venceram os negociantes: mas as duas classes nunca mais se viram com bons olhos em Pernambuco, até 1817. Os brasileiros chamavam aos portugueses de "marinheiros". Fatos semelhantes sucederam na Baía, onde, em 1798, alguns homens do povo imaginaram criar uma "republica baiense". Foram presos e quatro deles enforcados.

Influencias estrangeiras

Ligam-se as duas conspirações, de Tiradentes (1789) e dos baianos (1798), á impressão causada em todo o mundo, pelas revoluções americana (independencia dos Estados Unidos, 1776 e francesa (1789).

O Brasil crescera tanto que a sua população, em 1800, era superior á de Portugal, e a riqueza dos seus proprietarios e a importancia das suas cidades rivalizavam com a metropole.

Reações da metropole

Entretanto, um grande descontentamento explicava o entusiasmo dos brasileiros pelas novas idéias de independencia politica. A metropole, que no seculo XVII favorecera a economia colonial, no seculo

XVIII creou-lhe os maiores embaraços. A descoberta do ouro nas Minas Gerais levara o governo português a decretar severas medidas de policiamento e vigilância: proibiu comunicações de Pernambuco e Baía com as terras mineiras; expulsou os ourives; estabeleceu rigorosos postos de "registro" (ou alfandegas internas); determinou penas cruéis para os contrabandistas de ouro e diamantes; aumentou as forças militares e impediu a entrada de estrangeiros no Brasil. Também os governos das varias capitánias não respeitaram mais a liberdade do trabalho. As Camaras municipais decaíram de prestigio. A expulsão dos jesuitas não fôra seguida de uma organização conveniente da instrução publica, que durante vinte anos não se reorganizou, e depois foi confiada a professores regios, poucos, e em geral incapazes. As idéias revolucionarias foram rudemente perseguidas. Não se permitiu a instalação de nenhuma industria (1785), nem de tipografias, de modo que, até 1808, o povo brasileiro não conheceu jornais, nem fabricas de utilidades. Também a metropole proibia a publicação de quaisquer livros a respeito das riquezas do Brasil. Porisso ficaram ignorados importantes trabalhos de escritores coloniais, sobre os fatos históricos ou a vida dos portugueses da America.

Esse "obscurantismo", dos ultimos tempos da colonia, tornou inevitavel a revolução patriótica. Adiou-a a transmigração da familia real.

Transmigração da Família Real

GOVERNAVA Portugal o príncipe regente D. João (que foi D. João VI). Napoleão, imperador dos franceses, decretara o bloqueio continental, contra a Inglaterra, que consistia na proibição de todo comércio entre os países da Europa e a Grã Bretanha. Portugal não podia aderir ao bloqueio, tanto em virtude da sua tradicional aliança com a Inglaterra, como porque esta dominava os mares com as suas esquadras, e interromperia quando entendesse as comunicações com o Brasil. Portugal necessitava conservar o Brasil, que era a sua maior riqueza. E não tinha forças para resistir a Napoleão. Nesta situação, lembrou-se o príncipe regente de abandonar o reino e refugiar-se no Brasil. Realizou esse projeto quando um exército francês invadiu Portugal, para obriga-lo a obedecer a Napoleão



D. João VI.

(Novembro de 1807). Apressadamente o príncipe regente fez embarcar toda a côrte e as coisas preciosas que lhe foi possível reunir, e protegido por uma frota inglesa se dirigiu para o Brasil. No mesmo dia em que os navios portugueses deixaram Lisboa, aí entrou o exército invasor. Napoleão declarara extinta a monarquia portuguesa e banida a família reinante. Mas não contara com a decisão de D. João de se retirar para a America, com 15 mil cortesãos e todas as joias e objetos valiosos que possuía a coroa.

Abertura dos portos

D. João chegou primeiramente á Baía. Em 28 de Janeiro de 1808 decretou a abertura dos portos do Brasil ás nações amigas. Até então o Brasil só negociava com Portugal. Mas, porque a metropole estivesse ocupada pelo inimigo, tinha de comunicar-se com os outros povos, principalmente com a Inglaterra. Começou uma era de extraordinario progresso para a colonia. D. João seguiu para o Rio de Janeiro, onde instalou a sede do seu reinado. O Brasil deixava momentaneamente de ser colonia, para ser metropole. Talvez sem esperança de voltar ao seu trono em Portugal, o príncipe regente cuidou de criar todos os serviços publicos necessarios a um país civilizado. Tudo mudou para os brasileiros. Os ingleses passaram a negociar diretamente com o Brasil. Os produtos da terra valorizaram-se, a lavoura e a industria se desenvolveram. Revogado o

alvará de 1785 que proibia a fundação de fabricas, o governo promoveu muitos empreendimentos industriais. Mandou buscar colonos alemães para as terras do Espirito Santo e do Rio de Janeiro. Abriu bibliotecas, oficinas de impressão, teatros, escolas superiores. Tornou a administração inteiramente independente da Europa. Reformou as cidades principais. Foi um dos periodos mais belos da história patria. Porque as rendas publicas e a prosperidade particular, consequentes á abertura dos portos e ao comercio direto com a Inglaterra, cresceram rapidamente, e toda a sociedade quis imitar, nas maneiras e na vida exterior, a Europa. Os costumes sofrem uma completa transformação. As casas são mobiliadas ao gosto inglêz; a familias adquirem habitos sociais e tornam-se comunicativas; as cidades, muito melhoradas, atraem os homens do campo, e a inteligencia é cultivada, com os teatros, a imprensa, as livrarias publicas, a instrução scientifica.

Governo de D. João VI

D. João não pensou mais em voltar para Portugal. Em 1815 Napoleão foi vencido pelas nações aliadas e a paz reinou na Europa. D. João, porém, preferia continuar no Brasil. Tratou de alargar o territorio brasileiro, conquistando a Banda Oriental do rio da Prata (hoje Uruguai). Isso em 1816, aproveitando-se da anarquia existente nos campos vizinhos do Rio Grande do Sul, dominados pelo general "libertador" José Artigas (revoltado contra Espanha

e Buenos Aires). O rei (por morte de D. Maria I tomou o Príncipe Regente a coroa e o nome de D. João VI) fez vir de Portugal uma divisão de veteranos de 5 mil homens e mandou invadir a Banda Oriental por seus exercitos, de brasileiros pelo norte e de portugueses pela costa, os quais bateram os artiguistas, conquistaram Montevidéo e aí estabeleceram o jugo de Portugal. A municipalidade de Montevidéo pediu em 1821 a incorporação do territorio ao Brasil, com a denominação de Provincia Cisplatina: e assim esteve unida ao nosso país até 1828, quando, em virtude da guerra de independencia, que os uruguaios sustentaram contra o Imperio, se separou, adquirindo a emancipação e o titulo de "Republica Oriental do Uruguai".

Tambem em 1815, atendendo á necessidade de dar mais importancia a Portugal nas conferencias internacionais, D. João elevou o Brasil á categoria de Reino Unido. Não seria mais colonia; porém uma nação — ou um reino — ligada á antiga metropole pelo rei, comum a ambas.

Vesperas da Independencia

Evidentemente, o Brasil avançava para a independencia completa. A vinda da côrte portuguesa adiara a revolução popular. As colonias espanholas da America revoltaram-se, proclamando a sua independencia, entre 1809 e 1812. Mas o Brasil não precisara faze-lo, porque D. João VI lhe trouxera os elementos de que carecia para ser inteiramente livre.

Equiparara os direitos dos brasileiros aos dos portugueses, dera ao comercio a maior liberdade, tratara de corrigir os erros do passado por meio de atos inteligentes e energicos. Ajudara-o nesse trabalho construtor o seu grande ministro conde de Linhares. Apenas D. João VI, apesar do seu governo de intenso progresso, não atendedera a uma das aspirações dos homens que desejavam introduzir no Brasil o regime politico das nações mais adiantadas: a monarquia constitucional representativa.



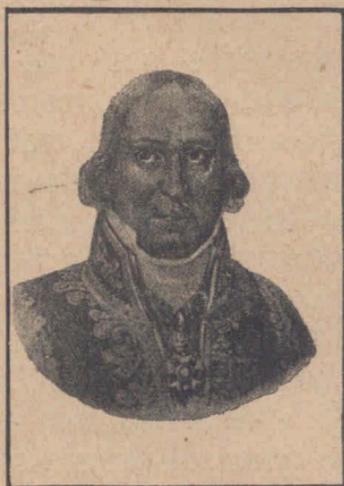
Dom Pedro I.

A Arquiduquesa Leopoldina.
Esposa de Dom Pedro I.

O seu governo ainda era absoluto. E aqueles espiritos liberais queriam uma Constituição, ou uma lei que determinasse direitos e deveres de todos, impedindo que ficassem os cidadãos á mercê dos abusos e caprichos das autoridades.

Em 1817 explodiu em Recife uma revolução republicana. Negociantes brasileiros eclesiasticos e senhores de engenho, achando intoleravel a situação creada pelas impertinencias e per-

seguições dos portugueses, correram às armas, forçaram o governador a fugir e proclamaram em Recife a Republica de Pernambuco. Os revolucionarios estavam ligados a outros pontos do país por intermedio da maçonaria. O conde dos Arcos, governador da Baía, evitou, porém, com atos de terror, que o movimento se estendesse além de Alagoas, e um exercito, auxiliado pela esquadra real, que bloqueou



José Bonifacio de Andrada
e Silva.

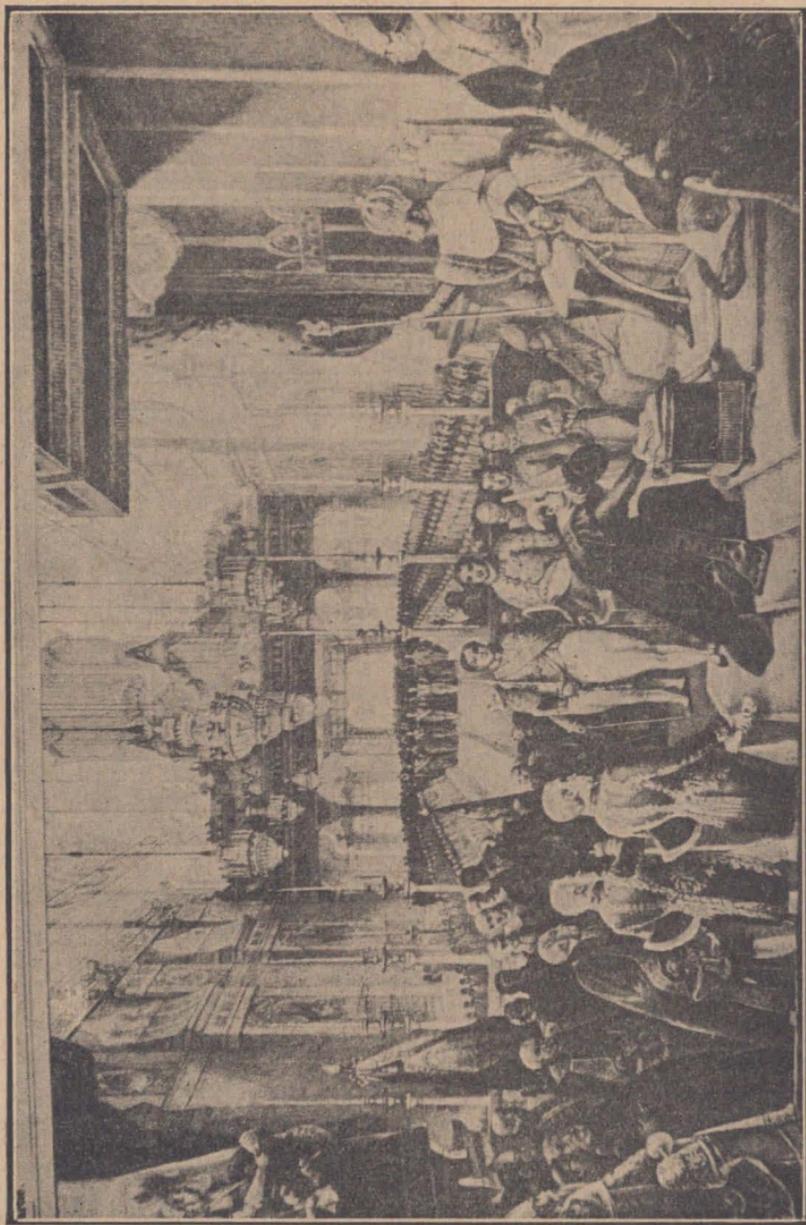
Recife, expulsou daí os republicanos vencidos, e afinal aprisionados em combates infelizes. Os principais chefes da revolução, condenados á morte, sucumbiram como martires. Em 1820, porém declarou-se em Portugal a revolução *constitucionalista*. Destinava-se a substituir os poderes ilimitados do rei por uma Constituição, a exemplo da francesa. Começando no Porto, a revolução tomou Lisboa e todo o reino. Repercutiu em seguida no Brasil. O Pará, depois a Baía, aderiram á idéia constitucionalista, depondo os governadores e nomeando juntas populares, que deviam convocar o povo para eleições de deputados. No Rio de Janeiro, em 26 de Fevereiro de 1821, a guarnição portuguesa se revoltou, exigindo que o rei aceitasse a Constituição. O proprio principe D. Pedro, primogenito de D. João VI, convenceu-o de que não mais podia opôr-

se á vontade geral. Foi assim que D. João jurou obedecer á futura Constituição do Reino Unido. Mas o desgosto que lhe causou a imposição, e os fatos ocorridos em Portugal, decidiram-no a deixar de vez o Brasil. Nomeou regente, para governa-lo, o principe D. Pedro, e embarcou, com a familia real, em 26 de Abril de 1821.

A presença do principe D. Pedro no Brasil deu-nos a Independencia, com a monarchia. Se algumas das outras nações americanas tivessem tambem principes de sangue no seu governo, fariam, como nós fizemos, as suas revoluções patrioticas de maneira a serem monarchias. Essa circumstancia, entretanto, de ficarmos Imperio, impediu que as lutas da Independencia separassem as provincias em Estados distintos, e assegurou immediatamente uma grande importancia ao nosso país na America do Sul, então flagelada pelas guerras civis. Continuamos unidos e, por isso, fortes. A *America espanhola* subdividiu-se em numerosas republicas; a *America portuguesa* se conservou inteira.

A Guerra da Independencia

D. JOÃO VI voltou para Portugal em 1821. Deixou como Príncipe Regente do Brasil a seu filho D. Pedro. Este era aliado dos conspiradores do Rio de Janeiro, que queriam a Independencia, embora o conservando como Imperador. D. Pedro viera para o Brasil com seus nove anos de idade e preferia continuar aqui, ao lado dos brasileiros. Para isto, entrou em luta com as côrtes de Lisboa (o parlamento Constituinte de Portugal), que pretendiam recolonizar o Brasil. As côrtes intimaram-no a embarcar. Os brasileiros, porém, se organizaram em forte partido, que obteve que D. Pedro ficasse. Foi a 9 de Janeiro de 1822 que êle, atendendo ao apelo da municipalidade do Rio de Janeiro, declarou que não abandonaria o Brasil. Uma parte da guarnição, constituída pelos batalhões portugueses, tentou obriga-lo a obedecer ás Côrtes, mas, cercada em Niteroi, teve de render-se e embarcar para a Europa. Com esse acontecimento se iniciava uma guerra: pois as Côrtes tratariam o príncipe como rebelde, enquanto as provincias brasileiras iam declarar-se a favor dele. Apenas as provincias deviam vencer primeiramente as respectivas guarnições portuguezas, que impediam a sua adesão á "rebeldia" de D. Pedro.



A coroação de D. Pedro I. Aspecto da côrte brasileira, 1822. (Do livro de Debret).

Por toda parte, entre 1821 e 1822, o patriotismo sublevara os habitantes. No Pará, no Maranhão, na Baía, em Montevideo a luta se prolongou, porque as forças portuguezas, aí concentradas, se opuseram aos patriotas. As milicias brasileiras, formadas pelos moradores em armas, levantaram-se no interior, marchando sobre aquelas cidades. A guerra foi violenta principalmente na Baía e no Maranhão. Na Baía as forças voluntarias subiram a 11 mil homens, comandadas no inicio da campanha, que durou um ano (25 de Junho de 1822 a 2 de Julho de 1823), pelo general Labatut, e no fim pelo coronel Lima e Silva. Todas as guarnições portuguezas, apesar da sua valorosa resistencia, capitularam afinal, ou desistiram da guerra, recolhendo-se ao seu país.

Criação do Imperio

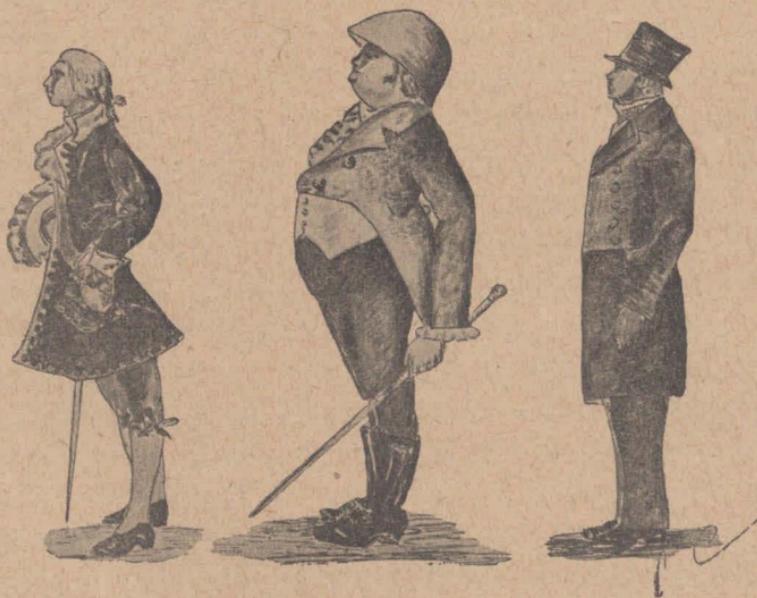
No Rio de Janeiro, aconselhado pelo seu ministro José Bonifacio de Andrada e Silva, o principe decidiu proclamar a Independencia completa, e criar um Imperio. Em visita á provincia de S. Paulo, nos campos de Piratininga, em 7 de Setembro de 1822, soltou o grito da Independencia. E corôu-se imperador a 1 de Dezembro. Desde então o Brasil figurou entre as nações civilizadas. Convocara D. Pedro uma Assembléa Nacional Constituinte, a fim de organizar politicamente o país, dotando-o com a Constituição necessaria. Essa Assembléa reuniu-se a 3 de Maio de 1823.

Mas havia grandes divergencias entre os brasileiros. Muitos desconfiavam do imperador, por ser portuguez de nascimento. Outros aspiravam á Republica, e ainda outros desejavam maior autonomia para as provincias, demasiadamente dependentes do centro, que era a côrte imperial. A Constituinte começou a desviar-se da sua tarefa de fazer a Constituição, e de tal forma irritou o Imperador, que este, aproveitando-se da indisposição dos militares contra ela, a dissolveu em 12 de Novembro de 1823. Em seguida nomeou um Conselho de Estado para elaborar a Constituição do Imperio, prometendo que seria ainda mais liberal que a da Assembléia, e realmente a outorgou em 25 de Março de 1824. Pela Constituição as provincias não tinham liberdade de administração, devendo ser governadas por presidentes nomeados pelo imperador e auxiliados por um conselho local, de homens distintos, para isto eleitos.

O primeiro reinado

O reinado de D. Pedro I não foi um periodo de paz.

Varias agitações internas puseram em perigo o trono imperial. Igualmente a guerra contra a Argentina, de que resultou a independencia do Uruguai, exigiu ao país grandes sacrificios. A dissolução da Assembléia Constituinte, em 1823, abalou fortemente as provincias do norte. Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Ceará, que se revoltaram, pretendendo formar uma republica com o nome de “Confederação do Equador”, sofreram rude castigo. Em toda parte a irritação contra os portugueses natos explodiu em forma de motins e assassinios. D. Pedro I não teve habilidade para se impor como imperador constitucional, apesar de seus atos de obediencia ao parlamento, reunido normalmente a partir de 1826. A vida particular do soberano e o seu temperamento impulsivo foram outros motivos de impopularidade, explorados pelo partido nacionalista (ou liberal), que não perdera a esperança de fazer a Republica, de acordo com as idéias da Revolução Francesa. Considerava esse partido a monarquia uma acomodação transitoria e conspirava francamente.



EVOLUÇÃO DO TRAJO.

1. Burguês. 1600. — 2. Bandeirante. 1650. — 3. Fidalgo. 1700. —
4. Fidalgo. 1750. — 5. Burguês. 1800. — 6. Cidadão. 1850.

D. Pedro, afinal, desgostou-se com o rumo dos acontecimentos. Em 1826 faleceu em Lisboa o rei D. João VI que um ano antes reconhecera solenemente a Independencia do Brasil. Herdava a corôa de Portugal o proprio D. Pedro I, que abdicou em favor de sua filha D. Maria da Gloria, dando ao mesmo tempo a Portugal uma Constituição. Os absolutistas portuguezes, porém, não quiseram reconhecer como rainha á filha do “brasileiro”, e preferiram aclamar ao irmão deste, o infante D. Miguel. Desencadeou-se a guerra, entre os absolutistas, que apoiavam o “usurpador” D. Miguel, e os liberais, que sustentavam D. Maria II. O imperador do Brasil desejou ardentemente participar da guerra que devia dar a coroa a D. Maria da Gloria. Entretanto, o parlamento brasileiro manifestou-se contrario a qualquer intervenção nesse sentido. A opposição a D. Pedro cresceu extraordinariamente. Depois de 1829, o parlamento ficou dirigido pelos liberais. Debalde o imperador procurou reconciliar-se com ele, chamando em 1827 para ministros varios deputados — assim inaugurando um sistema parlamentar de governo — e encarregando, em 1829, o marquês de Barbacena de formar um ministreio simpatico ás oposições. Em 1830 viajou D. Pedro pela provincia de Minas, e foi recebido com frieza e quasi hostilmente. De regresso ao Rio de Janeiro, quis ainda enfrentar as coleras populares demittindo os ministros prudentes e tolerantes que nomeára, para substituil-os por amigos pessoais e figuras da côrte. O povo amotinou-se. A guarnição da cida-

de saú em 6 de Abril de 1831 para as ruas. E intimado o imperador a readmitir aqueles ministros, preferiu abdicar em favor do filho de 5 anos, D. Pedro II, e abandonar imediatamente o Brasil.

Como caiu D. Pedro I

Ainda a 7 de Abril embarcou, com a imperatriz D. Amelia, para a Europa. O parlamento no mesmo dia nomeou uma regencia provisoria para governar o Imperio, composta dos senadores marquês de Caravelas e Vergueiro e do brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Essa regencia tornou-se efetiva em 17 de Junho de 1831, com o mesmo general Lima e Silva e os deputados Costa Carvalho e Braulio Muniz. Governou até 12 de Outubro de 1835, quando, em virtude do Ato Adicional (reforma da Constituição, 1834), foi eleito um regente unico, o padre Diogo Antonio Feijó.

O periodo da regencia equivale a uma experiencia republicana, que durou nove anos. Nesse tempo o imperador-menino, D. Pedro II, não desempenhou nenhum papel politico, confiado aos professores que o educavam para as elevadas funções, que devia exercer após a maioridade (18 anos). Os destinos da patria estavam entregues aos regentes nomeados pelo parlamento ou, como Feijó, eleitos pelo povo. Varias revoluções flagelaram o país, uma geral inquietação lhe moderou o progresso material e mesmo a guerra civil não pôde ser evitada.

A regencia

OS fatos principais do periodo regencial foram o Ato Adicional, que modificou a organização nacional, a sufocação dos movimentos armados que tentaram dividir o Brasil, e a evolução para o segundo reinado através das lutas sustentadas pelo poder central.

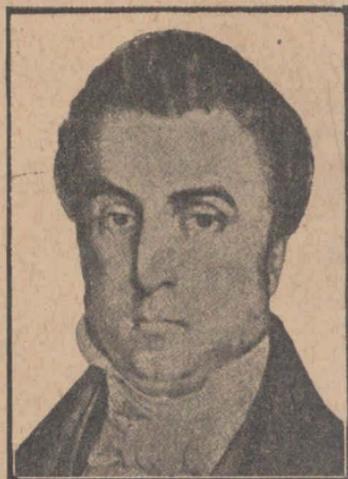
O Ato Adicional foi uma vitória do espirito conservador sobre as tendencias republicanas, porque o Senado vitalicio (portanto monarchico) ficou de pé, e as provincias tiveram a sua autonomia reconhecida, com a instituição das Camaras provinciais. Se as provincias tambem elegessem os seus governadores — formariam uma federação. Essa descentralização administrativa correspondia



O regente Feijó.



Um estadista da Regencia:
Senador Vergueiro.



Um político da Regencia:
Aureliano Coutinho.

às necessidades publicas: a propaganda republicana, cinquenta anos depois, insistiria na conveniencia de se transformarem as provincias em *Estados Unidos*...

Desordens e revoltas

As desordens prolongaram-se desde o primeiro ao ultimo dia da regencia. O Ceará (1831-32), Pernambuco (1832-35), o Pará (1831-33), a Baía (1831-32 e 1837-38), o Maranhão (1838-40), o Rio Grande do Sul (1835-45), o Rio de Janeiro (1831-33), ensanguentaram-se com as sucessivas revoltas e guerras civis. O homem mais energico dessa fase da vida brasileira foi o padre Feijó, como ministro da justiça (1832) e regente

unico (1835-37). Se, entretanto, com a sua autoridade logrou dominar os elementos subversivos da cõrte, não conseguiu pôr termo ao movimento do Rio Grande, chamado de "guerra dos farrapos", que se estendeu por dez anos, assumindo posteriormente a forma separatista e republicana. As lutas travadas concorreram para que o partido liberal exaltado (republicano) se enfraquecesse, e um partido intermediario (conservador monarquico) se impusesse como elemento de disciplina e volta da sociedade ao regime anterior. Mas, para que essa volta se desse, foi preciso que as dificuldades se tornassem quasi invenciveis, e os proprios chefes da revolução de 7 de Abril se convencessem do seu erro. Por não poder abafar a revolução dos farrapos, Feijó deixou o governo, sucedendo-lhe Pedro de Araujo Lima (marquês de Olinda), que era do partido conservador. Este conseguiu debelar a revolução baiana da "Sabinada" (tambem republicana) e preparou a "reação monarchica" de 1840.

Essa reação monarchica foi precipitada pelos proprios liberais desiludidos: eles forçaram o pronunciamento parlamentar em favor de D. Pedro II, então com 14 anos de idade,



Bernardo de Vasconcelos, que fundou o partido conservador.

e a 23 de Julho de 1840 senadores e deputados o proclamaram Imperador, para reinar desde logo.

Com os aplausos de toda a nação, cansada de conflitos e agitações desastrosas, D. Pedro II subiu ao trono como segundo imperador do Brasil, para governa-lo até 1889, durante 49 anos.

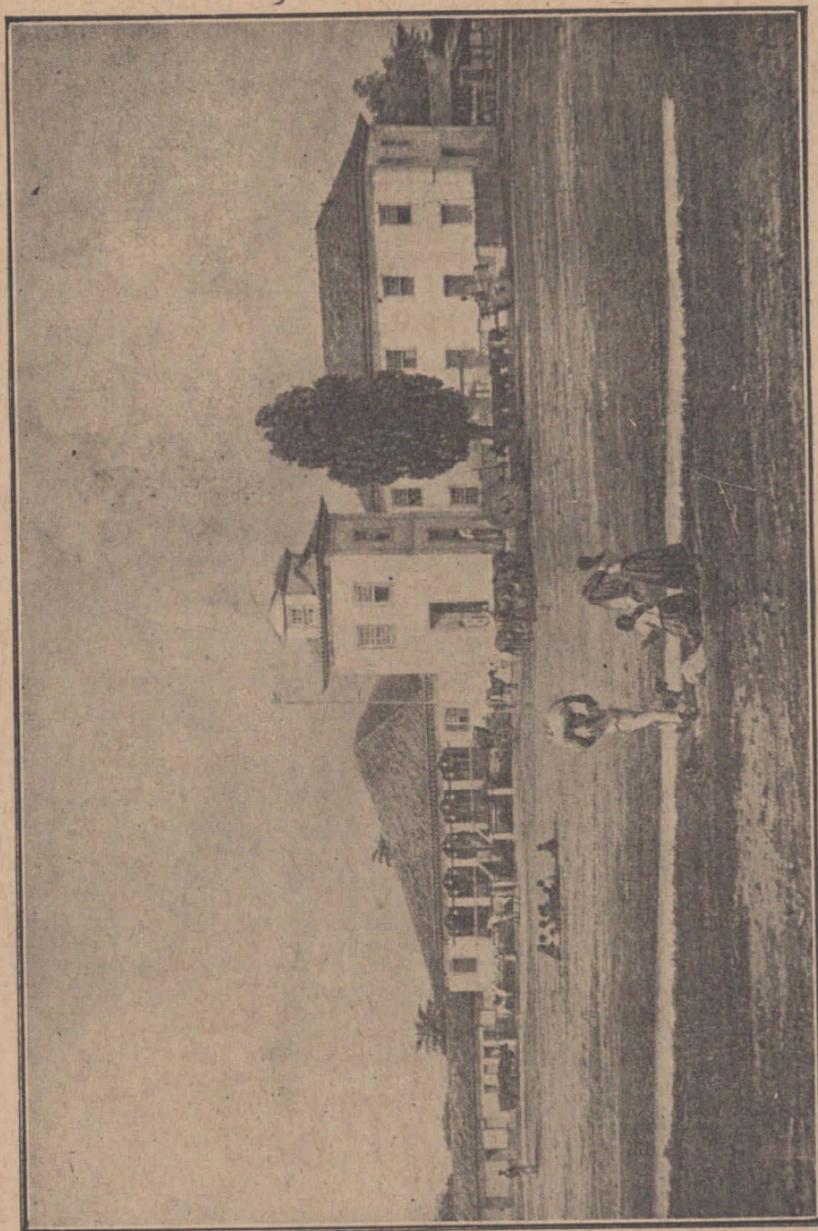
O segundo reinado foi geralmente um periodo de ordem, de florescimento economico e de largo prestigio do Brasil no exterior.

A economia brasileira no imperio

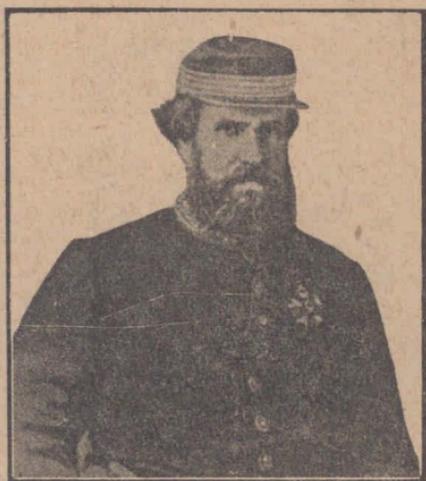
NO periodo colonial as principais riquezas do Brasil foram o açúcar e o fumo. Porisso o norte mostrava mais civilização do que o sul, onde a agricultura pouco se desenvolvera. Depois de 1776 a cultura de algodão progrediu em consequencia da guerra da Independencia dos Estados Unidos e da instalação na Inglaterra da grande industria de tecidos, motivos de grande aumento de preços desse produto. Foi então que os sertões do nordeste se enriqueceram de importantes fazendas, vilas prosperas e caminhos frequentados de “tropas”, que transportavam algodão e voltavam com as mercadorias estrangeiras. Em 1808, com a abertura dos portos, negociantes ingleses montaram escritorios comerciais em todas as cidades do Brasil e enviaram os seus representantes ás mais longinquas regiões. Aparece então o “caixeiro viajante”, substituindo o “tropeiro” como intermediario, entre as populações sertanejas e as do litoral, e a circulação das utilidades anima o interior do país.

Fazendas de café

No sul, o café foi o grande civilizador. Em 1820 começou a derrubada das matas da zona serrana da



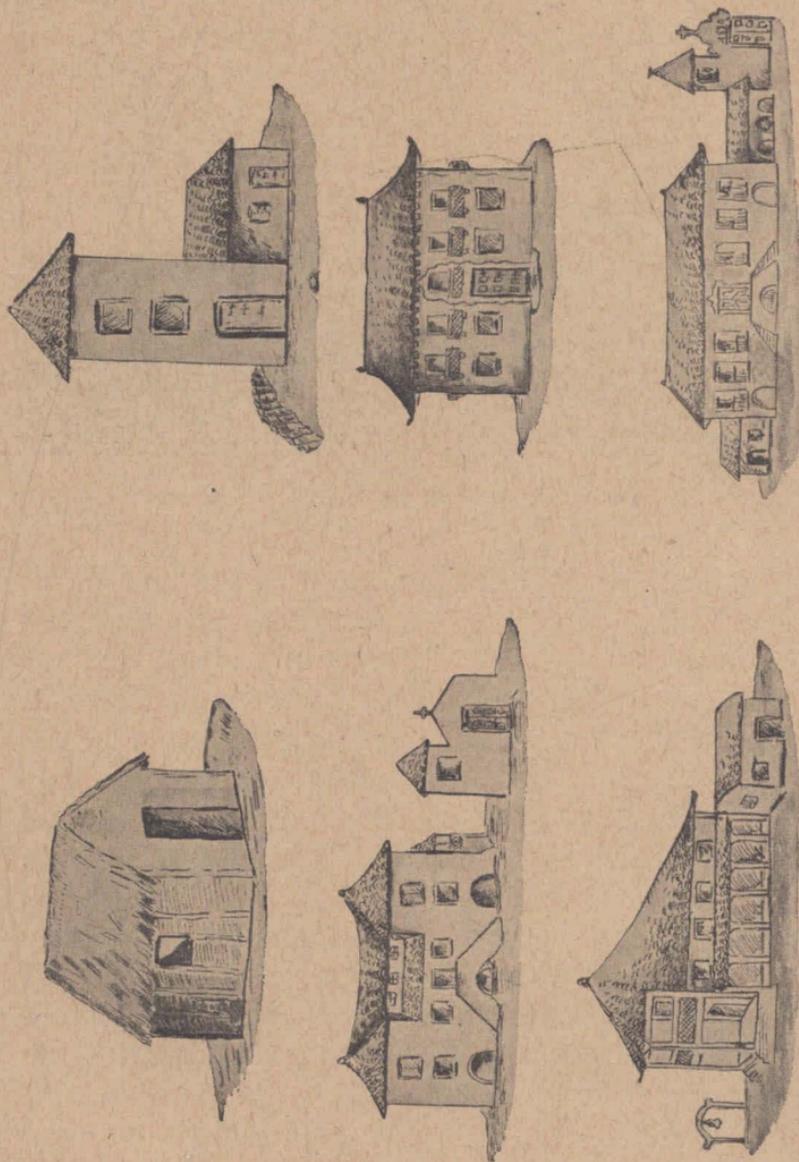
Esplendor da vida rural. Engenho Quissamã. Província do Rio de Janeiro. 1860.
(Do livro de Ribeyrolles).



D. Pedro II.

D. Tereza Cristina
Esposa de Dom Pedro II.

provincia do Rio, a fim de darem lugar aos cafezais, plantados por familias mineiras que desciam da Mantiqueira. Por esse tempo os indios, que pilhavam os viajantes nos limites de Minas e Espirito Santo, foram exterminados ou pacificados, e aquellas ricas terras distribuidas entre os fazendeiros de café. Em breve os lucros eram tamanhos que não havia no Brasil maiores fortunas, nem vida mais luxuosa, que as desses fazendeiros. Em 1840 logravamos ser o primeiro país produtor de café em todo o mundo, posição que ainda mantemos. Na provincia de S. Paulo tambem os cafezais se tornaram centros de atividade e fonte de abundancia, orientando o povoamento sempre para o oeste, onde a terra roxa é sobretudo propria para a cultura. Surgem as modelares fazendas fluminenses e paulistas. E a Imperio concedeu aos fazendeiros titu-

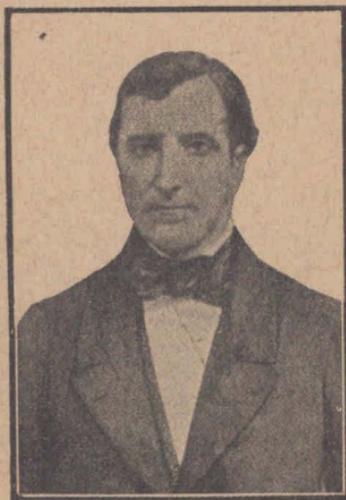


A EVOLUÇÃO DA CASA BRASILEIRA
 1. Choupana (1550) — 2. Torre (1600) — 3. Casa (1650) — 4. Paço (1700) — 5. Casa-grande (fazenda) (1800)
 6. Casa-grande (engenho) (1850).

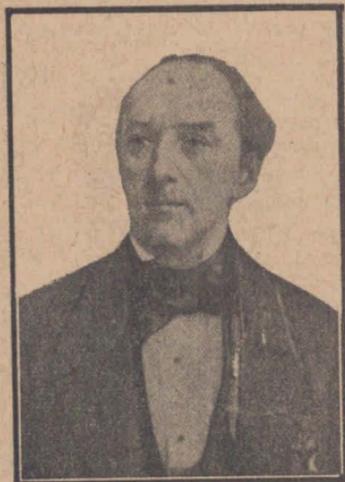
los de nobreza, reconhecendo-os como grandes senhores. As cidades embelezam-se e crescem, em virtude da prosperidade comercial, e a côrte de D. Pedro II tem um esplendor europeu.

A vida rural

As fazendas de café são notáveis pelo luxo das casas de residencia, a sua hospitalidade, e o numero de trabalhadores africanos. A familia de fazendeiros gozava as comodidades da gente rica da cidade. Muitos palacios ao lado das plantações de café rivalizavam com as melhores construções do Rio de Janeiro. Professores particulares ensinavam as primeiras letras aos filhos dos fazendeiros, e foi costume continuarem eles os estudos na Europa. A existencia na fazenda tinha muito encanto, devido ás alianças das familias vizinhas e constante comunicação entre elas. As festas periodicas reuniam os proprietarios da mesma região, que tambem se associavam para emprender trabalhos comuns, como o concerto, ou abertura, de estradas, construção de pontes, fundação de vilas e igrejas. Os escravos, que somavam centenas em cada propriedade, recebiam as rações de alimento e roupa, moravam nas "senzalas", e-



Irineo Evangelista de Souza
Barão de Mauá.



Visconde do Uruguai,
notável ministro do Imperio.

ram batizados e casados pelo capelão da fazenda — exatamente como sucedia nos engenhos do norte — e ficavam com um dia por semana para o trabalho das suas roças proprias. Eram dirigidos por um “feitor”, em geral mulato, que administrava os serviços agrícolas e mantinha em ordem a população negra. Varios castigos sofriam os escravos que cometiam faltas: o tronco era o mais frequente. Em geral, porém, os senhores eram bon-

dosos e a vida dos cativos não lembrava as atrocidades sofridas pelos africanos do seculo anterior, principalmente nas minas de ouro e diamantes.

Os transportes

A maior dificuldade com que lutava o fazendeiro era do transporte, pois não havia bons caminhos e as fazendas aproveitavam o terreno acidentado, onde o café dava melhor. Até a construção de estradas de ferro, faziam a condução tropas de burros, até o porto de mar, e embarcações de vela, daí para o mercado exportador. Nas cidades o produto era recebido pelos comissarios, que se encarregavam da remessa para o exterior e desempenhavam papel semelhante aos dos comissarios do açúcar no

norte: adiantavam quantias aos produtores, tratavam dos negocios destes, proviam a sua lavoura de escravos importados.

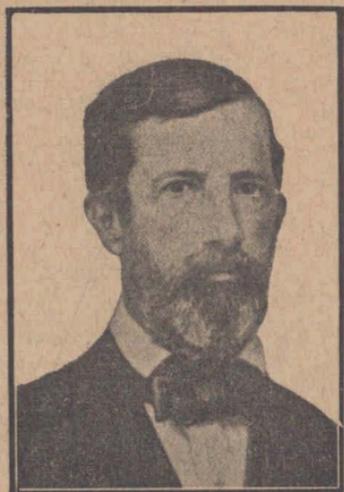
Os melhoramentos materiais

A estrada de ferro beneficiou a economia brasileira a partir de 1854.

De 1840 para cá em todo o país as iniciativas particulares criam industrias, as primeiras fabricas de tecidos para aproveitarem o nosso algodão, companhias de navegação, e outras empresas que tambem interessam aos capitalistas estrangeiros. Os bancos, que não tinham conseguido estabelecer-se no Brasil, aparecem, com o impulso dado pelo barão de Mauá a todos os negocios, depois de 1850. Em 1851 ele fundou o Banco, que em 1853 se converteu em Banco do Brasil, e ainda hoje é a nossa principal instituição de credito. Uma das razões foi a supressão, em 1850, do trafico negreiro, que deixou, consequentemente, sem emprego os importantes capitais nele aplicados. Com o Banco do Brasil os comerciantes tiveram um poderoso auxilio para o aumento das suas transações. Em 1848 o mesmo Mauá fundara a companhia de fundição da Ponta da Areia, para construções navais, e em 1854 a estrada de fer-



Marquês de Paraná, chefe do ministerio de conciliação (1853).



Teófilo Ottoni,
um político liberal do Império.

ro entre o porto de Mauá e a Raiz da Serra, na direção de Petropolis. A magnífica estrada de rodagem União e Indústria comunicava a Raiz da Serra a Petropolis e Juiz de Fora. A estrada de ferro de cremalheira, subindo a serra de Petropolis, foi concluída afinal, em 1882. Já por esse tempo se tinham inaugurado outros caminhos de ferro: o de Pernambuco (1857), o de D. Pedro II (atual Central do Brasil, 1858), o da Baía (1860). Por toda parte, se organizam companhias para a construção de estradas. E estas, vencendo os acidentes geograficos que tornavam tão difícil a comunicação com o planalto brasileiro, abrem o país á colonização e ao comercio. A Estrada de Ferro D. Pedro II, partindo do Rio de Janeiro, atingiu São Paulo em 1886; e atingiu Ouro Preto. Em 1885 completara-se a ligação ferroviaria de Paranaguá a Curitiba.

O Rio de Janeiro teve a sua primeira linha de bondes em 1868. Era tal o entusiasmo causado pelo novo meio de transportes que um brasileiro foi introduzi-lo em Paris, onde ainda não era conhecido!

Os melhoramentos materiais sucedem-se. A imigração estrangeira procura de preferencia S. Paulo. De 1870 em diante milhares de colonos eu-

ropeus estabeleceram-se naquela provincia. Eles, com a sua intelligencia e a sua arte, dão a S. Paulo o destino de cidade industrial, a primeira da America do Sul, que depois seria. Com a penetração das estradas a imigração estrangeira toma a direção do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, onde em breve se multiplicam povoações felizes de trabalhadores brancos.

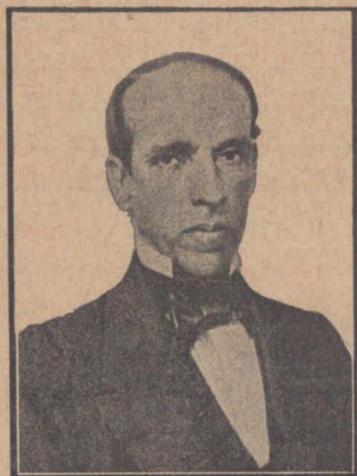
Os principais problemas do Brasil começavam a ser resolvidos. Lavoura, Comercio. Industria. Transportes. Colonização. A partir de 1850 o telegrafo electrico entrelaçou as provincias. Em 1874 o cabo submarino uniu o Brasil á Europa, aproximando-nos ainda mais da velha civilização.

Ciencias, letras e artes

O Imperio desenvolveu sobretudo a instrução secundaria e superior. Criaram-se as Faculdades de Direito de S. Paulo e de Pernambuco (1828), as Faculdades de Medicina da Baía (que foi primitivamente Escola Cirurgica, 1816), e do Rio de Janeiro (1832), a Escola de Engenharia, o Colegio Pedro II (1837), modelo dos liceus de todo o país, etc. Cada provincia instalou o seu liceu



Um orador sacro:
Frei Francisco de Monte Alverne.



Zacarias de Góis e
Vasconcelos.

provincial. Os estudantes não mais iam formar-se em Coimbra: tinham no Brasil as escolas necessarias para as profissões liberais. Instituições científicas e de cultura também contribuem para a elevação espiritual dos brasileiros. Assim o Instituto Historico (1838), a Academia de Medicina (1832), a Academia de Belas Artes (fundada após a vinda da missão de artistas franceses, contratada por D. João VI, em 1816), o Instituto dos Advogados (1844), etc. A instrução primaria ficava a cargo das provincias e municipios. Um estabelecimento modelar de ensino primario no Rio foi o Liceu de Artes e Officios. Em 1877 foi fundada a Escola Normal, que devia formar professores publicos. E as primeiras escolas higienicas e amplas são construidas no Rio de Janeiro.

A literatura nacional produz grandes nomes. Os escritores e poetas do tempo do Imperio mostram muito gosto pelos assuntos patrioticos e tratam com um carinho especial os indios. Os nossos poetas do seculo anterior, Santa Rita Durão e Basilio da Gama, tinham popularizado esse "indianismo". José de Alencar escreve "O Guarani", o romance brasileiro mais popular (que sugeriu a Carlos Gomes a opera, conhecida em todo o mundo).

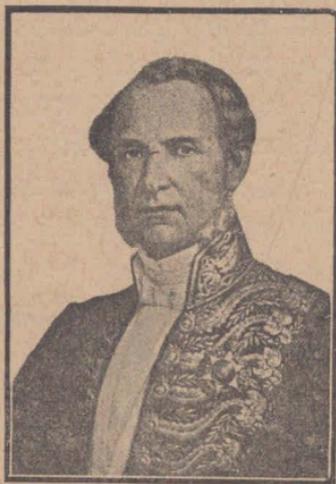
Gonçalves Dias é o poeta dos "Timbiras". Castro Alves, Junqueira Freire, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela, Alvares de Azevedo, são os maiores poetas do tempo. João Francisco Lisboa, Joaquim Manoel de Macedo, Bernardo Guimarães, o visconde de Taunay, Machado de Assis — os maiores escritores. Varnhagen é o grande historiador. Oradores parlamentares, distinguem-se José Bonifacio o moço, Fernandes da Cunha, visconde do Rio Branco, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa (cuja ação se estende até a Republica, dando ás nossas letras um fulgor internacional), Montezuma e Cotegipe, Abrantes e Zacarias, Silveira Martins e Ferreira Viana. Como juristas, são notaveis o visconde de Cairú, Teixeira de Freitas, o conselheiro Ribas, Lafayete, o marquês de S. Vicente, o visconde do Uruguai. Como professores: o barão de Macaubas e João Lisboa. Os livros então publicados no Brasil demonstram a seriedade dos estudos e a animação intellectual, no Brasil do seculo passado.

As artes tiveram grandes nomes. Na pintura, Pedro Americo, Porto Alegre, Vitor Meireles, etc. Na escultura, Chaves Pinheiro. Na arquitetura, Bethencourt da Silva. Esses mestres (que tinham sido discipulos dos mestres estrangeiros) deixaram numerosos e ilustres continuadores, e trabalhos que figuram entre os melhores da época.

A organização Imperial

O Imperio do Brasil copiava a organização inglesa, quanto ao seu governo monarquico-parlamentar.

O Imperador governava, por intermedio de um presidente do Conselho (primeiro ministro), que organizava o gabinete (ministerio). Esse ministerio respondia diretamente pelos seus atos á Assembléa (Camara e Senado). Com o voto de confiança, a Assembléa sustentava ou derrubava o gabinete. Porisso os ministros eram sempre tirados do Senado ou da Camara, e pertenciam á maioria desta. O Imperador podia, porém, em caso de preferir conservar o ministerio que não tivesse a maioria da Camara, dissolve-la, mandando proceder a novas eleições. Então a nova Camara apoiava ou não o ministerio, devendo obedecer-lhe o governo. A este se chamava o "regime de opinião", pois era a opinião dos parlamentares que determinava a sorte da administração.



Um estadista do Imperio:
barão de Cotegipe.



Duque de Caxias.

D. Pedro II

D. Pedro II, homem virtuoso e prudente, garantiu a paz do seu longo reinado chamando, alternativamente, para o governo, os dois partidos adversários, o *conservador* e o *liberal*. Esses dois partidos enchem, com as suas competições, a história do segundo reinado. O Imperador impedia pessoalmente que as perseguições políticas atingissem a extre-

mos. Quando o ministério conservador se enfraquecia, muito combatido pelas oposições, não podendo manter-se por mais tempo, o Imperador aceitava a sua demissão e chamava os liberais. Da mesma forma os despedia, aos liberais, quando os outros se apresentavam com bastante força para governar. Assim, os partidos se conservavam sempre vigilantes e ativos, esperando a sua vez de administrar, e não apelavam para as soluções violentas.

Dificuldades internacionais

Na política exterior, o Imperio agiu de acordo com a tradição, no sentido de inutilizar os seus inimigos próximos da fronteira do sul. Em 1851, aliando-se a Urquiza, governador da provincia argentina de Entre-Rios, que se revoltara contra o ditador de

Buenos Aires, o general Rozas, o Brasil interveio com um exercito, que ajudou a vencer aos rozistas em Caseros (1852) e a estabelecer na Argentina a paz, com um governo democratico, que até hoje faz prosperar a Republica vizinha.

Pelo tratado de 1828 o Imperio ficara como garantidor da independencia do Uruguai. Ameaçada esta pelo general Rozas, dera-se a intervenção brasileira de 1851. Em 1864, porém, tropelias praticadas em Montevideo por adversarios do Brasil, contra brasileiros, ocasionaram uma ação diplomatica e militar contra o Uruguai. O presidente do Paraguai, marechal Lopez, que mobilizara e armara um exercito enorme, de cerca de 80 mil homens, deseioso de obter para o seu país a supremacia no Rio da Prata, considerou a intervenção do Brasil no Uruguai como ofensiva aos seus melindres, e antes de uma declaração de guerra fez aprisionar, perto de Assunção, a um navio brasileiro. Esse ato hostil, seguido da invasão de Mato Grosso por um exercito paraguaio, provocou uma guerra terrivel, que durou cinco anos, e custou, a ambos os países, consideraveis sacrificios.

O Brasil aliou-se, em 1 de Maio de 1865, com a Argentina e o Uruguai, contra o governo do Paraguai. Um exercito de 20 mil homens, que o mare-



General Osorio,
vencedor de Tuiuti.



Almirante Barroso,
vencedor de Riachuelo.

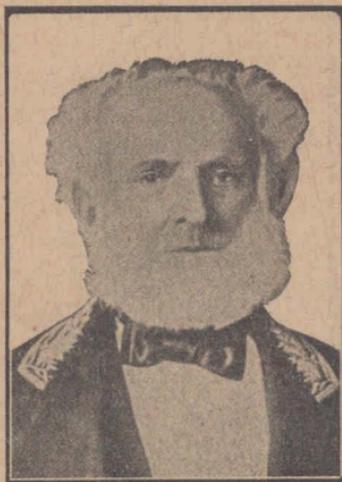
chal Lopez lançara contra a Argentina e o Rio Grande do Sul, não pôde passar de Uruguaiana, onde o general Estigarribia e a sua coluna de 5 mil soldados se renderam às tropas aliadas, comandadas em pessoa por D. Pedro II. Depois, o exercito brasileiro atravessou o rio Paraná, com o auxilio da esquadra, que em 11 de Junho de 1865 aniquilara a marinha paraguaia em Riachuelo: e começou a ofensiva no proprio territorio do Para-

guai. Foi uma guerra de vastas proporções, tanto pelo numero de combatentes como pelos recursos gastos. O Brasil incorporou á sua armada muitos navios encouraçados, do modelo proprio para a navegação fluvial, e pôde assim dominar as grandes fortificações do rio Paraguai — Curuzú, Curupaiti e Humaitá. Depois da gigantesca batalha de Tuiuti, ganha pelos brasileiros, o nosso exercito, de 30 mil homens, chefiado pelo marquês de Caxias, operou uma marcha de flanco, forçando os paraguaios a abandonar as suas posições fortes á margem do rio e tambem a sua capital, Assunção. Afinal o marechal Lopez se retirou para a região das cordilheiras com os restos do seu exercito, gradualmente destruido, e a 1 de Março de 1870 foi alcançado e morto em Cerro-Corá. Com a morte heroica do presidente da Re-

publica do Paraguai terminou a campanha, que custou ao Brasil perto de 50 mil vidas e 600 mil contos de reis em ouro.

O Brasil e seus vizinhos

Não lucrou o Império, com as duas guerras em que se envolveu, nenhum território alheio, nem delas tirou vantagens materiais. Todas as suas questões de limites o Brasil tem resolvido de maneira pacifica, ou por arbitramento. Jamais manifestamos tendencias de país conquistador. Esse desinteresse — mesmo quando o Imperio teve á sua disposição um exercito e uma armada sem rivais na America do Sul — contribuiu sobretudo para engrandecer o prestigio moral do Brasil entre os povos do continente. A Republica conservou o espirito humanitario e americanista, que é um justo orgulho da civilização brasileira.



Marquês de Tamandaré,
chefe da marinha brasileira.

A abolição da escravatura

As grandes questões que o Imperio teve tambem de resolver foram a da abolição da escravatura e a da ordem civil.

A Inglaterra tornara-se, no principio do seculo, campeã da extinção da escravatura. O Imperio

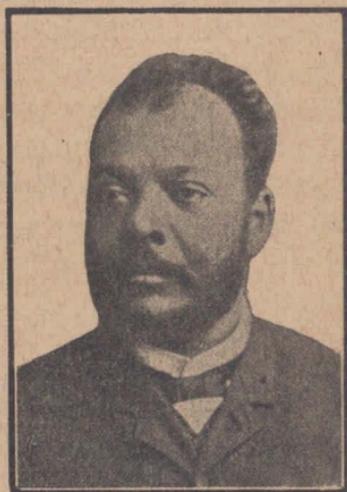


D. Isabel,
Princesa Regente.

tratou com ela a terminação do trafico de negros, que foi considerado, depois de 1829 criminoso e deshumano. A tolerancia das autoridades, porém, e os grandes interesses ligados ao trafico o mantiveram, até 1850. No periodo entre 1830 e 1850, entraram centenas de milhares de escravos no Brasil. Foi preciso que o ministro Eusebio de Queiroz, naquele ultimo ano, com implacavel energia, tornasse o trafico absolutamente proibido, sob

graves penas, para que cessasse definitivamente.

Mas o numero de escravos subia a 2 milhões. Os sentimentos generosos revoltavam-se contra a instituição do cativo. Os Estados Unidos já não tinham escravos, depois de terrivel guerra civil, (1861-64), motivada precisamente pela abolição. Em 1868 a Sociedade francesa de abolicionistas apelara para D. Pedro II, a fim de que apagasse tal mancha dos costumes do Brasil. Em 1871 o imperador chamou



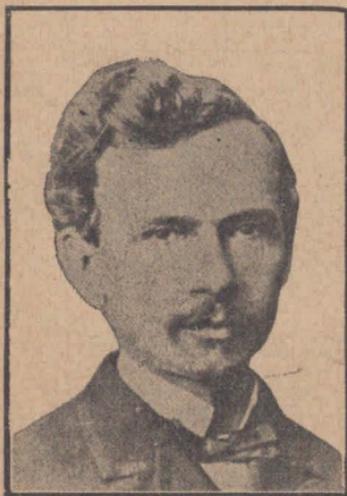
Um grande abolicionista:
José do Patricínio.

para presidente do Conselho o visconde do Rio Branco, e o incumbiu de fazer aprovar pelo parlamento a lei que libertava os filhos das escravas. Foi (lei do *ventre libre*) a primeira das grandes leis da abolição (28 de Setembro de 1871). Paralelamente á ação do governo, a literatura nacional despertara o sentimentalismo das familias contra a escravidão. Associações particulares fundaram-se, para libertar os cativos, ou favorecer-lhes a fuga. Em 1884 a provincia do Ceará declarava libertos todos os seus escravos.



Um jornalista da abolição:
Ferreira de Menezes.

Em 1885 o parlamento (ministerio Dantas) aprovava a lei que libertava os escravos maiores de 60 anos. Nessa data, porém, o movimento de opinião em favor da abolição completa e immediata abrangia o país inteiro. Sociedades abolucionistas espalharam-se por toda parte. Jornais, comícios, partidos, caravanas abolucionistas incitaram á revolta os meios agricolas, e o exercito se recusou a dar mão forte aos fazendeiros,



Conselheiro João Alfredo.

cujos escravos fugiam do trabalho. D. Pedro II em 1888 foi pela terceira vez á Europa, em viagem para tratamento de sua saude, deixando na regencia a filha, princesa imperial D. Isabel. Esta chamou para formar ministerio o conselheiro João Alfredo, que apresentou á Assembléia, em 10 de Maio de 1888, o projeto de lei que extinguiu, sem indenização de nenhuma especie para os proprietarios, a escravidão em todo o Imperio. Votada por esmagadora maioria, a lei "aurea" (que assim a chamaram) foi pela princesa assinada em 13 de Maio, entre estrondosas festas.

A escravidão durara mais de trezentos anos. Agora tudo se modificava. Não havia mais trabalho forçado. A lavoura tradicional do norte (cana de açúcar) se desorganizou, como previam os estadistas

contrarios á abolição imediata. Mas o abalo economico não foi tão intenso, porque a riqueza principal do país já não era o açúcar, sim o café, e a provincia de S. Paulo recebera nos ultimos vinte anos grandes levas de imigrantes estrangeiros.



Um engenheiro do Imperio:
André Rebouças.

Novas riquezas

No extremo norte, a borracha, extraida da seringueira, propria do vale amazonico, para aí dirigiu gran-

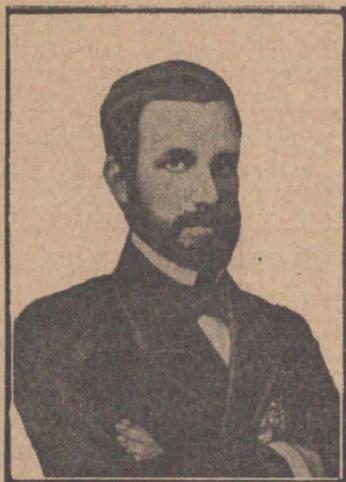
des levas de colonos. Eram principalmente homens do norte. Realizaram façanha semelhante á dos bandeirantes, desbravando a floresta equinocial e construindo, na terra conquistada, as suas povoações. Valeram-se do rio Amazonas e dos seus afluentes para as viagens de penetração, utilizando, como os antigos paulistas, a experiencia e o trabalho dos indios da região. A cidade de Manaus, capital da provincia, rapidamente cresceu, e ao terminar o seculo passado era uma das mais modernas e belas do Brasil, com o conforto e a riqueza das melhores da America, apesar de situada a 1.030 milhas do oceano. A exportação da borracha chegou a ser uma das principais fontes de renda do país. Decaiu (e com ela o Amazonas) depois de terem os ingleses feito enormes plantações de seringueira no oriente.

Na Baía, a cultura do cacau, transplantada do Pará no seculo XVIII, desenvolveu-se depois de 1890. E tal importancia assumiu, no municipio de Ilheus e adjacencias, que a partir de 1905 aparece a Baía, no mercado estrangeiro, como grande produtor: figura hoje no segundo lugar, com 1 milhão e meio de sacos.

No sul a herva-mate, a extração das madeiras e a industria pastoril receberam decisivo impulso com a colonização estrangeira. O Brasil



Silveira Martins,
um dos grandes oradores
do parlamento.



Conselheiro Saraiva,
que instituiu a eleição direta.

que é o maior produtor de mate, exporta também carnes congeladas.

Mas o café se conservou à frente da nossa economia, interessando não somente a São Paulo como a Minas, Baía, Espírito Santo e Paraná. Atualmente produz o Brasil 65 % do café consumido em todo o mundo, elevando-se a sua exportação a 17 ou 19 milhões de sacas.

De cinquenta anos para cá as áreas desaproveitadas do nosso país têm constan-

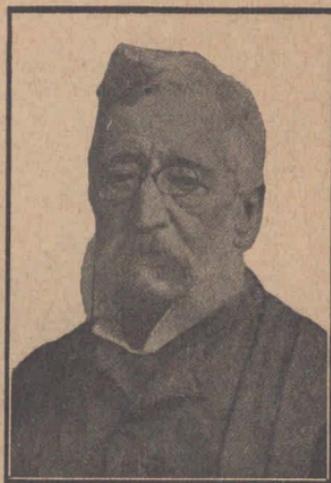
temente diminuído, com os seguintes movimentos de correntes colonizadoras: do Ceará, do Maranhão e do Pará, para o vale amazônico (período da borracha, 1890-1910). Do vale do S. Francisco para as terras de cacau do sul da Baía e vale do Rio Doce. Do nordeste brasileiro para as zonas de diamantes de Mato Grosso. Do litoral para o oeste paulista (período do café). De S. Paulo para as terras de café do Paraná. Do Rio Grande do Sul para o sul de Mato Grosso (expansão pastoril)...

Esses deslocamentos de população vão abrindo novos centros de agricultura e criação, onde antes só havia a floresta, o deserto ou os vales povoados de índios bravos. Transportam consigo a iniciativa industrial; estendem as vias de comunicação; levam sempre adiante os trilhos das estradas de

ferro, os fios telegraficos, as estradas carroçaveis.

Evolução democratica

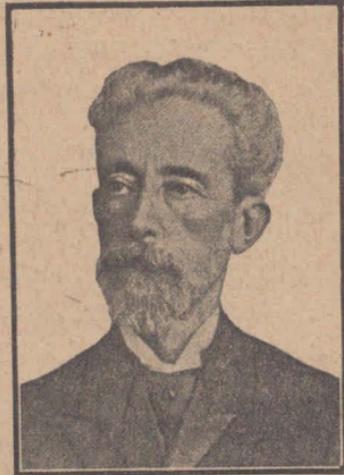
Quanto á ordem civil, o Imperio progredira sempre para a maior democracia. Em 1835 foram extintos os *morgados*, instituição colonial considerada indispensavel ás monarquias que se apoiam á nobreza secular. Com o *morgadio*, a propriedade da terra passava, inteira, para o filho mais velho, que ficava como chefe da familia, e era o "fidalgo". A divisão da mesma propriedade não mais permitiria a conservação das familias do tipo antigo. Em 1847 criara-se a presidencia do conselho de ministros, que era uma adaptação do parlamentarismo liberal inglês. Em 1880, finalmente, a eleição direta, com o voto universal, fôra estabelecida, de modo a interessar todos os cidadãos na escolha dos seus representantes. Foi porisso que um estrangeiro chamou ao Imperio do Brasil de republica coroada. Era decerto uma republica de fato, porém com o seu supremo chefe, vitalicio e hereditario, o Imperador. Em 1883 surgiu a questão militar, proveniente de atritos entre o exercito e os politicos. Estes não queriam permitir que os officiais manifestassem opiniões partidarias,



Afonso Celso,
Visconde de Ouro Preto.



Joaquim Nabuco,
orador abolicionista e diplomata.



Quintino Bocayuva,
propagandista da República.

e os oficiais se uniam, para aumentar a força de tais opiniões. Evidentemente, a propaganda republicana ameaçava mais de perto a monarquia. Em 1870 fundara-se o partido republicano, que logo prosperava em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Esse partido ramificara-se facilmente pelas províncias, e contava com o ardoroso apoio dos estudantes, e dos próprios homens de Estado desgostosos com os vaivens do parlamentarismo. Ligava-se á tradição liberal da Regencia, e correspondia ao estado de espirito das novas gerações.

A Republica

A Republica, todavia, surgiu de uma manifestação militar, quando, na manhã de 15 de Novembro

de 1889, o marechal Manuel Deodoro da Fonseca saiu á rua com parte da guarnição do Rio de Janeiro, para depor o ministerio do visconde de Ouro Preto. O velho marechal não tinha o proposito de mu-



O marechal Deodoro da Fonseca proclama a Republica (Quadro de H. Bernardelli).

dar as instituições; a queda do ministerio, porém, que se organizara precisamente para resistir aos republicanos, determinou a proclamação da Republica, no mesmo dia. D. Pedro II não quis reagir. Aceitou os acontecimentos com a maior dignidade, embarcando para o exilio na ma-

drugada de 17 de Novembro, com toda a familia imperial. Foi morrer em Paris, em 5 de Dezembro de 1891. O Marechal Deodoro, aclamado presidente provisorio da Republica, assumiu o poder supremo ainda a 15 de Novembro. O seu primeiro decreto foi o que criou a *Republica Federativa*, de acordo com o modelo da America do Norte: inspirou-o Rui Barbosa, seu ministro da Fazenda e figura principal do governo provisorio.

Não houve lutas entre monarquistas e republicanos. Todos receberam com grandes esperanças o novo regime. Porque a abolição da escravatura sem indenização, intempestiva como tinha sido, arruinara os melhores amigos do trono, que eram os ricos proprietarios rurais. A confusão economica que se seguira, afastara-os do governo: e agora, ainda ressentidos, não se animavam a combater a Republica, que prometia prosperidade, ordem e justiça.

Historia Contemporanea

O primeiro ato do Governo Provisorio foi o da substituição do Imperio pela republica federativa dos Estados Unidos do Brasil.

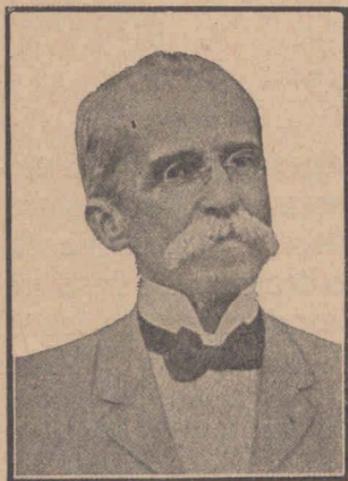
A Assembléia Nacional Constituinte promulgou a Constituição federal em 24 de Fevereiro de 1891.

A história da Republica pode ser estudada em periodos de dez anos. De 1890 a 1900: consolidação do regime. De 1900 a 1910: grandes melhoramentos materais. De 1910 a 1922: dificuldades internas; a Guerra européia; surto industrial; a comemoração do centenario da Independencia; desenvolvimento economico.

A Consolidação

Nos primeiros dez anos, apesar da excelente Constituição promulgada, a constante alteração da ordem publica embarçou grandemente o progresso do país. Seguiram-se á queda do trono uma fase de extrema animação do commercio, produzida pela febre dos negocios, emissão de dinheiro, multiplicação de sociedades anonimas, etc. (encilhamento). O marechal Deodoro (eleito presidente da Republica), sofrera, porém, violenta opposição do Congresso, e, julgando-se apoiado pelas forças armadas e pela

maioria dos governadores estaduais, ousou dissolvê-lo, em 12 de Novembro de 1891. Imediatamente os opositoristas se aliaram a elementos militares descontentes, e, diante de uma intimação de parte da marinha de guerra, o marechal renunciou á presidencia. Assumiu-a o vice-presidente marechal Floriano Peixoto. Entendiam porém os civilistas (partidarios de um presidente civil) que o marechal devia convocar, sem mais demora, os eleitores, para que escolhessem novo presidente da Republica. Neste sentido varios generais endereçaram ao governo uma representação. Floriano reformou os generais. A 6 de Setembro de 1893 a armada nacional sublevoou-se contra êle. Ao mesmo tempo uma revolta se declarara no Rio Grande do Sul, contra o governador Julio de Castilho. Gumercindo Saraiva, comandando os revolucionarios do sul, empreendeu uma marcha audaz para S. Paulo, através de Santa Catarina e do

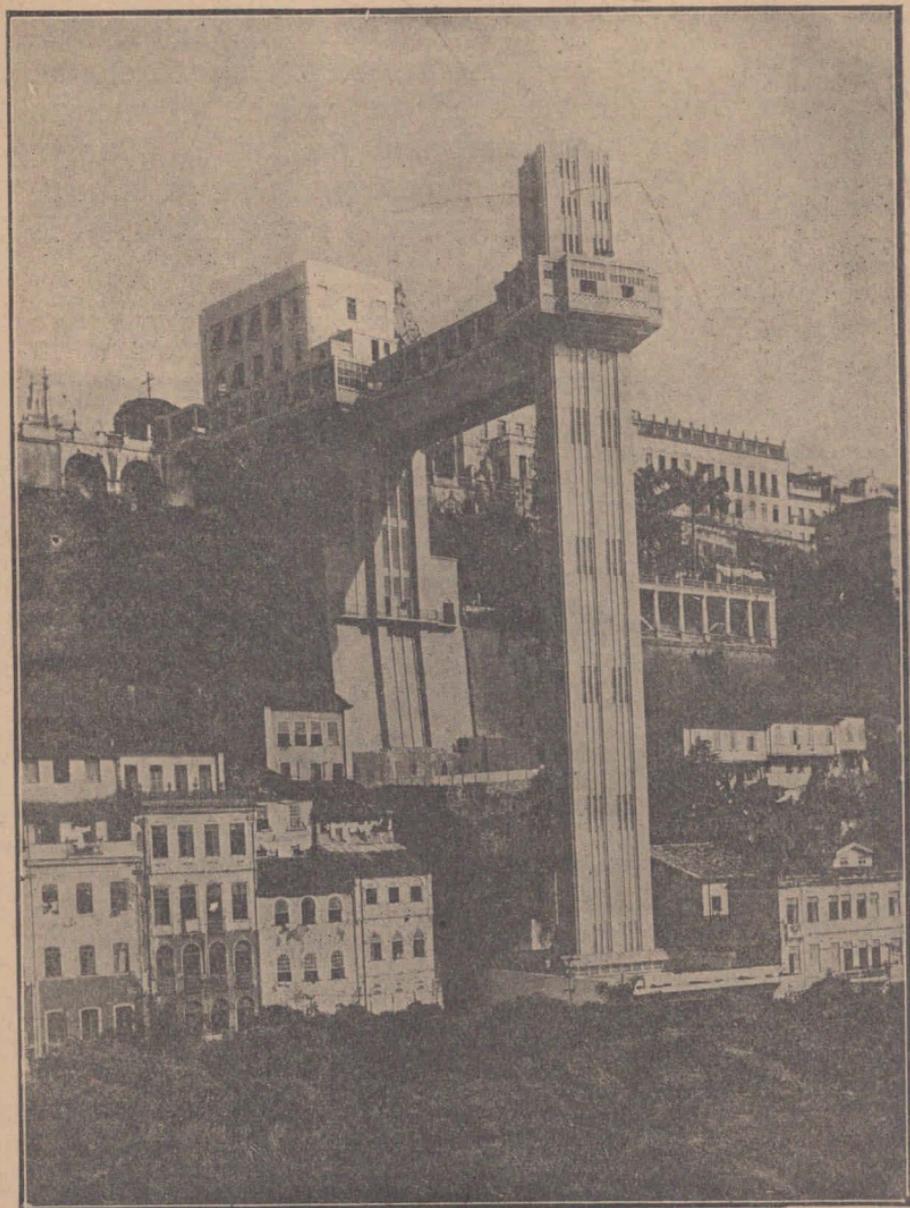


Rui Barbosa.

Paraná. Mas o marechal Floriano não cedeu nem transigiu. Repeliu, com o exercito, todos os ataques navais na baía de Guanabara, dirigidos pelo almirante Custodio José de Melo, primeiro chefe da armada revoltada, e pelo almirante Saldanha da Gama que áquele sucedera. Gumercindo não pôde passar do norte do Paraná, devido á heroica resistencia da guarnição da cidade da La-

pa, comandada pelo coronel Gomes Carneiro. Retrocedeu a tropa revolucionaria, em franca derrota, e Gumerindo foi alcançado e morto. O mesmo destino teve o bravo almirante Saldanha, quando, mais tarde, tentou — atravessando a fronteira uruguaia — invadir com um grupo de voluntarios o Rio Grande.

A Floriano substituiu no governo da Republica Prudente de Moraes, o primeiro presidente civil da Republica, paulista muito respeitado pela integridade do seu carater. Conseguiu pacificar o país, perdoando tambem aos officiais de marinha revoltosos: não pôde evitar porém a guerra de Canudos, em 1897-98, que, de um caso local, do sertão da Baía, se transformou em motivo de grave commoção nacional. O fanatico Antonio Conselheiro, que reunira no arraial de Canudos, ás margens do rio Voza Barris, uma grande população de fieis, resolveu enfrentar os soldados enviados pelo governo do Estado para dispersa-los. Uma tropa de cem homens foi completamente desbaratada. Segunda expedição soffreu igual derrota. Um terceiro exercito, comandado pelo coronel Moreira Cesar, intentou tomar de assalto o arraial e foi dizimado, morrendo o comandante e numerosos officiais, e deixando em mãos dos *jagunços* as armas e munições abundantes que levava. Canudos pôde assim oferecer desesperada resistência a uma quarta expedição, sob o comando do general Artur Oscar, de 5 mil homens. Investido o arraial, conquistado e destruido, depois de tamanhos sacrificios, verificou-se que tinham achado a morte todos os seus defensores.



Contrastes: A nova e a velha Baía. Trecho da cidade colonial e o Elevador moderno, que une os dois bairros.

No Rio de Janeiro atribuiu-se a rebeldia de Antonio Conselheiro a manejos monarquistas e os conflitos de rua culminaram, em 5 de Novembro de 1897, com a tentativa de assassinio do presidente da Republica. O golpe de punhal, que devia matar Prudente de Moraes, atingiu o ministro da Guerra, marechal Bittencourt. A morte desse ilustre militar impressionou grandemente o país e assinalou o fim das agitações iniciadas com a proclamação da Republica.

O progresso

O governo seguinte, de Campos Sales, distinguu-se pelas medidas adotadas afim de salvar as finanças nacionais, gravemente comprometidas com as desordens anteriores. O ministro da Fazenda Joaquim Murtinho realizou um programa de economias, de restabelecimento do credito pelo pagamento das dividas externas, e de equilibrio orçamentario. Tais providencias facilitaram ao terceiro presidente civil, Rodrigues Alves, a execução de um largo plano de melhoramentos materias, continuado e desenvolvido pelo presidente Afonso Pena. O ministro do Exterior barão do Rio Branco consegue ultimar, mediante tratados de limites, importantes questões com os países vizinhos, e dá ao Brasil um prestigio internacional semelhante ao que desfrutara no Imperio. Iniciam-se as obras do porto do Rio de Janeiro (ministerio de Lauro Muller), que o transformam num grande porto moderno. Pereira Passos, prefeito do Distrito Federal, empreende a remodelação do Rio

de Janeiro, fazendo abrir a avenida Beira-mar, dotando-o com os edificios publicos, as ruas largas, a pavimentação de asfalto. O engenheiro Paulo de Frontin constroi a Avenida Central. Obtem a cidade a intensa iluminação e o conforto caracteristico das metropoles. Esses vastos trabalhos porém não seriam possiveis sem a ciencia de Osvaldo Cruz. Foi esse notavel medico brasileiro que procedeu ao saneamento do Rio de Janeiro, conseguindo extinguir a febre amarela que, desde 1850, tornara insalubres os verões cariocas, afugentando principalmente os estrangeiros. Osvaldo Cruz libertou o Rio daquela epidemia e, conseqüentemente ás obras da prefeitura Passos e ao saneamento, *turistas* de todo o mundo vieram conhecer a nossa admiravel cidade. Pelo tratado de Petropolis de 1903, com a Boliva, adquiriu o Brasil o territorio do Acre, já habitado por brasileiros, que exploravam os seringais nativos. O Acre, futuro Estado, é a parte mais nova do Brasil. E' administrado pelo governo federal. Rodrigues Alves venceu, em 1904, uma tentativa revolucionaria, originada da Escola Militar, e as desordens causadas nos bairros proletarios (Saude e morros adjacentes) pela lei da vacina obrigatoria. Anistiados os revoltosos em 1905, o presidente Afonso Pena assumiu o governo num ambiente de paz nacional e florescimento economico. Promoveu sobretudo o aumento da rede ferroviaria (ministerio Miguel Calmon), fazendo construir ou completar as estradas de ferro mais necessárias ás comunicações inter-estaduais, com o fim de colonizar e cultivar as regiões sertanejas. Concluiu o saneamento do Rio com o perfeito

abastecimento d'água; deu grande expansão ao serviço de povoamento do solo, terminou todas as obras do quatrienio anterior; renovou a esquadra brasileira. Uma Exposição Nacional, em 1908, festejou esplendidamente o centenario da abertura dos portos, mostrando a riqueza agricola e o recente desenvolvimento das industrias no país. Faleceu Afonso Pena antes de concluido o quatrienio. Sucedeu-lhe o vice-presidente Nilo Peçanha, e a este o marechal Hermes da Fonseca. As eleições presidenciais de 1910 foram memoraveis, porque o candidato civilista, Rui Barbosa, comovera toda a nação com a propaganda das suas idéias liberais. Eleito, contra Rui Barbosa, o marechal Hermes, o seu governo não foi tranquilo, em virtude de uma revolta de marinheiros no Rio, e de "intervenções" violentas que fez em muitos Estados, seguidas de choques armados. Substituiu ao marechal Hermes um presidente civil, Wenceslau Braz. Foi durante o seu governo que o Brasil se aliou ás nações em guerra contra a Alemanha, participando da Conflagração mundial (1917-1918). A guerra não nos custou grandes sacrificios materiais ou de homens, pois o nosso concurso se limitou á remessa de uma divisão naval para auxiliar o policiamento dos mares. Entretanto, tornou-se evidente que o Brasil necessitava, para a defesa nacional, de um exercito voluntario, e parte da juventude brasileira se alistou nos batalhões de atiradores. Instituiu-se o serviço militar como um dever de todos os cidadãos. A guerra tambem valorizou os produtos brasileiros, em consequencia da sua grande procura

no estrangeiro, e forçou á criação de numerosas fabricas, destinadas a suprir o consumo interno.

Na presidencia Epitacio Pessoa os trabalhos principais foram o das obras contra as secas, visando ao auxilio direto das populações do nordeste, desde o Ceará até á Baía, que sofrem, periodicamente, o flagelo da falta das chuvas. O primeiro socorro sistematico ao Ceará data de 1879. Os serviços contra as secas compreendem a abertura de açudes e a melhoria das comunicações.

Em 1922, numa época de prosperidade economica, de intensa vida industrial e de progresso generalizado, o Brasil celebrou o primeiro centenario da sua Independencia.

Uma exposição Internacional, que reuniu no Rio de Janeiro representantes das principais nações do mundo, comemorou esse seculo de "civilização brasileira", no qual realizamos:

- a emancipação politica (1822),
- a organização nacional centralizada (1824),
- a organização descentralizada (1834),
- a experiencia republicana da Regencia,
- os melhoramentos materiais do Imperio,
- o prestígio internacional,
- o desenvolvimento das ciencias, letras e artes,
- a eleição direta,
- a abolição da escravatura,
- a federação, com a Republica,

a Constituição republicana,
a ordem civil,

o surto industrial de S. Paulo; a expansão da agricultura; a primazia brasileira do café, da borracha e do cacau; a transformação das cidades; a remodelação do Rio de Janeiro; a construção de estradas de ferro e de rodagem, dos telegrafos e correios, dos portos, das obras contra as secas, etc.

Em cem anos conseguimos ser uma grande nação.

Cronologia indispensavel

- 1492 — Descobrimto da America.
- 1494 — Tratado de Tordesilhas (previa o direito de Portugal ás terras do Brasil).
- 1500 — Descobrimto do Brasil e posse pelos portuguezes.
- 1501 — Viagem exploradora da costa: Vespucci inicia o conhecimento do litoral do Brasil, que em 1502 já aparece nos mapas com muitos dos nomes atuais.
- 1530 — Viagem oficial de Martim Afonso de Souza, primeiro ato formal de colonização.
- 1532 — Fundação de S. Vicente, primeiro nucleo colonial.
- 1534 — Divisão do Brasil em capitánias hereditarias. Primeiros engenhos de açúcar.
- 1549 — Tomé de Souza funda na Baía a capital do Brasil e assume o governo geral da colonia. Inicia-se a organização colonial.
- 1550 — Chega o primeiro gado, origem dos rebanhos do nordeste.
- 1555 — Villegaignon tenta estabelecer no Rio de Janeiro uma colonia francesa e calvinista. Essa aventura atrai para a baía de Guanabara a atenção de Portugal.
- 1567 — Mem de Sá, vencidos e expulsos os franceses, funda a cidade do Rio de Janeiro.
- 1580 — Portugal, depois da morte dos reis D. Sebastião e D. Henrique, passa ao dominio espanhol, que tem a vantagem de permitir o avanço dos sertanistas sobre o oeste e o sul do Brasil, mas lhe traz a guerra holandesa.
- 1598 — D. Francisco de Souza, governador nomeado para a parte do sul, empreende a descoberta de minas de ouro em S. Paulo. O sertanismo desenvolve-se.

- 1624 — Os holandeses tomam a Baía e a restituem no ano seguinte.
- 1627 — O sertanismo dos “mamalucos” paulistas desloca-se para as aldeias jesuíticas da fronteira. Os “bandeirantes” fazem as grandes jornadas pela America do Sul.
- 1631 — Os holandeses apossam-se de Pernambuco. A guerra estende-se até 1654 e afinal os pernambucanos reconquistam o seu proprio territorio. O nativismo acentua-se.
- 1639 — Pedro Teixeira toma posse do alto Amazonas para Portugal.
- 1640 — Portugal, separando-se novamente de Espanha, readquire a independencia. A guerra holandesa causa enormes danos á Baía, mas a prosperidade economica recomeça, com a paz.
- 1645 — Os paulistas expulsam os jesuítas, defensores dos indios. As Camaras municipais representam o povo. O nativismo torna-se agressivo em S. Paulo e no Rio de Janeiro. Vai produzir, no Maranhão, na Baía, em Olinda, os movimentos subversivos do fim do seculo XVII e do principio do seculo seguinte.
- 1655 — O governador Francisco de Brito inicia em Pernambuco a divisão das comarcas em “terços” e das freguesias em “companhias” com os seus coroneis e capitães que podiam chamar ás armas os moradores. Essa organização se estendeu a todo o Brasil. Os capitães de “ordenanças” representaram no interior do país a autoridade, mantiveram a ordem, foram os chefes locais.
- 1680 — Fundação da Colonia do Sacramento, logo destruída pelos espanhois. Começam as lutas de fronteira, que só terminariam no periodo imperial.
- 1694 — Descobre-se ouro em Minas Gerais. Grandes correntes de povoamento se dirigem para lá. A colonização toma francamente o rumo do interior.

- 1709 — Criação da capitania de S. Paulo abrangendo também Minas Gerais, Goiaz, Mato Grosso, Santa Catarina, até a colonia do Sacramento.
- 1711 — Depois da invasão de Duclerc, fracassada, Duguay-Trouin põe a saque o Rio.
- 1720 — Criação da capitania das Minas Gerais. A de S. Paulo perdeu ainda: em 1738, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina; em 1748, Cuiabá e Goiaz, data também da subordinação da capitania de S. Paulo á do Rio de Janeiro (até 1765).
- 1734 — A civilização alcança em Minas Gerais o seu apogeu, com a extraordinaria riqueza de Villa Rica (Ouro Preto), as suas admiraveis igrejas, as suas cerimoniaes religiosas, o luxo dos habitantes da região do ouro.
- 1737 — Começa a colonização do Rio Grande do Sul.
- 1750 — As côrtes de Espanha e Portugal entram em acôrdo sobre os limites das suas colonias: tratado de Madrid. Prevalece, sugerido pelo paulista Alexandre de Gusmão, secretario de D. João V, o principio de "uti possidetis" para a demarcação das fronteiras. Isto é, o direito de posse, do descobridor da terra, superava o direito convencional, do Tratado das Tordesilhas. Consagra-se a obra dos bandeirantes. O Brasil estava formado.
- 1759 — Expulsão dos jesuitas.
- 1763 — A capital do Brasil é transferida da Baía para o Rio de Janeiro.
- 1777 — Tratado de Santo Idelfonso: o Brasil perde a Colonia do Sacramento e fica com os Sete Povos das missões do rio Uruguai. O Rio Grande do Sul está povoado e defendido. Completa-lhe a conquista, em 1801, a expulsão dos espanhois ao longo do rio Uruguay (fronteira atual).
- 1789 — Inconfidencia mineira.
- 1798 — Conspiração republicana na Baía.
- 1808 — Transmigração da familia real. O Brasil passa a ser metropole, e o Rio de Janeiro a côrte.

- 1811 — Primeiro jornal impresso no Brasil.
- 1815 — D. João VI erige o Brasil em Reino Unido. Cria os serviços e melhoramentos mais necessários a uma nação civilizada. Os viajantes estrangeiros percorrem o Brasil e lhe divulgam as riquezas.
- 1816 — Conquista do Uruguai. Em 1821 foi incorporado ao Brasil como província.
- 1820 — Revolução liberal do Porto.
- 1821 — Adesão do Brasil á revolução liberal. D. João VI regressa a Portugal. Regencia do príncipe D. Pedro.
- 1822 — D. Pedro proclama a Independência e é aclamado Imperador.
- 1823 — As tropas portuguesas deixam o Brasil. Fim da guerra da Independência na Baía e no norte.
- 1824 — Constituição do Imperio. Reorganização nacional.
- 1825 — O Brasil como país independente empreende a sua primeira guerra externa, contra as Províncias Unidas (Argentina). Resulta dessa guerra a independência do Uruguai, em 1828.
- 1827 — Fundação dos Cursos Jurídicos: Faculdades de Pernambuco e de S. Paulo. Aparece o Jornal do Comercio.
- 1831 — Abdicação de D. Pedro I. Período regencial.
- 1834 — E' promulgado o Ato Adicional descentralizando a administração.
- 1835 — Revolução rio-grandense, a mais longa das rebeliões da Regencia. Terminou em 1845.
- 1837 — Fundação do Collegio Pedro II.
- 1840 — D. Pedro II é declarado maior e inicia o seu reinado de quarenta e nove anos (até 1889).
- 1847 — Criação da presidência do conselho de Ministros: monarquia parlamentar.
- 1850 — Extinção do trafico de escravos.
- 1851 — Intervenção brasileira no Rio da Prata. Derrota do governo de Rozas e apogeu do Imperio. Melhoramentos materiais. Surto industrial. Criação de

- bancos, construção de estradas de ferro, os telegrafos. Navegação a vapor. Imigração estrangeira.
- 1853 — Ministerio de conciliação: marquês do Paraná. Época de paz e trabalho. Fundação das provincias do Paraná e do Amazonas.
- 1864 — Guerra do Paraguai. Prolonga-se por cinco anos.
- 1871 — Primeira das leis abolicionistas: a lei do ventre livre.
- 1874 — O telegrafo submarino comunica o Brasil com a Europa.
- 1875 — Os engenhos de açúcar se vão transformando em usinas: engenho de Quissamã, etc.
- 1880 — A campanha abolicionista interessa a todo o país. Decreta-se a eleição direta.
- 1885 — A lei dos sexagenarios. A “questão militar” denuncia a mudança de instituições politicas.
- 1888 — Lei aurea: extinção imediata da escravatura. Regencia de D. Isabel.
- 1889 — Proclamação da Republica, Governo Provisorio. D. Pedro II e a familia imperial retiram-se para a Europa. A adesão das provincias.
- 1891 — Constituição federal. Foi o seu principal inspirador Rui Barbosa.
- 1893 — Revolta da armada. Vitoria do governo Floriano Peixoto.
- 1895 — Presidencia de Prudente de Moraes. A paz civil. Inicio dos governos progressistas. A guerra de Canudos (1897). Inauguram-se as docas de Santos.
- 1898 — Governo de Campos Sales. Restabelecimento das finanças publicas. Ministro da Fazenda: Joaquim Murтинho.
- 1903 — Tratado de Petropolis: incorporação do Acre ao Brasil. Chanceler: barão do Rio Branco.
- 1904 — Melhoramentos urbanos do Rio de Janeiro. Presidente: Rodrigues Alves; prefeito: Passos; ministro da viação; Lauro Muller.

- 1905 — Saneamento do Rio de Janeiro. Criação do cardinalato brasileiro.
- 1906 — Inaugura-se a iluminação elétrica do Rio de Janeiro, hoje a cidade mais clara do mundo.
- 1907 — Lei do povoamento do solo. Construção da estrada de ferro do Noroeste. A ampliação da rede ferroviária (presidente: Afonso Pena; ministro da Viação: Miguel Calmon). O Brasil é representado na Conferência da Paz, de Haia, pelo cons. Rui Barbosa.
- 1908 — Exposição Nacional.
- 1910 — Campanha civilista.
- 1916 — E' decretado o Codigo Civil.
- 1917 — O Brasil intervem na Guerra Européia.
- 1920 — Recenseamento da população brasileira.
- 1922 — Exposição Internacional do Centenario da Independencia. A 5 de Julho, revolta no Rio de Janeiro, inicio das perturbações politicas que, mais ou menos intensas, se prolongaram até 1930.
- 1923 — Presidencia Artur Bernardes. E' creado o Conselho Nacional do Trabalho.
- 1926 — Presidencia Washington Luis. Ativam-se as construções de estradas de rodagem.
- 1930 — Revolução começada no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e na Paraíba, que instituiu o governo provisório chefiado pelo sr. Getulio Vargas (3 de Outubro — 3 de Novembro).
- 1931 — São decretadas as leis sociais. Creação dos ministerios da Educação e do Trabalho.
- 1934 — A Constituinte convocada no ano anterior promulga a Constituição de 16 de Julho de 1934. E' a terceira Constituição que tem o país.
- 1937 — E' outorgada a Constituição de 10 de Novembro de 1937, em substituição da anterior.

SÉRIE 2.^a — LIVROS DIDÁTICOS
(manuais, livros de texto e livros-fontes)

DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

Sob a direção de Fernando de Azevedo



A Série 2.^a — Livros Didáticos, da B. P. B. — é a mais ampla e variada coleção que já se tentou no Brasil, de obras escolares destinadas a todos os graus de ensino, isto é, de manuais, livros de texto e livros-fontes, para alunos das escolas primárias, secundárias (gerais e profissionais), normais e superiores. É certo que a eficiência do ensino depende mais da “maneira de ensinar” do que da quantidade de conhecimentos que se transmitem e se adquirem; e se este se efetua por métodos racionais, de modo atraente e eficaz, os alunos chegam a sentir pela matéria tal simpatia e tão vivo interesse que são impelidos a estudar e a investigar “por si mesmos”, continuando fora das classes os estudos relativos a cada uma das disciplinas. Mas como poderão os professores ministrar um ensino realmente eficaz, se lhes faltarem, a êles e aos alunos, êsses admiráveis instrumentos de trabalho, que são os livros adequados ao ensino e ao estudo de cada matéria?

A C. E. N., por uma exata compreensão da importância que tem a renovação dos livros escolares para a renovação pedagógica, não tem poupado esforços para desenvolver e aperfeiçoar o seu plano de literatura didática, já melhorando, em todos os sentidos, as reedições de obras consagradas pela aceitação do público, já encomendando livros escolares de todos os tipos aos grandes especialistas no magistério dos diversos graus de ensino. Se é “o mestre que faz a escola”, não menos verdade que “ao mestre o fazem, em grande parte, as circunstâncias em que se vê obrigado a trabalhar”. O livro é um dos seus “instrumentos de trabalho”; quanto mais útil e aperfeiçoado o “material de estudos”, que pusermos nas mãos dos alunos, tanto maior a eficácia com que o mestre desenvolverá o seu plano de ação, com economia de tempo e de esforços. O êxito crescente dos livros dessa Série é uma prova do rigoroso critério que preside à escolha das obras didáticas que a compõem e a que deve a sua autoridade e a sua reputação.

Acerca de 100 obras publicadas.



Edição da

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

Rua dos Gusmões, 118, São Paulo